



Universidade de Aveiro
Ano 2020

Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do
Território

**TIAGO SIMÃO
LOPES SOUSA**

**POLÍTICAS DE MORALIDADE EM PORTUGAL:
ENTRE A POLÍTICA E A RELIGIÃO**



Universidade de Aveiro
Ano 2020

Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do
Território

**TIAGO SIMÃO
LOPES SOUSA**

POLÍTICAS DE MORALIDADE EM PORTUGAL: ENTRE A POLÍTICA E A RELIGIÃO

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política, realizada sob a orientação científica da Doutora Patrícia Catarina de Sousa e Silva, Professora Auxiliar do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, da Universidade de Aveiro.

o júri

presidente

Doutor Varqá Carlos Jalali
Professor Associado, Universidade de Aveiro

vogais

Doutora Helena Carlota Ribeiro Vilaça
Professora Auxiliar, Universidade do Porto – Faculdade de Letras

Doutora Patrícia Catarina de Sousa e Silva
Professora Auxiliar, Universidade de Aveiro

agradecimentos

Doutora Patrícia Silva
Doutor Carlos Jalali
Doutora Patrícia Marinho
Mestre Nuno Rocha

palavras-chave

políticas de moralidade, igreja católica, interrupção voluntária da gravidez, morte medicamente assistida, casamento entre pessoas do mesmo sexo, adoção por casais do mesmo sexo

resumo

A presente dissertação tem como objetivo analisar os processos de políticas de moralidade no contexto português. Para este efeito, são mapeados os processos políticos e de intervenção partidária, bem como o papel e as estratégias de influência da Igreja Católica. Quatro políticas de moralidade foram alvo de análise sistemática: a interrupção voluntária da gravidez, a morte medicamente assistida, o casamento entre pessoas do mesmo sexo e a adoção por casais do mesmo sexo.

A metodologia adotada prende-se por uma análise qualitativa a dois níveis. No âmbito da vertente política, foi efetuado um mapeamento cronológico dos processos de liberalização, possibilitando uma análise descritiva no que respeita à atividade parlamentar dos partidos políticos. No âmbito da vertente religiosa, foi efetuada uma análise sistemática de 228 documentos (cartas pastorais e comunicados de assembleia) da Conferência Episcopal Portuguesa, disponíveis desde 01/01/2000 a 01/03/2020. A análise da Igreja Católica é, ainda, complementada com um estudo de caso, com vista à compreensão das suas perspetivas e estratégias de influência sobre a questão da eutanásia.

De uma forma global, esta investigação permite concluir que os partidos de esquerda e centro-esquerda são os mais ativos em políticas de moralidade, nomeadamente o Partido Socialista e o Bloco de Esquerda. Adicionalmente, são os partidos na oposição e os partidos com menor militância, os que apresentam maior saliência parlamentar face a questões de moralidade. No âmbito da vertente religiosa, a Igreja Católica apresenta um quadro argumentativo, maioritariamente, pró-vida, doutrinal, de cariz social e jurídico. No que concerne às estratégias de intervenção adotadas, os resultados sugerem que a Igreja Católica tende a adotar um tipo de intervenção misto, na influência do Episcopado sobre debates de políticas de moralidade. Por fim, o estudo de caso efetuado reforça a componente da vertente religiosa, e sugere uma estratégia de ação que privilegia uma intervenção no espaço público, no sentido de influenciar desfavoravelmente a população, face a uma possível legalização da morte medicamente assistida.

keywords

morality politics, catholic church, voluntary termination of pregnancy, medically assisted death, same-sex marriage, same-sex adoption

abstract

This dissertation aims to investigate the processes of morality policies in the Portuguese context. To this end, political processes and party intervention were mapped, as well as the role and strategies of influence of the Catholic Church. Four morality policies were systematically analysed: voluntary termination of pregnancy, medically assisted death, same-sex marriage and same-sex adoption.

The methodology adopted is based on a qualitative analysis at two levels. Within the scope of the political sphere, a chronological mapping of the liberalization processes was carried out, enabling a descriptive analysis of the parliamentary activity of political parties. In the scope of the religious sphere, 228 documents from the Portuguese Episcopal Conference were systematically analysed, from 01/01/2000 to 01/03/2020. The analysis of the Catholic Church is also complemented with a case study, in order to understand its perspectives and strategies for influencing euthanasia's issue.

In a global perspective, this investigation allows us to conclude that the left and center-left parties are the most active in morality policies, namely the Socialist Party and the Left Bloc. In addition, parties in opposition to the government and parties with less militancy, are the ones who have more parliamentary salience in relation to morality issues. In the religious sphere, the Catholic Church presents an argumentative framework, mostly pro-life, doctrinal, social and of legal nature. Regarding the intervention strategies adopted, the results suggest that the Catholic Church tends to adopt a mixed intervention, when influencing the debates of morality policies. Finally, the case study reinforces the religious analysis and suggests a strategy that favours intervention in the public space, by influencing the population unfavourably, concerning a possible legalization of medically assisted death.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO	5
1.1 Notas introdutórias	5
1.2 Políticas de Moralidade	5
1.3 Religião em Portugal	9
2. ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO	17
2.1 Notas introdutórias	17
2.2 Objetivos de investigação	17
2.3 Delimitação temporal de análise	22
2.4 Metodologia utilizada	23
3. A POLÍTICA EM QUESTÕES DE MORALIDADE	27
3.1 Notas introdutórias	27
3.2 A Interrupção Voluntária da Gravidez	27
3.3 A Morte Medicamente Assistida	32
3.4 O Casamento entre Pessoas do Mesmo Sexo	36
3.5 A Adoção por Casais do Mesmo Sexo	41
3.6 Análise Comparativa entre Políticas de Moralidade	47
4. A RELIGIÃO EM QUESTÕES DE MORALIDADE	55
4.1 Notas introdutórias	55
4.2 A Interrupção Voluntária da Gravidez	55
4.2.1 Argumentação	56
4.2.2 Mecanismos de intervenção	59
4.3 A Morte Medicamente Assistida	62
4.3.1 Argumentação	63
4.3.2 Mecanismos de intervenção	67

4.4 O Casamento entre Pessoas do Mesmo Sexo	70
4.4.1 Argumentação.....	70
4.4.2 Mecanismos de intervenção	73
4.5 A Adoção por Casais do Mesmo Sexo	76
4.5.1 Argumentação.....	76
4.6 Análise Comparativa entre Políticas de Moralidade.....	78
5. ESTUDO DE CASO: EUTANÁSIA.....	83
5.1 Notas introdutórias.....	83
5.2 Perspetivas face à eutanásia	83
5.3 Perceções sobre o referendo	85
5.4 Perspetivas sobre o processo político decorrente.....	86
5.5 Mecanismos de intervenção utilizados.....	87
5.6 Propostas de intervenção no debate político	88
6. NOTAS CONCLUSIVAS.....	91
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	93
ANEXOS	101

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES:

TABELAS:

Tabela 1- Delimitações temporais de análise.....	22
Tabela 2- Operacionalização da análise de estratégias de intervenção.....	24
Tabela 3- Número de iniciativas parlamentares entre partidos no governo e oposição: interrupção voluntária da gravidez	27
Tabela 4- Número de iniciativas parlamentares entre partidos mainstream e restantes: interrupção voluntária da gravidez	29
Tabela 5- Posicionamento dos partidos ao longo do processo político: interrupção voluntária da gravidez	30
Tabela 6- Número de iniciativas parlamentares entre partidos no governo e oposição: eutanásia ...	32
Tabela 7- Número de iniciativas parlamentares entre partidos mainstream e restantes: eutanásia..	33
Tabela 8- Posicionamento dos partidos ao longo do processo político: eutanásia	34
Tabela 9- Número de iniciativas parlamentares entre partidos no governo e oposição: casamento homoafetivo	37
Tabela 10- Número de iniciativas parlamentares entre partidos mainstream e restantes: casamento homoafetivo	37
Tabela 11- Posicionamento dos partidos ao longo do processo político: casamento homoafetivo....	39
Tabela 12- Número de iniciativas parlamentares entre partidos no governo e oposição: adoção homoparental.....	41
Tabela 13- Número de iniciativas parlamentares entre partidos mainstream e restantes: adoção homoparental.....	42
Tabela 14- Posicionamento dos partidos ao longo do processo político: adoção homoparental	43
Tabela 15- Número de iniciativas parlamentares entre partidos no governo e oposição: perspectiva comparada.....	47
Tabela 16- Número de iniciativas parlamentares entre partidos de esquerda e direita no governo: perspectiva comparada.....	47
Tabela 17- Número de iniciativas parlamentares entre partidos mainstream e restantes: perspectiva comparada.....	48
Tabela 18- Número de iniciativas parlamentares por partido político: por subtipo de moralidade ...	50
Tabela 19- Posicionamento dos partidos ao longo do processo político: perspectiva comparada	51
Tabela 20- Duração média das propostas legislativas por política de moralidade: perspectiva comparada	53

Tabela 21- Quadro argumentativo da Igreja: interrupção voluntária da gravidez.....	56
Tabela 22- Mecanismos de intervenção direta: interrupção voluntária da gravidez	59
Tabela 23- Mecanismos de intervenção indireta: interrupção voluntária da gravidez	60
Tabela 24- Posicionamentos da Igreja relativamente aos conceitos da morte medicamente assistida	62
Tabela 25- Quadro argumentativo da Igreja: eutanásia	63
Tabela 26- Mecanismos de intervenção direta: eutanásia	67
Tabela 27- Mecanismos de intervenção indireta: eutanásia	68
Tabela 28- Quadro argumentativo da Igreja: casamento homoafetivo	70
Tabela 29- Mecanismos de intervenção direta: casamento homoafetivo	73
Tabela 30- Mecanismos de intervenção indireta: casamento homoafetivo	74
Tabela 31- Quadro argumentativo da Igreja: adoção homoparental	76
Tabela 32- Diversidade argumentativa por subtipo de moralidade: perspectiva comparada	79

GRÁFICOS:

Gráfico 1- Percentagem de iniciativas parlamentares por partido político: interrupção voluntária da gravidez	29
Gráfico 2- Percentagem de iniciativas parlamentares entre partidos de esquerda e direita: interrupção voluntária da gravidez	30
Gráfico 3- Percentagem de iniciativas parlamentares por partido político: eutanásia.....	33
Gráfico 4- Percentagem de iniciativas parlamentares entre partidos de esquerda e direita: eutanásia	34
Gráfico 5- Percentagem de iniciativas parlamentares por partido político: casamento homoafetivo	38
Gráfico 6- Percentagem de iniciativas parlamentares entre partidos de esquerda e direita: casamento homoafetivo	38
Gráfico 7- Percentagem de iniciativas parlamentares por partido político: adoção homoparental....	42
Gráfico 8- Percentagem de iniciativas parlamentares entre partidos de esquerda e direita: adoção homoparental.....	43
Gráfico 9- Percentagem de iniciativas parlamentares por partido político: perspetiva comparada ...	48
Gráfico 10- Percentagem de iniciativas parlamentares entre partidos de esquerda e direita: perspetiva comparada.....	49
Gráfico 11- Percentagem de iniciativas parlamentares por partido político: por subtipo de moralidade	49
Gráfico 12- Percentagem de iniciativas apresentadas por subtipo de moralidade	52
Gráfico 13- Percentagem de iniciativas apresentadas: parlamentares e populares	52
Gráfico 14- Argumentação da Igreja: interrupção voluntária da gravidez	57
Gráfico 15- Perspetiva comparada entre mecanismos de intervenção: interrupção voluntária da gravidez	62
Gráfico 16- Argumentação da Igreja: eutanásia.....	65
Gráfico 17- Perspetiva comparada entre mecanismos de intervenção: eutanásia	69
Gráfico 18- Argumentação da Igreja: casamento homoafetivo	71
Gráfico 19- Perspetiva comparada entre mecanismos de intervenção: casamento homoafetivo	75
Gráfico 20- Argumentação da Igreja: adoção homoparental.....	77
Gráfico 21- Percentagem de documentos com referências às políticas de moralidade: perspetiva comparada.....	79
Gráfico 22- Percentagem de documentos com referências a argumentos: perspetiva comparada ...	79
Gráfico 23- Percentagem de documentos com referências a mecanismos de intervenção: perspetiva comparada.....	80

Gráfico 24- Percentagem dos mecanismos de intervenção (direta e indireta) por subtipo de moralidade	80
Gráfico 25- Mecanismo de intervenção mais utilizado pela Igreja: perspetiva global.....	81

ÍNDICE DE ANEXOS:

Anexo 1- Regras para leitura das tabelas de atividade parlamentar.....	101
Anexo 2- Tabela cronológica de atividade parlamentar: Interrupção voluntária da gravidez	102
Anexo 3- Tabela cronológica de atividade parlamentar: Morte medicamente assistida.....	110
Anexo 4- Tabela cronológica de atividade parlamentar: Casamento entre pessoas do mesmo sexo	112
Anexo 5- Tabela cronológica de atividade parlamentar: Adoção por casais do mesmo sexo	116
Anexo 6- Estudo de caso: Tabela com perspetivas face à eutanásia	119
Anexo 7- Estudo de caso: Tabela com perceções sobre o referendo.....	122
Anexo 8- Estudo de caso: Tabela com perspetivas sobre o processo político decorrente	124
Anexo 9- Estudo de caso: Mecanismos de intervenção utilizados	126
Anexo 10- Estudo de caso: Tabela com propostas de intervenção no debate político.....	128
Anexo 11- Modelo de declaração de consentimento informado.....	129
Anexo 12- Guião de entrevistas semi-estruturadas	130
Anexo 13- Transcrição de entrevistas	132
E. 1, Aveiro = Entrevistado 1, Aveiro	132
E. 2, Aveiro = Entrevistado 2, Aveiro	142
E. 3, Aveiro = Entrevistado 3, Aveiro	148
E. 4, Aveiro = Entrevistado 4, Aveiro	154
E. 1, Braga = Entrevistado 1, Braga	158
E. 2, Braga = Entrevistado 2, Braga	170
E. 3, Braga = Entrevistado 3, Braga	176
E. 4, Braga = Entrevistado 4, Braga	183
E. 5, Braga = Entrevistado 5, Braga	194
E. 1, Porto = Entrevistado 1, Porto	200
E. 2, Porto = Entrevistado 2, Porto	206
E. 3, Porto = Entrevistado 3, Porto	211
E. 4, Porto = Entrevistado 4, Porto	219

INTRODUÇÃO

“The diversity of our opinions, does not arise from some being endowed with a larger share of reason than others, but solely from this, that we conduct our thoughts along different ways, and do not fix our attention on the same objects”

(Descartes, 1999)

A segunda década do século XXI apresentou Portugal como um dos países com os índices de liberdade moral mais elevados em todo o mundo (Kohl & Pina, 2016). No entanto, apesar do país apresentar uma democracia representativa consolidada, secular e liberal (Jalali, 2017), menos de 50 anos separam esta sociedade de um contexto completamente diferente, onde estava instaurada a presença de um regime ditatorial, conservador, repressivo, e intimamente ligado a um *background* de influência religiosa sobre dinâmicas estatais (Jalali, 2017). A mudança de regime proporcionou alterações institucionais que, pela redação da Constituição da República Portuguesa de 1976, proporcionaram pilares para uma «reabilitação moral» dentro da sociedade portuguesa. Com a já instaurada abolição da pena de morte, seguiram-se um conjunto de políticas mais liberalizadoras, como a revogação da restrição do direito ao divórcio, a descriminalização do consumo de drogas leves, o aumento de políticas de promoção da igualdade de género ou a aprovação da gestação de substituição.

Apesar desta tendência prolifera de maior liberdade moral (Vilaça & Oliveira, 2015a: 150), este tipo de políticas de cariz ético-moral dificilmente geram consenso, promovendo antes a conflitualidade e a polarização do debate (Dobbelaere & Pérez-Agote, 2015). Neste sentido, uma observação mais atenta das denominadas “*politics of sin*” (Meier, 2016) sugere cinco fatores explicativos, nomeadamente: a importância que têm as instituições (Studlar & Cagossi, 2018), o impacto dos movimentos sociais (Ayoub, 2016), a influência dos partidos políticos (Euchner, 2019: 8), a presença de grupos de pressão (Euchner, 2019) e o peso da religião (Engeli et al, 2012).

Para esta dissertação, a proposta de investigação pretende focar-se na análise de dois destes fatores: o plano político (Euchner, 2019) e o plano religioso (Engeli et al, 2012). O primeiro foco prende-se pela observação parlamentar e advém das perspetivas de Engeli et al. (2012) e Knill et al. (2015), que sugerem que, um sistema partidário com clivagem religiosa tem, tendencialmente, maior probabilidade para que questões de moralidade surjam na agenda política (sejam politizadas), em comparação com sistemas partidários totalmente seculares. Apesar desta dissertação defender que, como nenhum partido em Portugal se declara oficialmente

confessional¹, será teoricamente mais difícil inferir resultados viáveis de influência religiosa dentro do sistema partidário português. Porém, continua a ser interessante analisar as dinâmicas parlamentares, pela perspetiva do processo de formação das mesmas, de forma a compreender quem politizou as temáticas e como se desenvolveram os processos políticos (Knill, 2014: 846).

Relativamente ao debate em torno da presença (ou não) de clivagem religiosa dentro do sistema partidário português, este não gera um consenso generalizado entre académicos. Por um lado, investigadores como Jalali (2002; 2017) ou Thomassen (2005), sugerem a existência de uma desativação da clivagem religiosa pelas elites (política e religiosa), aquando da implementação do sistema partidário, durante a fase de transição democrática, pós-Estado Novo. No entanto, e como Jalali (2017: 36) refere, a clivagem religiosa na sociedade portuguesa não desapareceu, está antes “adormecida” e pronta a reemergir sempre que determinado partido tiver incentivos estratégicos para o fazer. Por outro lado, existe um conjunto de académicos que consideram que os países estruturalmente católicos como Portugal, Espanha ou Itália apresentam maiores probabilidades em desenvolver sistemas partidários com clivagem religiosa (Engeli et al, 2012: 18; Hildebrandt, 2016: 410-412). O principal argumento sugere que, partidos conservadores dentro destes sistemas partidários podem achar mais atrativo adotar plataformas “não-seculares” para atrair eleitorado confessional ou, por outras palavras, usar ideais de inspiração religiosa² “sem referências diretas à religião ou Igreja” (Engeli et al, 2012: 18). Desta forma, este tipo de partidos, apesar de não se assumirem oficialmente confessionais, tornam-se o “equivalente funcional” a partidos democratas-cristãos (Engeli et al, 2012: 19). No entanto, um último argumento aponta para que, à medida que a secularização partidária aumenta, partidos conservadores encontrem menos vantagens em adotar este posicionamento estratégico, visto que são mais facilmente desafiados sobre questões ético-morais pela maioria parlamentar secular e a sua capacidade de persuasão sobre o eleitorado é menor (Engeli et al, 2012: 19). O debate, no caso português, surge maioritariamente focado na raiz estrutural patente na origem do Partido Popular (CDS-PP), na qual é inspirado pela democracia cristã.

A pertinência para a investigação, no plano político, advém da problemática apresentada pela literatura, em que Euchner (2019: 2) começa por destacar um aumento da atenção dada, por parte dos investigadores, aos processos políticos sobre questões de moralidade, visto que ajudam a fornecer uma maior compreensão das transformações sociais, que incluem tendências sobre a

¹ Nota para o caso do CDS-PP que não se considera como partido confessional, segundo site oficial do partido (observação feita em outubro de 2019).

² Como os valores da família tradicional, por exemplo.

secularização e mudanças nos valores de determinada sociedade. Euchner (*in* 2019: 3) atenta, ainda, para o facto de se verificar uma reemergência de questões morais na agenda política, pelo grau de saliência verificado através de manifestos eleitorais de partidos políticos em 18 países da Europa, entre 1940 e 2015. Adicionalmente, este tipo de políticas são frequentemente absorvidas pelo amplo conceito das “*new politics*” ou derivado pelos novos conflitos da globalização (Kriesi et al, 2008: 58-60), sem ser efetuada uma análise própria às dinâmicas a elas inerentes. Euchner (2019: 8) sugere ainda a importância das dinâmicas partidárias no processo de liberalização de questões ético-morais, referindo a hipótese proposta por Hibbs (1977) na qual “*parties matter*”, sugerindo que a cor ideológica dos governos é fator determinante nos *outputs* legislativos de *policy change*.

Por fim, apesar da estrutura partidária em Portugal não apresentar contornos claros de clivagem religiosa, podendo o sistema partidário ser relegado para o “mundo secular” (Engeli et al, 2012), a análise de Hurka et al. (2018) denota que, ainda assim é possível observar altos níveis de saliência política em volta de questões de moralidade, sugerindo o uso deste tipo de temáticas como estratégias partidárias de forma a captar nichos de eleitorado, ou no sentido de sublevar pequenos partidos, maioritariamente identitários. A politização destes assuntos poderá igualmente ser feita pelos partidos da oposição ao governo, com o objetivo de dividir o parlamento, e de forma a aumentar o seu poder político-partidário no longo prazo (Euchner, 2019a: 235).

O segundo foco de observação prende-se pelo fator religião, e valoriza-se tendo em conta o impacto que o mesmo apresenta sobre temáticas de moralidade (Knill et al, 2014: 846). Sendo a análise efetuada no âmbito do contexto português, o conceito “religião” é automaticamente redirecionado para a religião majoritária da sociedade portuguesa, o catolicismo (Teixeira, 2012). A pertinência para a investigação na vertente religiosa advém do facto de que, “as questões morais estão inerentemente associadas a valores religiosos” (Euchner 2019a: 235), sendo que existe uma crescente valorização da esfera eclesial como fator explicativo no campo das políticas públicas de moralidade (Heichel et al, 2013). No entanto, são escassos os estudos sobre políticas de moralidade na Europa Ocidental, particularmente quando comparado com os Estados Unidos (Engeli et. al, 2012). Esta perspetiva é partilhada por Meyer Resende e Hennig (2015: 147), na medida em que afirmam que, “na Europa, os cientistas sociais só recentemente começaram a aplicar a lente politico-moral para compreender [os] padrões” que estão inerentes a este tipo de políticas.

A análise do caso português é também interessante do ponto de vista que, apesar dos países da Europa Ocidental apresentarem os maiores níveis de religiosidade - maioritariamente católica -

(Menéndez, 2007), Portugal, ao abrigo do artº41 da Constituição Portuguesa³, assume posição de neutralidade confessional. No entanto, a história portuguesa tem documentado as inúmeras relações Estado-Igreja e as consequentes dinâmicas e trocas de influência que daí resultaram (Jalali, 2017), porém, as mesmas carecem de uma análise sistemática no âmbito dos processos de liberalização de políticas de moralidade (Knill et al, 2014: 846). Por fim, Antunes (1982: 1154) conclui que “a Igreja Católica é um campo de análise com especial interesse para o estudo (...) das mudanças na sociedade portuguesa”. Desta forma, o enlace temático abordado sugere um contexto societal português que vivencia um estado laico numa sociedade confessional (Dix, 2010; Menéndez, 2007).

A questão de investigação apresenta, por isso, uma perspetiva descritiva, no sentido em que pretende observar como é que se desenrolaram os processos de liberalização de políticas de moralidade em Portugal, sob a ótica da esfera política e da esfera religiosa. Para proceder a esta investigação, foram definidas como unidades de análise quatro políticas de moralidade, nomeadamente: (a) a interrupção voluntária da gravidez, (b) a morte medicamente assistida, (c) o casamento entre pessoas do mesmo sexo e (d) a adoção por casais do mesmo sexo. A elaboração da dissertação conta com seis capítulos, sendo que o primeiro dedica-se à discussão do enquadramento teórico. O segundo capítulo é relativo ao enquadramento metodológico para análise. O terceiro e quarto capítulo comportam a análise de dados, da vertente política e religiosa, respetivamente, e procuram expor o tratamento qualitativo da recolha de dados efetuada. O quinto capítulo é referente ao estudo de caso e procura ilustrar a ação do foro religioso no que concerne ao debate social sobre a eutanásia. Por fim, as notas conclusivas finalizam a dissertação, apresentando uma reflexão sumária dos pontos de análise efetuados, quer do ponto de vista da vertente política, quer do ponto de vista da vertente religiosa.

³ Artº 41: Liberdade de consciência, de religião e de culto.

1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1 Notas introdutórias

O primeiro capítulo pretende abordar o “estado de arte”, focando-se em duas secções: políticas de moralidade e a religião no contexto português. A primeira secção aborda, por um lado, a definição e concetualização de políticas de moralidade e, por outro, a influência da religião nas dinâmicas do processo de construção de questões de moralidade. A segunda secção visa a contextualização socio-temporal das relações Estado-Igreja na sociedade portuguesa, e consequente observação das relações de conflito-cooperação entre instituições. De seguida, é abordado a tendência para a modernização cultural das sociedades contemporâneas através da teoria da secularização, com a observação de diferentes perspetivas no âmbito português. Por fim, são abordados os diferentes mecanismos de intervenção da Igreja Católica no debate de temas ético-morais, com destaque para a sua ação como um “*veto player*” social.

1.2 Políticas de Moralidade

Sendo um campo de estudo relativamente recente no âmbito das ciências sociais, a literatura sugere que ainda não é clara a definição do que são “políticas de moralidade”. A formulação de delimitações concretas, na conceção do que são temas morais e não-morais, ainda se encontra em fase de desenvolvimento (Euchner, 2019: 2). No entanto, é possível destacar as definições embrionárias de Mooney (2001), que refere que, questões de moralidade estão interligadas a questões fundamentais, como a morte, a reprodução ou a sexualidade. Porém, o próprio afirma a dificuldade que é concetualizar com exatidão o tema, sugerindo que, o que pode ser considerado (ou não) política de moralidade é uma “questão de perspetiva”. Acrescenta que, políticas morais são “tecnicamente menos complexas”, o que favorece um aumento da participação pública, que consequentemente se traduz numa maior saliência política em torno destas questões (Knill, 2013).

Engeli et al. (2012) complementam a concetualização do tema, reforçando que, além da questão de perceção, a definição de política de moralidade poderá variar entre países, destacando o papel das elites políticas na definição e enquadramento de determinada temática na sociedade. Introduzem a “teoria dos dois mundos” ao referir que, determinado país é enquadrado no «mundo secular» ou no «mundo religioso», dependendo exclusivamente da existência de clivagem religiosa

no sistema partidário, independentemente do grau de religiosidade da população ou do número de religiões existentes (Engeli et al, 2012: 2-3). Por outras palavras, enquanto o «mundo religioso» deriva da existência de um conflito dentro do sistema partidário, no «mundo secular» o mesmo não se verifica (Engeli et al, 2012: 15). Desta forma, no «mundo religioso» existe uma maior probabilidade de politização de questões morais, ao passo que, no «mundo secular» existem menos incentivos e estas questões recebem menor atenção política (Engeli et al, 2012: 15). Nesta perspetiva, o «mundo» em que se encontra determinado sistema partidário constitui um forte impacto sobre a politização destas questões e, consequentemente, na formação da opinião pública.

Knill (2013) reforça a temática, referindo que se abordam políticas de moralidade quando a característica principal de uma política é regulada pelo conflito de valores, em detrimento do conflito sobre recursos tangíveis. Euchner (2019: 2) complementa, definindo que o denominador comum destas políticas se prende pela conflitualidade sobre “princípios primários” e “batalhas entre o certo e errado”, enquanto valores monetários caem para segundo plano (Smith & Tatalovich, 2003: 14).

Heichel et al. (2013: 320) estabelecem as políticas de moralidade em quatro subtipos, nomeadamente: (1) as questões de “vida e morte” – casos como aborto, eutanásia ou pena de morte; (2) o comportamento sexual - questões como igualdade de género, prostituição ou pornografia; (3) os comportamentos aditivos ou substâncias - *gambling*, as apostas ou o consumo de drogas/álcool; (4) as limitações à autodeterminação individual (liberdades pessoais ou direitos básicos) – como a regulação da posse de armas, a caça aos animais ou touradas. Por outro lado, Knill (2013: 312-314) introduz uma perspetiva diferente na classificação das mesmas, sugerindo a divisão entre “*manifest morality policies*” e as “*latent morality policies*”. Enquanto a primeira categoria é caracterizada por um processo legislativo fortemente moldado por conflitos de valor (aborto, eutanásia, homossexualidade), a segunda categoria refere que os conflitos de valor não estão na “ordem do dia”, priorizando a sua dimensão económica (pornografia, consumo de drogas, *gambling*).

As políticas de moralidade também podem ser apresentadas pelo nível de saliência mediática ou pelo grau de pressão à mudança que determinada questão apresenta. Heichel et al. (2013: 324) elencam três tipos de “*problem pressures*”: problemas fundamentais, políticas cláusula-barreira e choques morais. O primeiro é referente a aspetos socialmente aceites ou não, sendo que, basta apenas uma notícia para gerar mobilização da sociedade e amplo debate (exemplos como o aborto ou eutanásia). O segundo, refere a importância de certo tema estar sujeito a ter de superar determinada *threshold* até ter capacidade para gerar saliência mediática (exemplos como a

prostituição ou o vício do jogo). O último ponto sugere a importância que certo tema poderá auferir, seja por gerar um maior grau de conflitualidade moral ou após um escândalo ser tornado público, estando determinada temática mais propensa a uma alteração legislativa imediata (casos de alterações à lei sobre a regulação da posse de armas depois de tiroteios).

No âmbito da percepção pública, ou do maior ou menor interesse da esfera pública sobre determinada questão de moralidade, Engeli et al. (2012: 8-9) referem que a *saliência* é uma questão de “*conflict definition*”, analisando quatro elementos que podem ser utilizados para melhor definir o conflito sobre estas questões: a mediatização, os atores, o enquadramento e o local. O primeiro ponto é o nível de atenção politico-mediática onde os conflitos são debatidos. Se o debate é limitado a um número mínimo de atores ou se abrangem uma audiência em grande escala. O segundo ponto prende-se pelo número de atores intervenientes, pela especialidade dos atores sobre a questão e pela posição política que tomam. O terceiro ponto prende-se pelo *framing*, ou o enquadramento que é dado a certa questão, crucial na eliminação de pontos de vista desviantes. O último ponto prende-se pelo local onde é debatida a questão, sendo que a importância de uma questão debatida num comité de especialidade é substancialmente diferente da importância da mesma, quando debatida num jornal sensacionalista. Este tipo de políticas públicas são ainda interessantes do ponto de vista sociológico visto que, até certo ponto, é possível verificar uma espécie de padrão social, pois pessoas que são contra a «IVG» terão maior probabilidade de ser contra a gestação de substituição e, consequentemente, em não aceitar os princípios que a morte medicamente assistida defende (Engeli et al, 2012: 24).

Relativamente ao maior ceticismo referente à atribuição de um campo político próprio para este tipo de políticas públicas, a crítica surge por parte de “académicos que tentaram estruturar o debate ao vincular políticas de moralidade com a classificação popular de políticas públicas de Lowi” (Euchner, 2019: 4), nomeadamente, pela referência às já existentes “*four types of policy*”: políticas distributivas, redistributivas, reguladoras e constituintes (Lowi, 1964). Um primeiro argumento prende-se pelo facto de que, segundo Lowi, não existe a necessidade de criar um campo político específico para estas temáticas, já que as mesmas podem ser enquadradas como “uma categoria específica de política reguladora, em que um governo regula o comportamento dos cidadãos” (Euchner, 2019: 4). Um segundo argumento provém da indagação de investigadores sobre, se questões como fumar, a prostituição ou a caça podem (ou não) ser consideradas como políticas de moralidade, uma vez que, não só estas questões refletem direitos do indivíduo à autodeterminação, como também podem ser vistas em âmbitos mais específicos, como questões de saúde, problemas sociais ou mau trato de animais, respetivamente, sendo mais difíceis de aferir

e estando mais suscetíveis a vários tipos de interpretação em relação ao seu enquadramento político (Engeli et al, 2012: 25). Lowi (1998) refere ainda que, qualquer política pode assumir os contornos “típicos” da estrutura-base de uma “política de moralidade clássica” (Euchner, 2019: 4), bastando que atores políticos radicalizem o tema, o que, consequentemente, traduzir-se-á num maior interesse público, característico deste tipo de temáticas.

No que concerne à relevância da religião sobre questões de moralidade, Heichel et al. (2013: 325-326) assumem que, geralmente, estes tipo de questões tocam em pontos-chave das doutrinas religiosas, e por isso, será exetável ver uma maior preponderância por parte da religião nestas matérias. Frequentemente, os valores religiosos encontram-se intrínsecos dentro de uma sociedade, sendo códigos morais que tendem a separar «o certo do errado», muitas vezes constituindo o que são os valores fundamentais de uma sociedade, “e é precisamente porque as questões de moralidade envolvem valores fundamentais (...), que estão intimamente interligadas com a religião e com argumentos e valores religiosos” (Engeli et al, 2012: 24). No entanto, e como sugerem Engeli et al. (2012: 25), as políticas de moralidade não são, nem definidas, nem pré-determinadas pela religião.

Heichel et al. (2013) definem três abordagens para avaliar a influência da religião: a perspetiva macro, a perspetiva meso e a perspetiva micro. A primeira faz referência aos níveis de religiosidade da população, sendo decisivas para a definição das tomadas de posição por parte de atores políticos sobre determinada questão. A segunda tem em conta as estruturas organizacionais da religião, focando-se nas atividades da religião, sendo que esta pode atuar como grupo de interesse (Grzymala-Busse, 2015), exercendo influência através das suas instituições nas relações Estado – Igreja. Por fim, a perspetiva micro refere o impacto que a afiliação religiosa de cada deputado pode ter sobre votações em matérias de regulação de políticas de moralidade.

Meyer Resende e Hennig (2015: 146-149) apresentam outra perspetiva, abordando a influência da religião sobre processos políticos de duas formas: intervenção direta e intervenção indireta. O mecanismo de intervenção direta pode ser exercido através de: referências explícitas de apoio a partidos ou atores políticos; campanhas ativas em referendos; pronunciamentos políticos através do púlpito; e, orientações clericais a legisladores. O mecanismo de intervenção indireto é, igualmente, baseado em quatro tipos de ações: “esforços para influenciar consciências individuais”; “mobilização e/ou apoio de protestos sociais”; “sessões de clarificação” como promoção de debates sobre o tema; e, pronunciamentos doutrinários sobre o dilema moral em questão (Meyer Resende & Hennig, 2015: 149).

Por fim, a análise de Grzymala-Busse (2015) permite uma visão das instituições religiosas como grupos de pressão, numa atuação de influência direta nos processos de *policy-making*, em que “o acesso direto aos decisores políticos parece uma estratégia mais bem-sucedida para influenciar políticas do que alianças com partidos políticos”, destacando o carácter lobista por parte das entidades religiosas. Meyer Resende e Hennig (2015: 145-146) reforçam esta perspetiva, ao referirem países com níveis de religiosidade elevados em que se assistiu a uma intervenção direta por parte de hierarquias católicas sobre elites políticas durante processos de liberalização de temáticas de moralidade. Mais concretamente, no caso do aborto (Polónia, Espanha) ou no casamento entre pessoas do mesmo sexo (Polónia, Itália, Espanha, Irlanda, França). Nesse sentido, contrastam com o caso português, uma vez que, no debate dessas mesmas políticas, “a Igreja Católica em Portugal não interveio diretamente na arena política” (Meyer Resende & Hennig, 2015: 146).

1.3 Religião em Portugal

No âmbito da literatura sobre a religião, Portugal apresenta, ao longo da sua história, dinâmicas interessantes entre o Estado e a Igreja, sendo o Catolicismo a principal doutrina presente (Menéndez, 2007). Em formato de contextualização socio-temporal, é possível encontrar as primeiras reminiscências do controlo da prática religiosa pela Igreja, desde meados do século XVI, a partir do Concílio de Trento (Dix, 2010: 10). Da mesma forma, é possível verificar que, no contexto português, com particular foco a partir do século XVIII, a religião começou a apresentar as primeiras interações com a política. Estas dinâmicas Estado – Igreja, perceptíveis ao longo da história portuguesa, podem ser representadas pela analogia de “dois passos para a frente, um passo para trás” (Jalali, 2017), em alusão às flutuações nas dinâmicas de conflito-cooperação entre instituições. Neste sentido, a Igreja Católica foi fulcral no processo de identidade nacional, pois deteve “um papel importante na moldagem das mentalidades e na orientação dos comportamentos e atitudes” (Neto, 1993: 265), influenciando “as questões éticas e sociais e as decisões políticas e económicas da sociedade portuguesa” (Dix, 2010: 10).

O primeiro desafio do «projeto secular» com que a Igreja se deparou data do séc. XIX, representado por uma corrente liberal que enfraqueceu e debilitou as estruturas clericais portuguesas. A até então relação quase completamente estreita entre Igreja – Estado mostrava-se incapaz de combater a crescente secularização urbana, e nem o facto de o Catolicismo ter sido

instituído como a religião oficial da nação⁴, foi capaz de dissuadir a tendência secular (Dix, 2010: 10-15). Uma análise interessante é a perspectiva de Martins et al. (1948), que referem que foi a constituição do catolicismo como religião oficial do Estado a ter um efeito catalisador, contrário ao que seria expectável, e a dar início ao processo de laicização da sociedade portuguesa. A “religião do Reino” passara, de forma brusca, para uma situação de “separação laicista” (Vilaça, 2003: 376), representado pelo fim da Monarquia e dando origem à I República. O início do século XX revelou um contínuo aumento dos níveis de população urbana secular e em 1911 é efetuada a separação oficial entre Estado e Igreja.

O Estado, com forte cariz republicano, executara uma “agressiva política antirreligiosa⁵ (...), despertando na Igreja Católica um espírito de combate” (Dix, 2010: 14). Dentre algumas medidas drásticas é possível destacar o “arrolamento dos bens da Igreja” ou a “proibição de símbolos religiosos em lugares públicos”⁶. É também promulgada a legalização do divórcio, primeiro tema fraturante em Portugal, no âmbito da relação ideológica divergente entre o Estado e a Igreja. Uma vez mais é interessante a análise de Martins et al. (1948), no sentido em que, desta vez, tinha sido a Igreja Católica a sair favorecida desta separação, provocando o efeito contrário ao expectável pelos republicanos. Não menos importante, foram: em 1917, o fenómeno das Aparições de Fátima, que ganhou uma popularidade extrema, revigorando a Igreja Católica (Dix, 2010: 15); e o uso dos *media* como o principal meio para chegar até às massas, na formação da opinião pública e como principal difusor do catolicismo (Santos, 2013: 7).

A curta e instável experiência da Primeira República (1910-1926) foi seguida de um regime autoritário, denominado por Estado Novo, demarcado por uma “estabilidade forçada” (Jalali, 2017: 9). Salazar, com a consagração da Concordata de 1940 entre Portugal e a Santa Sé, restabeleceu quase todos os privilégios que a Igreja possuíra anteriormente. De novo, a Igreja e o Estado estavam num “*happy concert*” (Jalali, 2017: 9), onde Salazar reconhecia que os “princípios de uma só religião” eram “um dos mais poderosos fatores de unidade e coesão da Nação” (Teixeira, 2019: 16). Facto é, que o ainda hoje pressuposto inerente entre «ser português» aliado ao «ser católico», encontra-se patente nos discursos salazaristas, fortemente em torno do silogismo “português, logo católico” (Teixeira, 2019: 16). Ainda assim, Salazar não reconheceu a totalidade e igualdade de poderes ao foro religioso, preservando a separação, em vez de reverter totalmente o projeto

⁴ Presente na Constituição de 1822.

⁵ Tendo como atores oficiais: Teófilo Braga ou Afonso Costa; ou a legislação referente à “Lei da Separação do Estado das Igrejas”.

⁶ Ver mais em: <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/Separacao-Estado-Igrejas.aspx>

republicano. Desta forma, assegurou vantagens e posicionamento hierárquico superior para com a Igreja (Jalali, 2017: 11).

O Estado Novo teria o seu fim em 1974, altura em que Portugal começa a dar entrada no período democrático e onde se começam a observar novas dinâmicas Estado-Igreja, com a emergência de uma pacificação consensual entre ambas as esferas (Jalali, 2017: 12). Temia-se um “reacendimento da «questão religiosa» que marcou a 1ª República” (Santos, 2013: 16), no entanto, a Igreja Católica procurou adaptar-se à nova realidade, procurando um maior grau de entendimento em torno dos partidos políticos. Contudo, o período revolucionário (1974-76)⁷, foi marcado pela escolha do novo regime, onde três frentes políticas se opunham. Apesar da Igreja Católica (grande aliada do Estado Novo) se ter mantido sem muita intervenção no início da revolução, foi notório o aumento do compromisso entre a mesma e a facção do regime liberal democrata (Santos, 2005: 204-205). Este incremento interventivo pode ser explicado por três fatores: em primeiro lugar, “a necessidade de garantir a presença da Igreja Católica no seio de uma sociedade pluralista” (Teixeira, 2019: 39); em segundo, o “caso Renascença”, que expôs as diferentes facções políticas a questões primordiais, quer do ponto de vista das “divisões sociais, religiosas, ideológicas”, quer no âmbito “das liberdades individuais, de informação, (...) e o direito à propriedade privada” (Santos, 2013), ou, por outras palavras, se podiam/deviam (ou não) as entidades eclesásticas serem detentoras de propriedades independentes, como uma estação de rádio confessional; em terceiro lugar, a estratégia de Mário Soares⁸, assente numa aproximação política à Igreja Católica (Castaño, 2013). Esta estratégia adveio da enorme capacidade de mobilização populacional por parte da Igreja, oferecendo suporte contra a facção comunista e outros grupos da extrema esquerda nos «confrontos de rua», arena política de forte importância durante o período revolucionário (Jalali, 2017: 17).

Segundo Cruz (1998), o elemento chave para a transição e consolidação, em larga medida pacífica, da democracia em Portugal, prendeu-se pela tomada de posição e cooperação das entidades católicas na defesa por uma democracia multipartidária, defendida pelos partidos democratas liberais, o que pode servir como um dos fatores explicativos para a ausência de clivagem religiosa no atual sistema político-partidário. Outro ponto que demonstra a adaptação da Igreja aos novos contextos sociais foi a sua atitude permissiva em relação à alteração da lei do divórcio para casamentos católicos, e a consequente revisão e revogação do artigo na Concordata⁹.

⁷ PREC- Período/Processo Revolucionário em Curso.

⁸ Secretário-Geral do Partido Socialista entre 1973-1986.

⁹ Recorde-se a atitude da Igreja durante a I República face à legalização do divórcio e à diferença de atitudes nesta fase pré-democrática (Jalali, 2017, 18-19).

Vista como o «ano zero», o novo período com que Portugal se depara marca as remodelações das instituições no espaço social e começam-se a definir os novos moldes de atuação de cada esfera. A partir de 1976, após a nova Constituição ser aprovada na Assembleia da República, consagrando Portugal como Estado democrático e, ao abrigo do artigo nº41, como “estado não-confessional”, a religião passa a ser balizada “no seu próprio espaço social”, o que poderá ser comprovado empiricamente pela escassez de intervenções por parte da Igreja Católica no foro político nas décadas que se sucedem (Vilaça, 2003: 193). A exceção à regra surge veiculada pela questão sobre o aborto, surgindo assim a segunda política de moralidade a emanar no contexto português, no âmbito do *clash* ideológico confessional-secular. Mesmo assim, até ao final do século XX, as relações Estado-Igreja caracterizaram-se por uma certa paz e estabilidade.

À entrada do novo milénio, é possível observar novas dinâmicas e uma reativação do foro religioso, com destaque para a Concordata de 2004. As alterações provenientes da mesma remeteram a Igreja Católica para “novas dinâmicas sociais e religiosas (...) num espaço social onde existem outras confissões religiosas” (Santos, 2013: 32), porém, aufere de uma “posição de privilégio (...) pelo fato de ser a única religião que tem um acordo próprio com o Estado Português” (Santos, 2013: 32), assegurando personalidade jurídica à Conferência Episcopal Portuguesa. De destacar também, o período dos governos de centro-esquerda nas legislaturas entre 2005 e 2011, marcados por políticas que marcadamente vão contra os ideais e interesses católicos, tais como a proposta de levar a questão do aborto a novo referendo, a revisão da lei do divórcio ou a aprovação da procriação medicamente assistida – durante a legislatura 2005-09. A legislatura 2009-11 também foi igualmente marcada por temáticas fraturantes na sociedade, no âmbito da extensão dos direitos transexuais e da aprovação do casamento entre pessoas do mesmo sexo (Jalali, 2017: 26).

Esta relação mais tensa entre Estado-Igreja foi amenizada na legislatura seguinte (2011-15), com o regresso de partidos de direita e centro-direita ao governo (coligação PSD-CDS), uma vez que, não só os partidos de direita não priorizam temáticas de moralidade na agenda política, como a crise económica instaurada no país relegava para segundo plano, matérias que não fossem consideradas “problemas reais”, como o desemprego ou questões de cariz económico (*in* Brandão & Machado, 2012: 666). A partir de 2015, com um governo socialista com apoio parlamentar das esquerdas, voltaram a surgir na agenda política matérias de cariz ético-moral, como a aprovação da adoção homoparental, a revisão da legislação referente ao aborto e a extensão de direitos à procriação medicamente assistida, não apenas para casais heterossexuais (Jalali, 2017: 26). Por estas razões, é possível inferir que estamos perante um quadro de “separação laica mas não

absoluta” (Vilaça, 2003: 376), no sentido em que, as primeiras duas décadas do século XXI foram marcadas por novas tensões entre as esferas política e religiosa, e pela politização de vários “temas fraturantes”, porém insuficientes para gerar uma “cultura de guerra” dentro da sociedade portuguesa (Jalali, 2017: 40).

Vilaça e Oliveira (2015: 31) concluem que, a relação entre ambas as esferas, apesar de algo complexa, “não é isenta de cooperação, negociação e mesmo cumplicidades”, uma vez que Portugal apresenta elevados níveis de vitalidade religiosa em termos de “pertença, crença e comportamento” (Jalali, 2017: 2). Esta “vitalidade religiosa” portuguesa poderá ser representada por rasgos de “elevada confiança na instituição eclesiástica”, “uma alta identificação religiosa com o catolicismo” e “um elevado nível de crença em Deus” (Menéndez, 2007: 761), conferindo o carácter confessional como um elemento característico da população portuguesa. A tendência será para que as fricções no seio português “se vão agravando à medida que a sociedade avança em direção a uma constelação de valores, crenças e sensibilidades não especificamente religiosos a que a Igreja se opõe” (Menéndez, 2007: 769), com o crescimento de valores mais permissivos em questões sobre identidade sexual, igualdade de género, novas dinâmicas ao modelo “tradicional” familiar, autodeterminação individual ou tratamentos de fim de vida, que resultam num *clash* entre visões morais distintas.

Introduzindo o conceito de secularização, a teoria refere a *secularization thesis* como a crença de que, há medida que as sociedades progridem (se modernizam), a religião tende a perder o seu poder e autoridade em todos os aspetos da vida social e política (Inglehart, 2000). A teoria é complementada pelo debate em torno da privatização da religião, emergindo a questão do posicionamento atual da Igreja Católica em Portugal: se permanece na esfera pública ou se foi remetida para a esfera privada. Refutando a teoria surgem autores como Berger (2014), referindo que o futuro não será o de um mundo secularizado, mas o de um mundo com “muitos altares”. Já Riis procura “demonstrar que a religião está muito próxima das identidades nacionais” (*in* Vilaça, 2003: 65), e por isso, não deve ser descartada pela teoria da secularização. Vilaça (2003: 66) ajuíza que, seria “demasiado redutor e linear afirmar que a religião muito simplesmente se privatizou”, referindo a descrença para com a “total anulação dos recursos de intervenção das instituições religiosas no espaço público”. Toldy (2013: 46-47) também considera que, “não será exato dizer que a religião (...), na sua forma institucional, foi remetida para o espaço privado”, e que ainda se verifica um “peso persistente da Igreja Católica na sociedade portuguesa”. Por sua vez, Dix (2010) afirma que a conceção da teoria da secularização se revela “cientificamente pouco satisfatória”, uma vez que existe falta de consenso teórico sobre o que é entendido por secularização e, embora

se verifique, por um lado, “uma queda evidente da prática religiosa e da influência política ou moral das instituições religiosas”, por outro lado, “existem vários indícios de que as mesmas (...) não estão dispostas a aceitar o papel marginal que lhes foi atribuído” (Dix, 2010: 6). Refere ainda a ideia errônea da generalização feita por teorias de modernização, ou seja, “a situação religiosa da Europa não pode ser relatada partindo apenas de um modelo genérico de secularização” (Dix, 2010: 6).

Por outro lado, autores como Menéndez (2007), referem teorias inicialmente propostas por Inglehart (2000), onde a tendência será para que a religiosidade perca cada vez mais poder nas sociedades devido à modernização cultural. Esta tendência é sustentada por duas dimensões: em primeiro lugar, o conceito de individualização social, onde é dado maior ênfase à capacidade de decisão do próprio indivíduo, de acordo com critérios pessoais e em detrimento de influências externas ou formas de autoridade reguladora social ou moral; em segundo lugar, «a teoria de Maslow», referente à pirâmide hierárquica de preferências, na qual o ser-humano contemporâneo deixa de “ênfatar as prioridades baseadas no bem-estar material, a favor de outras prioridades «pós-materialistas», baseadas na autoexpressão e na realização pessoal” (Menéndez, 2007: 770-771). O autor conclui ao teorizar que, “quanto maior o grau de individualização de uma pessoa, menor o seu grau de religiosidade” (Menéndez, 2007: 773).

Para o contexto português, Dix (2010) reafirma que a esfera religiosa continua a ter, a par da esfera secular, “um papel significante na construção da contemporaneidade portuguesa” (Dix, 2010: 7), e que “Portugal está marcado (...) por um certo catolicismo «difuso», que continua a influenciar os comportamentos e atitudes sociais” dos portugueses (Dix, 2010: 19). Refere ainda que a religião constitui um importante fator social no contexto português, “conseguindo sempre afirmar-se e reconfigurar-se no espaço público” (Dix, 2010: 19). Remata neste sentido, afirmando que “Portugal é modernamente um país ao mesmo tempo secularizado, religioso e católico” (Dix, 2010: 24). Refuta a ideia do inevitável antagonismo que tem de existir entre a religião e a modernização, valorizando assim, a plasticidade e a capacidade de adaptação à mudança por parte da Igreja Católica, mantendo a sua influência no seio da sociedade portuguesa contemporânea (Santos, 2013: 26-27).

Neste sentido, Fink (2009) sugere que a Igreja Católica pode ainda atuar como um “*societal veto player*” em democracias ocidentais, influenciando processos políticos em sociedades supostamente “seculares”. O fator principal que influencia a capacidade de determinada instituição católica em atuar como um “*veto player* social” prende-se com o seu “potencial de mobilização” (Fink, 2009: 81). Como “potencial de mobilização”, é definido a capacidade que determinada entidade clerical tem em mobilizar os seus fiéis para a ação política, tal como movimentos coletivos

sob a forma de protestos ou para determinado comportamento de voto. Fink (2009: 82) sugere ainda que, quanto maior o grau de religiosidade dos fiéis católicos, mais propensos estarão a agir politicamente por causas religiosas. No entanto, reforça que, nem todos os temas poderão obter capacidade de mobilização, quer pelo desinteresse dos fiéis nas matérias, quer porque os temas não são suficientemente salientes na agenda da Igreja.

A segunda característica que promove a ação da Igreja como “societal veto player” prende-se com as suas preferências. Desta forma, Fink (2009: 82-83) sugere que, “a forte fixação das Igrejas em valores morais absolutos”, constitui a base da sua ordem de preferências, sendo que a mesma dificilmente se desvia dos seus ideais, “uma vez que [estes] estão fortemente vinculados pelas suas doutrinas”. Neste sentido, é igualmente valorado a homogeneidade da Igreja Católica como instituição e a sua coesão intra-clerical, em termos de preferências políticas dos seus membros. Outro aspeto valorativo é a disciplina dos seus líderes. Por disciplina, é referido a disposição que os membros do clero têm “em agir de acordo com as diretivas dos seus líderes”. Nesta perspetiva, importa realçar a análise de Meyer Resende e Hennig (2015: 157), em que destacam o comportamento do líder da Igreja Católica em Portugal, cardeal-patriarca D. José Policarpo (1998-2013), onde a sua atitude mais liberal se traduziu numa ação mais reservada por parte da Igreja “durante os controversos debates que levaram à mudança das leis do aborto e do casamento entre pessoas do mesmo sexo”, em 2007 e 2010, respetivamente.

Por fim, Fink (2009: 84) analisa o impacto da Igreja sobre referendos, referindo ser o “*veto point*” mais importante, na ótica da entidade eclesial. A sua importância deriva do facto dos referendos poderem ser usados para “revogar leis já aprovadas”, mas também podem ser usados de forma antecipada, para restringir uma futura aprovação de lei. A ameaça de um referendo “pode alterar o processo de formulação de políticas”, uma vez que obriga os legisladores a calcularem os riscos de uma lei ser derrubada *à posteriori*, promovendo, deste modo, uma reelaboração das suas propostas legislativas (in Fink, 2009: 84). Em suma, “com a ameaça de usar o seu potencial de mobilização”, quer através de referendos, quer por “protestos em massa”, a Igreja pode “iniciar negociações com atores políticos” ou reverter projetos políticos outrora definidos (Fink, 2009: 84).

2. ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

2.1 Notas introdutórias

No capítulo anterior foi abordado o enquadramento teórico da presente dissertação, focando-se em duas secções: políticas de moralidade e a religião no contexto português. Assim, foram apresentadas a definição/concetualização de políticas de moralidade, e foi problematizada a influência da religião no processo de construção deste tipo de questões, com a contextualização socio-temporal das relações Estado-Igreja. Foi, ainda, apresentada uma abordagem a respeito da teoria da secularização, concluindo com a perspetiva da ação da Igreja como um “*veto player*” social. Neste capítulo, será abordado o enquadramento metodológico da dissertação. Nesse sentido, é analisada a pertinência das unidades de análise selecionadas e os objetivos de investigação, assim como as delimitações temporais de análise e o *research design* adotado.

2.2 Objetivos de investigação

De acordo com o enquadramento teórico efetuado, esta dissertação pretende analisar o desenvolvimento das políticas de moralidade em Portugal, em duas vertentes: política e religiosa. Para este efeito, serão analisadas quatro políticas de moralidade, nomeadamente, (a) a interrupção voluntária da gravidez, (b) a morte medicamente assistida, (c) o casamento entre pessoas do mesmo sexo e a (d) adoção por casais do mesmo sexo. As primeiras duas são referentes às “questões de vida e morte”, enquanto que as duas seguintes se enquadram nas “questões de comportamento sexual” (Heichel et al, 2013: 320).

A pertinência de seleção destas temáticas para análise é, em primeiro lugar, salvaguardada pela perspetiva de Euchner (2019: 7), que refere o cuidado que é preciso ter durante o processo de escolha de unidades de análise. Euchner (2019: 7) argumenta que, sendo a maioria das políticas multidimensionais, elas podem ser enquadradas em diferentes categorias, não estando apenas restringidas ao campo da moralidade¹⁰. Um segundo argumento provém da revisão de literatura realizada, onde é possível destacar que este *set* de políticas de moralidade é sujeito a um maior número de investigações sistemáticas, o que, consequentemente, providencia um maior número

¹⁰ A título de exemplo: a legislação sobre o *gambling*, pode ser visto como uma “*political sin*” ou como política pública relacionada com atividades de lazer (Von Herrmann, 2002: 7).

de dados disponíveis e grau de credibilidade na escolha das temáticas (Engeli et al, 2012; Euchner, 2019: 11). Um terceiro argumento parte da classificação de Knill (2013), onde as quatro unidades de análise definidas se enquadram no campo relativo às “*manifest morality policies*”, onde valores e crenças individuais constituem um papel central durante o processo de liberalização das mesmas. Esses valores são igualmente relevantes como instrumentos de poder político-social por grupos institucionais (como a Igreja Católica), sendo que as flutuações ao longo do processo legislativo sobre estas temáticas traduzem-se num maior ganho (ou perda) de poder destes atores na sociedade (Knill, 2013: 312-314). Engeli et al. (2012) reforçam a perspetiva, referindo que, casos típicos, enquadrados nesta classificação, são as questões de “vida e morte” e temas relativos à sexualidade. Este tópicos também apresentam um maior grau de probabilidade de estarem ligados a conflitos entre grupos religiosos e seculares (*in* Euchner, 2019: 6). Para concluir, Knill (2013: 312-314) reforça a teoria de que, “muitas vezes, estas questões estão intimamente relacionadas com orientações religiosas”, sugerindo que, no campo das “*manifest morality policies*”, estes conflitos priorizam um quadro argumentativo baseado em crenças, do que em evidências científicas.

No âmbito da vertente política, a literatura apresenta uma reemergência das questões morais nas agendas políticas de 18 países na Europa, ao longo dos últimos 70 anos (*in* Euchner, 2019: 3). Esse facto é ainda corroborado pelo caso português, uma vez que, nos últimos 20 anos foi perceptível uma crescente tendência para a liberalização moral (Kohl & Pina, 2016). Nessa perspetiva, Portugal apresenta-se como um dos países com maiores índices de liberdade moral a nível mundial, representado por uma taxa de “*very high moral freedom*” no que respeita à liberdade nos campos da religião, bioética, consumo de drogas, sexualidade, igualdade de género e equiparação de diferentes formas de família (Kohl & Pina, 2016: 17). Sendo o papel dos partidos políticos, um dos cinco fatores explicativos no âmbito dos processos de liberalização de políticas de moralidade¹¹ (Euchner, 2019: 8), é objetivo da dissertação compreender os respetivos processos políticos dos quatro temas sob escopo. Para este efeito, são considerados seis objetivos operacionais.

O primeiro objetivo de investigação parte da hipótese de Hibbs (1997), que sugere a importância dos partidos políticos em *policy change*, aludindo ao facto de que o posicionamento do(s) partido(s) no governo é um fator determinante nos *outputs* legislativos, em determinada questão de moralidade. Euchner (2019a: 235) refere também que, partidos que se encontram na

¹¹ Os cinco fatores explicativos prendem-se por: a importância das instituições (Studlar & Cagossi, 2018); o impacto dos movimentos sociais (Ayoub, 2016); a influência dos partidos políticos (Euchner, 2019: 8); a presença de grupos de pressão (Euchner, 2019); e o peso da religião (Engeli et al, 2012).

oposição podem encontrar vantagens em politizar este tipo de matérias, com o objetivo de dividir o parlamento, e consequentemente, aumentar o seu poder político a longo prazo. Procura-se, assim, compreender a importância da incumbência na atividade parlamentar sobre políticas de moralidade. Empiricamente, esta análise é efetuada considerando cada política de moralidade e, em perspetiva comparada, por subtipo de política de moralidade. De acordo com a conceção grupal definida por Heichel et al. (2013: 320), consideram-se a interrupção voluntária da gravidez e a morte medicamente assistida como “questões de vida/morte” e o casamento entre pessoas do mesmo sexo e a adoção por casais do mesmo sexo como “questões de sexualidade”. Uma vez que estes dois subtipos de moralidade são casos típicos de “*manifest morality policies*” (Knill, 2013), é intenção da dissertação efetuar uma comparação dos dois subtipos ao longo da investigação, de forma a compreender qual dos campos de moralidade apresenta maior atividade parlamentar e interesse partidário, no contexto português.

Em segundo lugar, pretende-se compreender até que ponto o tipo de partidos políticos pode explicar variações na atividade parlamentar sobre políticas de moralidade. Este objetivo deriva da premissa de Hurka et al. (2018) ao denotar que, o uso de questões de moralidade pode ser adotado como estratégia partidária para captar nichos de eleitorado, no sentido de fazer crescer partidos mais pequenos, ou para sublevar partidos maioritariamente identitários. Nesse sentido, espera-se que os partidos mais pequenos proponham mais iniciativas parlamentares sobre políticas de moralidade do que partidos *mainstream*. Para a definição de “partidos *mainstream*” foi tido em conta a dimensão dos partidos políticos considerando o nível de militância respetivo. Desta feita, consideram-se como “partidos *mainstream*”, o PS e o PSD. Em contrapartida, “outros partidos” é constituído por todos os restantes partidos que apresentaram propostas parlamentares sobre os temas em discussão. Igualmente, a análise é efetuada por política de moralidade e, em perspetiva comparada, por subtipo de moralidade.

Os dois objetivos de investigação seguintes prendem-se por uma observação sistemática de padrões do mapeamento cronológico efetuado, sendo que: por um lado, permitem descrever e compreender quais os partidos que mais politizaram questões de moralidade para a agenda política; e, por outro lado, qual é o posicionamento dos partidos políticos ao longo dos processos relativos à liberalização de questões de moralidade, em perspetiva longitudinal. As questões apresentam, por isso, um carácter descritivo.

Os dois objetivos de investigação finais pretendem analisar qual foi a temática mais debatida em sede parlamentar, considerando, também, qual dos processos políticos demorou, em média, mais tempo até ser aprovado. Em suma, esta análise pretende explicar as variações na

apresentação da atividade parlamentar sobre políticas de moralidade (objetivos 1 e 2), descrever tendências da atividade partidária e compreender melhor a ação individual dos partidos políticos sobre processos de liberalização de temáticas de moralidade.

No âmbito da vertente religiosa, vários fatores explicam a centralidade da análise da Igreja Católica sobre políticas de moralidade em Portugal. Em primeiro lugar, tal deve-se ao seu cariz doutrinário conservador e com um passado enraizado no seio da sociedade portuguesa (Jalali, 2017), onde a análise de Cook (2019) sugere uma forte correlação entre a proporção de católicos e a maior restrição em relação a “políticas morais”. Um segundo fator sugere que, por serem questões de cariz ético-moral, privilegiam a maior mobilização e o intervencionismo das comunidades católicas, devido ao *clash* ideológico provocado pelos princípios fundamentais inerentes às próprias temáticas (Dix, 2010: 9). Em terceiro lugar, a análise de Schiffino et al. (2009) e Green-Pedersen (2007) “apontam para o papel central de atores religiosos na definição de conflitos políticos em torno de questões de moralidade” (Engeli et al, 2012: 20). No entanto, na sociedade portuguesa, uma quarta perspetiva sugere que não é fácil “encontrar informação suficiente e atualizada para medir a presença da Igreja”, e ainda mais difícil é “avaliar o conteúdo e os efeitos desta intervenção”, reforçando o interesse deste campo de investigação, “designadamente para que se possa saber qual é efetivamente o poder que a Igreja tem”, concluindo que “não parece possível entender-se o que é Portugal sem se conhecer a posição e a função da Igreja Católica neste país” (Antunes: 1982: 1151-1154). Dix (2010: 23) ressalva ainda a importância de uma observação mais atenta dos “processos de reconfiguração do catolicismo no espaço público, para fornecer declarações sobre a relação entre o religioso e o secular, dentro da sociedade portuguesa”, sugerindo uma diferenciação temporal em relação à importância que a esfera católica teve/tem nos processos de *policy-making* em Portugal. Por fim, a análise de Vilaça e Oliveira (2015: 130) que, contrariamente aos pontos anteriores, sugerem um “declínio da influência da Igreja (...) em relação a questões de política moral” (*in* Meyer Resende & Hennig, 2015: 149), o que enaltece os propósitos da presente investigação, devido às divergências argumentativas apresentadas entre investigadores. Vilaça e Oliveira (2015: 43) referem ainda que, a análise efetuada em que pretendiam expor os limites das teorias de secularização em Portugal, “deve ser considerado como primeira etapa de uma investigação mais vasta”, o que promove os traços de complementaridade a que a dissertação se propõe, não só no âmbito das políticas morais, como na promoção de maior conhecimento sobre a esfera religiosa em Portugal.

Por estas razões, pretende-se analisar o papel da Igreja Católica ao longo dos processos de moralidade supramencionados, sendo a observação efetuada ao nível do órgão-máximo da

instituição eclesiástica a nível nacional, detentora de estatuto jurídico reconhecido pela Concordata de 2004, nomeadamente, a Conferência Episcopal Portuguesa. Sob esta perspetiva, pretende-se, em primeiro lugar, verificar os seus posicionamentos, de forma a compreender se o seu carácter mais restritivo em relação às temáticas é, na prática, observado ao nível da Conferência Episcopal. Em segundo lugar, inferir o quadro argumentativo apresentado, de forma a compreender que tipo de argumentos são utilizados pela Igreja e qual é o seu grau de saliência, não só dentro da mesma questão de moralidade, como em perspetiva comparada. A sustentação para a observação do quadro argumentativo parte do pressuposto apresentado por Knill (2013: 312-314), onde a prevalência pela utilização de argumentos baseados em crenças é superior a argumentos com base em evidências científicas. Em terceiro lugar, é objetivo da investigação analisar as estratégias de intervenção utilizadas pela Conferência Episcopal sobre processos políticos de questões de moralidade, uma vez que Meyer Resende e Hennig (2015: 147) referem que, as estratégias provenientes de “atores religiosos” representam um dos “poucos fatores não contestados que afetam os processos de políticas de moralidade”. A análise de Meyer Resende e Hennig (2015: 149-150) também permitiu denotar que a Igreja Católica evitou uma intervenção direta na arena política em relação aos temas do aborto e casamento entre pessoas do mesmo sexo, fazendo apenas algumas intervenções indiretas. Deste modo, é objetivo da dissertação confirmar (ou não) estas ilações, através de uma análise sistemática de um corpo de políticas de moralidade mais amplo e diversificado. A observação dos mecanismos de intervenção também será efetuado em perspetiva comparada, de forma a demonstrar em que subtipos de moralidade a ação da Igreja Católica apresenta maior grau de saliência.

Para complementar a análise do foro religioso, será efetuado um estudo de caso em relação à eutanásia que, à data da redação desta investigação (início de 2020), se encontrava em debate. Neste sentido, é objetivo da dissertação ilustrar a ação da Igreja em contextos de debate de políticas ético-morais, tendo sido escolhido o tema da morte medicamente assistida, pelo facto de ser a temática sob debate aquando do processo de desenvolvimento desta dissertação. Desta forma, é expectável analisar um quadro argumentativo e de estratégias de intervenção pela perceção de membros eclesiásticos que, de uma forma mais vívida e presente, ajudam a fornecer dados de complementaridade da ação da Igreja Católica, em detrimento de uma análise às restantes três questões de moralidade, uma vez que os seus processos políticos já findaram.

Uma outra perspetiva surge pela análise do artigo de Meyer Resende e Hennig (2015: 148), uma vez que é referido que, pelo facto da Conferência Episcopal ser composta por uma representação pluralista dos bispos de cada diocese, o seu papel na hierarquia católica resulta

numa ação mais representativa do que executiva. No entanto, o Patriarca de Lisboa é considerado a autoridade executiva máxima da hierarquia católica. Desta feita, apesar do pluralismo interno no conselho permanente da Conferência Episcopal, a Igreja tende a seguir uma estratégia única em debates político-morais. Por esta razão, será interessante a análise das estratégias de intervenção, uma vez que permite verificar se as estratégias apresentadas pela Conferência Episcopal, correspondem àquelas praticadas pelas dioceses, através da perceção dos membros eclesiais.

Em suma, a análise efetuada através do estudo de caso permitirá completar o quadro de argumentos e estratégias utilizados pela Igreja Católica de forma a influenciar debates sobre políticas de moralidade e, no caso, sobre o tema da eutanásia. Serão ainda exploradas as perceções de membros clericais em relação a um possível referendo, sobre o processo político decorrente e na proposta de estratégias de intervenção para o debate político, sob o objetivo de, uma vez mais, fornecer traços de complementaridade do papel da entidade clerical sobre políticas de moralidade.

2.3 Delimitação temporal de análise

Relativamente às limitações temporais, a dissertação pretende focar-se no espaço temporal referente ao período democrático. Dentro deste balizamento temporal será efetuado, ao nível político, o mapeamento dos processos de liberalização de cada temática, desde a data de entrada do primeiro projeto-lei até à data da última apreciação parlamentar, respetivamente:

Tabela 1- Delimitações temporais de análise

Política de Moralidade:	Data de início (legislatura)	Data final (legislatura)
Aborto	1980-06-05 (I)	2013-02-15 (XII)
Eutanásia	2016-04-26 (XIII)	2020-02-20 (XIV)
Casamento Homoafetivo	2006-02-07 (X)	2010-05-31 (XI)
Adoção Homoparental	2011-12-22 (XII)	2016-02-29 (XIII)

Quanto à análise da vertente religiosa, e para efeitos de exequibilidade de recolha e análise de dados, a proposta de dissertação pretende proceder à investigação no espaço temporal referente às primeiras duas décadas do século XXI, com início a 01/01/2000 e término de análise a 01/03/2020. A delimitação deste espaço temporal advém de dois pontos. O primeiro, prende-se pelo facto de que, uma proposta de análise temporal pré-2000 só poderia ser realizada com acesso ao arquivo físico da Conferência Episcopal, ao qual foi negado o acesso. Desta feita, foram contabilizados os documentos disponibilizados pelo arquivo *online* do *website* oficial da Conferência Episcopal, que datam do início de 2000, sendo que, no total, foram contabilizados 228 documentos publicados (até 01/03/2020). O segundo ponto visa o facto de que, três das quatro

políticas sob escopo, findaram o seu processo de liberalização dentro da janela temporal delimitada, sendo que, a quarta política ainda se encontra sob debate (eutanásia).

2.4 Metodologia utilizada

As linha de investigação propostas ao longo deste capítulo envolvem a construção de um modelo de análise com etapas metodológicas diferentes, referentes às etapas do processo de observação ao nível de cada uma das instituições sob análise (Parlamento e Igreja Católica). Nesse sentido, a investigação compreende uma linha metodológica qualitativa dividida em dois níveis de análise: político e religioso.

No plano político, é efetuado uma análise qualitativa descritiva, com recurso ao *website* da Assembleia da República, de forma a possibilitar a elaboração de tabelas cronológicas de atividade parlamentar¹², que apresentam os seguintes moldes: data de entrada do diploma, autoria e tipo de diploma, data e tipo de votação, e orientação de voto partidário. A elaboração destas tabelas auxilia o mapeamento sistemático dos processos políticos, permitindo a recolha de dados para dar resposta às seis questões (objetivos) sob análise.

No que concerne à primeira questão, *“Quem apresenta mais iniciativas parlamentares em políticas de moralidade: partidos no governo ou na oposição?”*, a análise de dados comporta a recolha de todas as iniciativas parlamentares apresentados pelo(s) partido(s) no governo e pelos partidos na oposição, ao longo das legislaturas em que decorreu determinado processo político. A segunda questão, *“Quem apresenta mais iniciativas parlamentares em políticas de moralidade: partidos mainstream ou outros partidos?”*, tem os mesmos moldes de análise da questão anterior, uma vez que, é possível inferir o objetivo proposto ao analisar todas as iniciativas parlamentares apresentadas, ao longo das legislaturas em que determinado processo político decorreu.

Para responder à terceira questão, *“Qual foi o partido político que apresentou mais iniciativas parlamentares?”*, é igualmente efetuado uma análise do número total de iniciativas apresentadas por partido. Deste modo, é possível observar qual foi o partido mais «politizador» em determinada questão de moralidade, e em perspetiva comparada. Esta análise também permite denotar variações de atividade parlamentar intrapartidária. No que concerne à quarta questão, *“Como foi o posicionamento dos partidos políticos ao longo dos processos relativos à liberalização de questões de moralidade?”*, a análise é efetuada, tendo em conta o posicionamento de cada partido face ao

¹² Disponíveis em anexos.

tipo de propostas apresentadas. Nesse sentido, a análise individual partidária apresenta uma perspectiva global por legislatura, em que é possível verificar se os mesmos se mantiveram constantes, ou se sofreram flutuações ao longo do processo legislativo. Em súmula comparativa, é ainda possível verificar se o posicionamento partidário dentro do mesmo subtipo de moralidade é o mesmo ou varia consoante a temática (apenas são analisados os partidos que estiveram presentes nos quatro debates em questão).

Em relação à quinta questão, *“Qual o tipo de políticas de moralidade mais debatida em Parlamento?”*, esta é observada através do número total de iniciativas (parlamentares e populares) que deram entrada na Assembleia da República. Deste modo, é possível observar: de onde provieram as iniciativas e que subtipo de moralidade apresenta maior número de iniciativas. Por fim, a última questão, *“Qual o subtipo de políticas de moralidade que demoram mais tempo a ser aprovados em Parlamento?”*, é analisada pela observação da duração média das propostas parlamentares por questão de moralidade, desde a entrada do projeto na Assembleia da República até ao desfecho final respetivo.

No plano religioso, o processo metodológico envolve a análise sistemática de 228 documentos emitidos pela Conferência Episcopal Portuguesa, onde se pretende observar as perspectivas da Igreja Católica ao longo dos processos de liberalização das quatro políticas sob análise. A análise de conteúdo comporta os documentos publicados pela Conferência Episcopal que se apresentam sob a forma de: carta/nota pastoral, discursos de abertura e comunicados finais de assembleia plenária, entre outros documentos. A análise sistemática documental foi codificada de forma manual, e possibilita: identificar o número de documentos em que determinada temática foi referida; inferir o posicionamento da Igreja face às políticas de moralidade e respetivo quadro argumentativo; observar as estratégias de intervenção utilizadas por política moral e, em perspectiva comparada, entre subtipos de políticas de moralidade.

De forma a operacionalizar a análise aos mecanismos de intervenção utilizados pela Conferência Episcopal, o modelo proposto pela Tabela 2, tem por base a raiz do modelo apresentado no artigo de Meyer Resende e Hennig (2015: 149), com adaptações consideradas pertinentes para o panorama de análise que se pretende efetuar, de forma a que cada mecanismo de intervenção utilizado pela CEP, somente possa corresponder a um dos campos de intervenção (direta ou indireta).

Tabela 2- Operacionalização da análise de estratégias de intervenção

Intervenção Direta (ao legislador)	Intervenção Indireta (ao eleitorado)
------------------------------------	--------------------------------------

1- Apoio explícito a atores políticos;	1- Influência de consciências individuais;
2- Pronunciamentos políticos sobre o tema;	2- Mobilização/apoio a movimentos civis, iniciativas ou referendos;
3- Orientações clericais a legisladores.	3- Apelo ao voto (ex: em referendos);
	4- Promoção de sessões de clarificação (ex: maior debate sobre o tema).

Desta forma, entende-se por mecanismo de “intervenção direta” a referência direta ao legislador e “intervenção indireta” a ação que visa influenciar o eleitorado. Este modelo de análise também será utilizado no âmbito do estudo de caso, apresentado com maior detalhe em seguida.

Pelos motivos apresentados, a análise de conteúdo qualitativo será executada de forma manual. A decisão de analisar a ação da Igreja Católica do ponto de vista documental, a partir da Conferência Episcopal Portuguesa, prende-se, em primeiro lugar, porque documentos oficiais constituem uma fonte inestimável de dados para a pesquisa qualitativa, devido à sua fonte de legitimidade e credibilidade, traduzindo-se numa elevada taxa de fiabilidade e confiabilidade (Mackieson et al, 2019: 970). Em segundo lugar, pelo facto de o *website* da Conferência Episcopal contar com um arquivo que, mesmo não dispondo de conteúdo pré-2000, é suficientemente capaz de fazer face às expectativas de análise da dissertação, onde os documentos disponíveis permitem obter uma imagem da ação eclesial ao longo das primeiras décadas do século XXI. Em terceiro lugar, o arquivo *online* privilegia o acesso documental sem que exista a necessidade de aprovações éticas prévias, favorecendo a análise de maneira sistemática e menos morosa (Mackieson, 2019: 970). E, por fim, sendo a Conferência Episcopal a mais alta instância hierárquica da Igreja Católica, será expectável que as principais diretivas provenham desta arena clerical, e que, consequentemente, sejam descentralizadas para as dioceses (Meyer Resende & Hennig, 2015).

Como complemento da análise ao foro eclesial, foi conduzido um estudo de caso, relativo ao tema da eutanásia. Este estudo de caso é de cariz típico ou representativo (Yin, 2005), visto que serve o propósito de ilustrar a ação da Igreja Católica durante processos de liberalização de políticas de moralidade. Tal como refere Yin (2005), o estudo de caso é uma estratégia apropriada para as ciências sociais, uma vez que existe uma convergência de informações sobre determinado fenómeno. Nesse sentido, foi conduzido um método de observação qualitativo, através de entrevistas semi-estruturadas a 13 membros eclesiais, tendo como objeto de amostra: quatro clérigos pertencentes à diocese de Aveiro, cinco clérigos da diocese de Braga e quatro clérigos da diocese do Porto. As entrevistas decorreram, presencialmente, no dia 12 de março de 2020, a três membros da diocese de Braga, e entre o período de 21 a 27 de abril, por videochamada¹³, aos

¹³ Devido aos efeitos provocados pela pandemia COVID-19, em Portugal.

restantes 10 entrevistados. O recurso a este método pretende exemplificar e fornecer uma maior compreensão das dinâmicas da instituição católica em torno das questões de moralidade, através do conhecimento da perceção de membros confessionais face à Igreja Católica, uma vez que estes possuem legitimidade representativa para serem considerados como amostra de interesse e, consequentemente, proporcionarem a obtenção de respostas confiáveis, fornecendo a fiabilidade necessária para os fins do estudo a que a investigação se propõe (Duarte, 2005: 5).

A seleção da amostra prende-se pelos cargos eclesiásticos referentes aos graus inferiores aos de bispo, nomeadamente, 11 presbíteros (padres, párocos, sacerdotes) e dois diáconos. Os critérios de seleção são baseados na amostra por conveniência (Duarte, 2005: 5), estando limitados à área territorial relativa aos membros pertencentes às dioceses de Aveiro, Braga e Porto. Aos entrevistados, foi ainda solicitada a assinatura de um consentimento informado ou a aceitação verbal e explícita das condições presentes na declaração de consentimento para o exercício da entrevista, autorizando a sua gravação para posterior transcrição, com a garantia do anonimato dos participantes¹⁴. O recurso a esta abordagem metodológica pretendeu exemplificar a atuação da Igreja neste tipo de políticas, sob o ponto de vista diocesano. Enquadra-se neste *research design*, na medida em que complementa a análise descritiva do papel da Igreja Católica.

Relativamente às questões da entrevista, estas provêm do debate da morte medicamente assistida, onde se procura aprofundar o estudo de caso a partir das respostas do entrevistado, visando compreender: em primeiro lugar, perceções em relação à eutanásia; em segundo, perspetivas em relação ao referendo; de seguida, perceções sobre o processo político decorrente; em quarto lugar, conhecer as estratégias utilizadas pela Igreja ao longo do debate; e, por fim, a proposta de mecanismos de intervenção, de forma a influenciar o debate na esfera política. Assim, de uma forma global, esta dissertação pretende contribuir para o debate teórico sobre políticas de moralidade. Em paralelo, o *research design* adotado visa triangular diferentes tipos de observação, nomeadamente através da análise qualitativa descritiva, de conteúdo e através de entrevistas semi-estruturadas. Em termos substantivos, esta dissertação permite compreender as diferentes esferas e perspetivas de atores diversificados, auxiliando a complementaridade em relação ao mapeamento das temáticas e o consequente enriquecimento do ponto de vista literário. Por fim, tem relevância do ponto de vista social visto estar-se a debater um tema *in vogue* nas sociedades contemporâneas e, em particular no contexto português, como é o caso da eutanásia, promovendo um maior conhecimento académico no âmbito das esferas política e religiosa.

¹⁴ A transcrição das entrevistas encontra-se disponível em anexos, juntamente com o modelo de guião de entrevistas e declaração de consentimento.

3. A POLÍTICA EM QUESTÕES DE MORALIDADE

3.1 Notas introdutórias

Ao longo do último capítulo foi apresentado o enquadramento metodológico adotado na presente dissertação, com a exposição da pertinência das unidades de análise, os objetivos que se pretendem inferir, a delimitação temporal de observação e o *research design* proposto. Este capítulo pretende analisar a vertente política e conta com cinco secções. Visa uma análise individualizada de cada política de moralidade sob escopo, sendo que a última secção apresenta uma súmula comparativa entre os dois subtipos de moralidade. Adicionalmente, apresenta uma visão global do papel dos partidos políticos ao longo dos respetivos processos políticos. A análise efetuada ao longo do capítulo foi realizada com o recurso a tabelas cronológicas de atividade parlamentar de cada política de moralidade¹⁵.

3.2 A Interrupção Voluntária da Gravidez

De acordo com os objetivos de investigação propostos para a vertente política, a Tabela 3 apresenta a análise de dados que possibilita a resposta à primeira questão, no sentido em que se pretende observar se são os partidos no governo ou na oposição, aqueles que apresentam mais iniciativas parlamentares sobre políticas de moralidade (no caso sobre a «IVG»).

Tabela 3- Número de iniciativas parlamentares entre partidos no governo e oposição: interrupção voluntária da gravidez

Interrupção Voluntária da Gravidez		Governo	Oposição
Legislatura I	Governo (PS + CDS)	0	1
Legislatura II	Governo (PSD + CDS + PPM)	0	1
Legislatura III	Governo (PS + PSD)	1	1
Legislatura IV	Governo (PSD + CDS + PRD)	0	0
Legislatura V	Governo (PSD)	0	0
Legislatura VI	Governo (PSD)	0	0
Legislatura VII	Governo (PS)	4	4
Legislatura VIII	Governo (PS)	0	2
Legislatura IX	Governo (PSD + CDS)	1	12
Legislatura X	Governo (PS)	6	8
Total Iniciativas apresentadas:		29,3%	70,7%

¹⁵ Disponíveis em anexos.

Com base nos dados recolhidos em relação ao tema da interrupção voluntária da gravidez, 70,7% das iniciativas parlamentares apresentadas provieram de “partidos na oposição”, em detrimento das 29,3% de iniciativas apresentadas por “partidos no governo”. Neste sentido, a teoria proposta por Euchner (2019a: 235), em que, partidos da oposição podem encontrar mais vantagens políticas em abordar temáticas de moralidade confirma-se. A teoria de Hibbs (1997), em que refere o posicionamento do(s) partido(s) no governo como fator determinante nos *outputs* legislativos também se confirma, uma vez que existiram três leis aprovadas ao longo do processo de descriminalização do aborto, sendo que, esses três momentos foram aprovados sob chefia governamental de primeiros-ministros socialistas¹⁶. O primeiro momento foi em 1984 (durante a Legislatura III¹⁷), em que o projeto-lei 265/III¹⁸, de autoria do PS foi aprovado em votação final global, tendo sido promulgada a lei 6/1984¹⁹, com exclusão da ilicitude da «IVG» em situações muito específicas como: “perigo de vida da mulher, perigo de lesão grave e duradoura para a saúde física e psíquica da mulher, em caso de malformação do feto, ou quando a gravidez resultasse de violação” (Monteiro, 2012: 590).

O segundo momento foi em 1997 (durante a Legislatura VII), em que o projeto-lei 235/VII²⁰, também de autoria do PS, foi aprovado, tendo sido promulgada a lei 90/1997²¹, que alterava os prazos em situações de malformação fetal até 24 semanas e em casos de violação até às primeiras 16 semanas (Monteiro, 2012: 590). O terceiro e último momento do processo de descriminalização ocorreu em 2007 (Legislatura X), após aprovação do resultado do referendo e com a promulgação da lei 16/2007²², que regula a exclusão da ilicitude, quando realizada por opção da mulher, nas primeiras 10 semanas de gravidez, tendo sido revogadas as anteriores leis.

Nas legislaturas governadas por partidos de direita, apenas se observou uma iniciativa parlamentar (Legislatura IX), que aprovara um conjunto de medidas de prevenção no âmbito da interrupção voluntária da gravidez. Em suma, ao longo do processo legislativo, foi possível inferir que os “partidos na oposição” apresentam mais iniciativas parlamentares. No que concerne aos “partidos no governo”, foram apresentadas 12 iniciativas, sendo que, 92% destas partiram do Partido Socialista.

¹⁶ Mário Soares, António Guterres e José Sócrates, respetivamente.

¹⁷ Governo de coligação entre PS e PSD (Bloco Central).

¹⁸ Diário da Assembleia da República I série N.º75/III/1 1984.02.15

¹⁹ Diário da República I série N.º109/III/1 1984.05.11

²⁰ Diário da Assembleia da República I série N.º86/VII/2 1997.06.27

²¹ Diário da República I série A N.º174 1997.07.30

²² Diário da República I série N.º75/X/2 2007.04.17

De acordo com o segundo objetivo proposto, a Tabela 4 procura demonstrar que tipo de partidos apresentam mais iniciativas parlamentares relativamente à «IVG»: se partidos *mainstream* ou restantes partidos políticos com assento parlamentar.

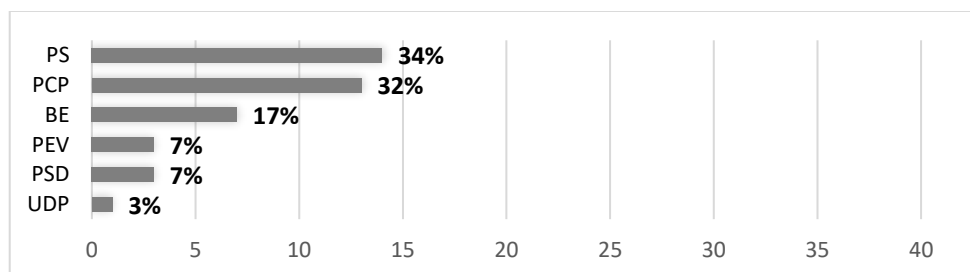
Tabela 4- Número de iniciativas parlamentares entre partidos mainstream e restantes: interrupção voluntária da gravidez

Interrupção Voluntária da Gravidez	Partidos <i>mainstream</i>	Outros partidos
Legislatura I (1976-80)	0	1
Legislatura II (1980-83)	0	1
Legislatura III (1983-85)	1	1
Legislatura IV-VI (1985-95)	0	0
Legislatura VII (1995-99)	6	2
Legislatura VIII (1999-02)	0	2
Legislatura IX (2002-05)	5	8
Legislatura X (2005-09)	6	8
Total Iniciativas apresentadas:	43,9%	56,1%

Com base nos dados apresentados, é possível denotar que, mais iniciativas foram apresentadas por “outros partidos” (56,1%), em detrimento das apresentadas pelos “partidos *mainstream*” - PS e PSD (43,9%). Dentro da classe de “outros partidos”, deve ser destacado o PCP que apresentou 13 iniciativas sobre a matéria, correspondendo a 32% do total de iniciativas legislativas. E para o Bloco de Esquerda que, em apenas três legislaturas, foi o terceiro partido com mais iniciativas parlamentares sobre o tema (sete iniciativas). Nota para o facto de que, apenas na legislatura VII, os “partidos *mainstream*” apresentaram mais iniciativas parlamentares, no entanto, 67% do total das iniciativas foram apresentadas pelo PS, sendo que, as restantes propostas apresentadas pelo PSD não tinham o objetivo de alterar a lei sobre o aborto, mas de promover um referendo²³. Em virtude dos factos observados, confirma-se a teoria de Hurka et al. (2018), uma vez que os restantes partidos apresentaram mais propostas parlamentares sobre o tema em questão.

Interessa, agora, verificar qual foi o partido político que apresentou mais iniciativas parlamentares. Tal como se pode verificar pelo Gráfico 1:

Gráfico 1- Percentagem de iniciativas parlamentares por partido político: interrupção voluntária da gravidez



²³ Diário da Assembleia da República I série N.º36/VII/3 1998.02.05; Diário da Assembleia da República II série A N.º42/VII/3 1998.04.04

O PS foi o partido político mais ativo em matéria de iniciativas parlamentares, com 14 propostas apresentadas ao longo do processo político (34%). Tal como referido anteriormente, o PCP surge em segundo lugar, com 13 iniciativas apresentadas (32%), e o BE em terceiro, com sete iniciativas (17%). Por fim, tanto o PEV como o PSD apresentaram três iniciativas cada (7% cada), e a UDP que contou com uma iniciativa apresentada (3%), sendo que foi o primeiro projeto-lei apresentado²⁴ sobre a interrupção voluntária da gravidez, despoletando o início do processo legislativo da descriminalização da temática.

Gráfico 2- Percentagem de iniciativas parlamentares entre partidos de esquerda e direita: interrupção voluntária da gravidez



O Gráfico 2 indica que, num total de 41 propostas apresentadas, 38 iniciativas (93%) foram provenientes de “partidos de esquerda e centro-esquerda” (PS, PCP, BE, PEV, UDP), ao passo que, apenas três iniciativas (7%) foram apresentadas por “partidos de direita e centro-direita” (PSD). Deste modo, é possível confirmar a análise de Monteiro (2012: 591), que sugere a importância dos partidos de esquerda como “principais impulsionadores de iniciativas legislativas em matéria de aborto”.

A quarta e última questão, do ponto de vista de análise individualizada, tem o objetivo de compreender como foi o posicionamento dos partidos políticos ao longo dos processos relativos à descriminalização de questões de moralidade. Para tal, a Tabela 5 apresenta o posicionamento global por legislatura, face à descriminalização da «IVG»:

Tabela 5- Posicionamento dos partidos ao longo do processo político: interrupção voluntária da gravidez

Legislatura:	PSD	CDS	PS	PCP	PEV	BE
Legislatura II (1980-83)	Desfavorável	Desfavorável	Favorável	Favorável	n/a	n/a
Legislatura III (1983-85)	Desfavorável	Desfavorável	Favorável	Favorável	n/a	n/a
Legislatura VII (1995-99)	Dividido	Desfavorável	Favorável	Favorável	Favorável	n/a
Legislatura IX (2002-05)	Desfavorável	Desfavorável	Favorável	Favorável	Favorável	Favorável
Legislatura X (2005-09)	Desfavorável	Desfavorável	Favorável	Favorável	Favorável	Favorável

De acordo com o posicionamento dos partidos face ao tipo de propostas apresentadas com vista à descriminalização do aborto, é possível denotar a respetiva posição e se a mesma foi

²⁴ Diário da Assembleia da República II série N.º69/I/4 1980.06.06

constante entre legislaturas ou sofreu variações. Em primeiro lugar, o PSD teve um posicionamento, maioritariamente, desfavorável à temática. No entanto, na legislatura VII, no projeto de lei 235/VII²⁵, que, conseqüentemente, culminou na promulgação da lei 90/1997²⁶, a bancada parlamentar do PSD mostrou-se dividida (34 deputados «a favor», 34 deputados «contra» e 19 deputados abstiveram-se). Esta análise é corroborada por Vargas (2011), aludindo ao facto do PSD se encontrar dividido internamente sobre esta matéria. De resto, a maioria de deputados da bancada parlamentar do PSD foi, maioritariamente, sempre desfavorável à despenalização do aborto. De facto, o partido apenas votou «a favor» em quatro ocasiões: para aprovar a execução de um estudo sobre a realidade do aborto em Portugal²⁷, para aprovar um conjunto de medidas de prevenção no âmbito da «IVG»²⁸ e para a realização de ambos os referendo sobre a matéria²⁹. Relativamente ao CDS, o seu posicionamento foi desfavorável em todo o processo, apenas votando «a favor»: para a aprovação da execução de um estudo sobre a realidade do aborto em Portugal, na aprovação de um conjunto de medidas de prevenção no âmbito da «IVG» e sobre a realização do primeiro referendo, abstenendo-se em relação ao segundo.

O PS, ao longo do processo legislativo, surge sempre favorável à despenalização da «IVG». No entanto, ao longo da legislatura X, votou «contra» duas iniciativas parlamentares³⁰, por parte do PCP e PEV e, absteve-se numa de autoria do BE³¹. Segundo sustenta a literatura, era desejo do PS a aprovação de um novo referendo sobre o aborto. Nesse sentido, nas legislativas de 2005, coloca no seu “programa eleitoral a realização de um novo referendo” e compromete-se abertamente na campanha pela descriminalização do aborto (Monteiro, 2012: 598). Vencendo as eleições, torna-se governo com maioria absoluta durante a legislatura X (2005-09), sendo que, um fator explicativo para a abordagem desfavorável face às três propostas referidas anteriormente prende-se, não pelo teor das propostas que visavam a descriminalização da «IVG», mas pela estratégia eleitoral do PS, no sentido em que o objetivo era somente a aprovação parlamentar de um novo referendo³².

O percurso do PCP foi igualmente favorável, no entanto, votou «contra» em quatro momentos, em contraste com os posicionamento de voto do PSD, uma vez que: votou «contra» a

²⁵ Diário da Assembleia da República I série N.º86/VII/2 1997.06.27

²⁶ Diário da República I série A N.º174 1997.07.30

²⁷ Diário da República II série A N.º33/IX/1 2002.10.12

²⁸ Diário da República I série N.º58/IX/2 2004.03.04

²⁹ Diário da República I série N.º42/VII/3 1998.02.20; Diário da República I série N.º14/X/2 2006.10.20

³⁰ Diário da Assembleia da República I série N.º10/X/1 2005.04.21

³¹ Diário da Assembleia da República I série N.º10/X/1 2005.04.21

³² Nota para o facto de que os deputados do PS não tiveram liberdade de voto nesta matéria, uma vez que fora assumido como parte do seu programa eleitoral (Vilaça & Oliveira, 2015a: 129).

aprovação para a execução de um estudo sobre a realidade do aborto em Portugal, a aprovação de um conjunto de medidas de prevenção no âmbito da «IVG» e para a realização de ambos os referendos. Em relação ao PEV, o partido sempre foi favorável à liberalização do aborto e teve um percurso, em termos de posicionamento de voto, exatamente igual ao do PCP. Por fim, o BE teve um posicionamento favorável a despenalização da temática, apenas votando «contra» a aprovação de um conjunto de medidas de prevenção no âmbito da «IVG», proposto pela coligação governativa PSD-CDS.

Em suma, é possível denotar um espectro liberal-conservador justaposto num espectro esquerda-direita. Por outras palavras, uma abordagem desfavorável à despenalização do aborto por parte do PSD e CDS, e uma abordagem favorável por parte do PS, PCP, PEV e BE. É também possível concluir que foram os partidos da “ala esquerda” com maior ativação e politização sobre este tema (Engeli et al, 2012: 189).

3.3 A Morte Medicamente Assistida

O tema da morte medicamente assistida, nos termos em que foi alvo de debate em Portugal, designa-se por eutanásia, e é a “prática pela qual se abrevia, sem dor ou sofrimento, a vida de um enfermo incurável”, administrado por um profissional de saúde (Silva, 2007: 15). É a única política de moralidade analisada que ainda se encontra sob processo legislativo, no entanto, representa a segunda política de moralidade enquadrada no subtipo de moralidade relativo às “questões de vida/morte”, para este estudo.

De acordo com os objetivos de investigação propostos para a vertente política, a Tabela 6 apresenta a análise de dados que possibilita a resposta à primeira questão, no sentido em que se pretende observar se são os partidos no governo ou na oposição, aqueles que apresentam mais iniciativas parlamentares sobre políticas de moralidade (no caso, sobre a eutanásia).

Tabela 6- Número de iniciativas parlamentares entre partidos no governo e oposição: eutanásia

Morte Medicamente Assistida		Governo	Oposição
Legislatura XIII	Governo (PS + BE + PCP-PEV)	3	1
Legislatura XIV	Governo (PS)	1	4
Total iniciativas apresentadas:		44,4%	55,6%

Os dados observados permitem concluir que, os “partidos na oposição” apresentaram mais iniciativas (55,6%) do que os “partidos do governo” (44,4%). No entanto, a saliência não é relevante, uma vez que o número de iniciativas apresentadas é reduzido, e a diferença entre iniciativas

apresentadas por “governo” e “oposição” é de apenas uma. Se tomarmos o caso analisado anteriormente como exemplo (relativo ao aborto), concluímos que, “governos de esquerda” são mais ativos em matérias de “vida/morte”, uma vez que, nas únicas duas legislaturas em que o tema da eutanásia fora abordado, a composição governamental também era composta por “partidos de esquerda”.

No que concerne ao segundo objetivo proposto, a Tabela 7 procura demonstrar que tipo de partidos apresentam mais iniciativas parlamentares relativamente à eutanásia.

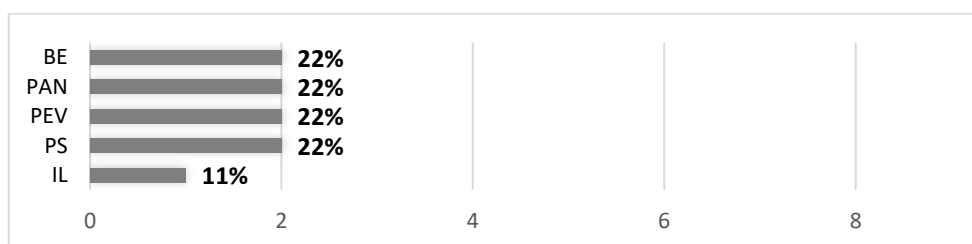
Tabela 7- Número de iniciativas parlamentares entre partidos mainstream e restantes: eutanásia

Morte Medicamente Assistida	Partidos <i>mainstream</i>	Outros partidos
Legislatura XIII (2015-19)	1	3
Legislatura XIV (2019-)	1	4
Total Iniciativas apresentadas:	22,2%	77,8%

Com base nos dados apresentados, é possível denotar que, mais iniciativas foram apresentadas por “outros partidos” (77,8%), em detrimento das apresentadas pelos “partidos *mainstream*” – PS e PSD (22,2%). Dentro da classe dos “partidos *mainstream*”, 100% das iniciativas foram apresentadas pelo PS. Em virtude do observado, confirma-se a teoria de Hurka et al. (2018), uma vez que, partidos com menor número de militantes podem encontrar mais incentivos em produzir maior atividade parlamentar em relação a matérias de moralidade.

Interessa, agora, verificar qual foi o partido político que apresentou mais iniciativas parlamentares. Tal como se pode verificar pelo Gráfico 3:

Gráfico 3- Percentagem de iniciativas parlamentares por partido político: eutanásia

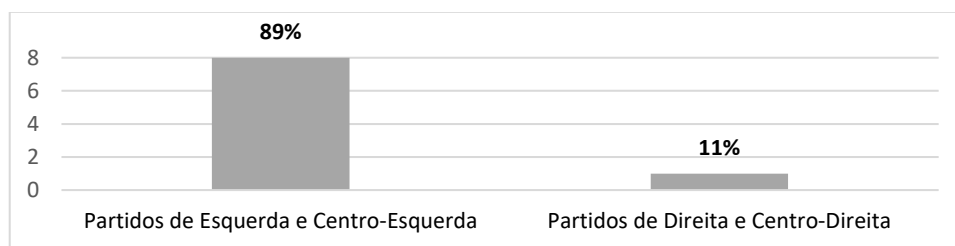


Quatro partidos apresentaram o mesmo número de iniciativas parlamentares até à data, sendo eles, o BE, PAN, PEV e PS, com duas iniciativas cada (22%). Por fim, surge a IL com uma proposta apresentada (11%). De facto, o plano político só começou a ganhar contornos após a entrega na Assembleia da República de uma iniciativa popular, pelo movimento cívico “Direito a Morrer com Dignidade”³³, que solicitara a despenalização da morte assistida. Volvidos dez meses, e em resposta à primeira iniciativa popular, é entregue a petição protagonizada pela “Federação

³³ Diário da Assembleia da República II série B N.º28/XIII/1 2016.05.06

Portuguesa pela Vida”³⁴, que solicitou a rejeição pela Assembleia da República de “toda e qualquer proposta que vá no sentido de conferir (...) a eliminação de vidas humanas, ainda que com o alegado consentimento da pessoa”. Desta forma, é possível verificar que a politização da temática proveio de atores da sociedade civil, nomeadamente grupos cívicos, o que denota um agendamento político *bottom-up*, onde foram as petições a impulsionar o debate político-partidário (Ferreira, 2017: 38).

Gráfico 4- Percentagem de iniciativas parlamentares entre partidos de esquerda e direita: eutanásia



Relativamente ao Gráfico 4, este indica que, oito das iniciativas apresentadas (89%) foram provenientes de “partidos de esquerda e centro-esquerda” (PS, PEV, BE, PAN), ao passo que, apenas uma iniciativa (11%) foi apresentada por “partidos de direita e centro-direita” (IL), o que conclui um grau de atividade mais saliente por parte de “partidos de esquerda e centro-esquerda”, até à data de análise.

A quarta e última questão, do ponto de vista de análise individualizada, tem o objetivo de compreender qual o posicionamento dos partidos políticos ao longo dos processos relativos à descriminalização de questões de moralidade. Para tal, a Tabela 8 apresenta o posicionamento global por legislatura, face à descriminalização da morte medicamente assistida, até à data de análise (início de 2020).

Tabela 8- Posicionamento dos partidos ao longo do processo político: eutanásia

Legislatura:	PSD	CDS	CH	PCP
Legislatura XIII (2015-19)	Desfavorável	Desfavorável	n/a	Desfavorável
Legislatura XIV (2019-)	Desfavorável	Desfavorável	Desfavorável	Desfavorável

Legislatura:	PS	PEV	BE	PAN	IL
Legislatura XIII (2015-19)	Favorável	Favorável	Favorável	Favorável	n/a
Legislatura XIV (2019-)	Favorável	Favorável	Favorável	Favorável	Favorável

De acordo com o posicionamento dos partidos face ao tipo de propostas apresentadas com vista à descriminalização da eutanásia, foi possível denotar as respetivas posições partidárias. Neste sentido, “partidos de direita ou centro-direita” como PSD, CDS e CHEGA apresentaram um

³⁴ Diário da Assembleia da República II série B N.º27/XIII/2 2017.02.11

posicionamento desfavorável à descriminalização da temática, adindo um “partido de esquerda” a este posicionamento, uma vez que o PCP também se apresenta «contra». Em contrapartida, “partidos de esquerda ou centro-esquerda” como o PS, PEV, BE e PAN apresentaram um posicionamento constante favorável à liberalização da temática, adindo a este grupo, um “partido de direita”, nomeadamente, a Iniciativa Liberal, também a favor da descriminalização.

No plano individual, e sustentado pelas afirmações dos deputados de cada partido ao longo do último debate parlamentar³⁵ efetuado sobre o tema, é possível corroborar os posicionamentos partidários respetivos, e o prelúdio de um possível referendo sobre a matéria. Em primeiro lugar, o PSD, pelas palavras do deputado António Ventura, refere que a bancada parlamentar social democrata tem liberdade de voto durante o processo legislativo sobre a matéria, “sem arrastamentos de consciência, sem calculismos partidários ou tendências de objetivo político, (...) [onde] cada um vai votar como quer”. Reitera o reforço na oferta de cuidados de saúde paliativos, no aumento de recursos humanos e financeiros do Serviço Nacional de Saúde e no apoio aos idosos e respetivos familiares, argumentando que, “a solução para estas fragilidades não pode ser a oferta da eutanásia”. Argumenta ainda que, ao ser aprovado a temática, poderá existir a tentação de diminuir o investimento médico-científico por parte do Estado e que a “rampa deslizante” é uma realidade que “poderá ganhar asas (...) com o tempo”. De acordo com o resultado das votações, a maioria dos votos provenientes da bancada do PSD foram «contra» todos os projetos-lei supramencionados, no entanto, verificou-se entre 10-12% de votos desviantes a favor da matéria, e entre 4%-6% de abstenção. Em segundo lugar, o CDS-PP que, pelas palavras do deputado Telmo Correia, entende que o debate sobre a questão ainda não está suficientemente amadurecido na sociedade portuguesa. Refere que “todos os pareceres mais relevantes nesta matéria (...) são contra os projetos de lei sobre a eutanásia” e que legislar sobre a temática seria um “sinistro retrocesso civilizacional”. Surge a favor do referendo, enunciando que o recurso ao mesmo, “não só é legítimo, [como] o CDS será favorável”. Em terceiro lugar, o CH que, pelo discurso do deputado André Ventura, refere que Portugal não tem qualquer tipo de cuidados paliativos e que o Parlamento se recusou “a criminalizar o abandono dos idosos (...) [para] agora despenalizar a sua morte”. Surge também a favor do referendo, apelando ao Presidente da República para “não se esquecer dos portugueses (...) que querem ter a oportunidade de, pelo menos, poder votar”. O último partido «contra» a despenalização da eutanásia – PCP –, pelas palavras do deputado António Filipe, refere que “o direito à vida é um direito fundamental, inviolável e irrenunciável, [porém] a morte é uma inevitabilidade, não é um direito fundamental”. Desta forma, o partido reitera ser

³⁵ Diário da Assembleia da República I série N.º32/XIV/1 2020.02.21

contra a despenalização, assumindo que, “se a morte fosse um direito, não seria lícito fazer depender a antecipação (...) da decisão de terceiros”, alegando o papel ativo e deliberado que o profissional de saúde tem de desempenhar no ato da eutanásia.

No que concerne aos partidos a favor da despenalização da morte assistida, em primeiro lugar, o PS, ilustrado pelas palavras da deputada Isabel Alves Moreira, que cita o ex-deputado do Bloco de Esquerda, João Semedo, refere que, “ajudar a morrer serena e tranquilamente, acabando com o sofrimento inútil, é uma atitude de elevado valor moral e de grande humanismo”. Igualmente o BE, pelas palavras do deputado José Manuel Pureza, surge em favor da legalização da eutanásia, referindo que, “a despenalização da morte assistida é a mais humanitária e democrática opção que podemos aprovar para o final da vida”. O partido assume ser contra o referendo, alegando que o instrumento democrático não deve ser utilizado de forma cínica ou por estratégia partidária. Em terceiro lugar, o PEV, pelas palavras do deputado José Luís Ferreira, propõe “que se despenalize (...) em situações extremas, em condições muito bem definidas e a pedido expresso do doente”. Seguidamente, o PAN, ilustrado pelo depoimento do deputado André Silva, defende a despenalização, referindo tratar-se de “um direito fundamental que está por cumprir” e que a legalização desta matéria é “decidir a quem pertence a vida de cada um [e] é reconhecer a última liberdade individual de alguém”. Assume-se contra o referendo, na medida em que refere “a estratégia do referendo deslizante”, criticando os partidos que o possam querer acionar como último recurso para “travar” o processo de liberalização da matéria em questão. Por fim, a Iniciativa Liberal que, pelo discurso do deputado João Cotrim de Figueiredo, refere que “ninguém pode [e] ninguém devia poder, decidir a nossa vida por nós”.

Com base na análise efetuada, é possível denotar que não existe justaposição de um espectro liberal-conservador num espectro político esquerda-direita, tal como observado anteriormente em relação ao aborto, uma vez que partidos como o PCP e a IL são exceções à regra. Nesse sentido, conclui-se que a questão da eutanásia é transversal ao “conflito esquerda-direita” típico (Engeli et al, 2012).

3.4 O Casamento entre Pessoas do Mesmo Sexo

A questão do casamento entre pessoas do mesmo sexo surge como a terceira política sob análise, e a primeira no âmbito das “questões de sexualidade”. De acordo com os objetivos de investigação propostos para a vertente política, a Tabela 9 apresenta a análise de dados que possibilita a resposta à primeira questão, no sentido em que se pretende observar se são os

partidos no governo ou na oposição, aqueles que apresentam mais iniciativas parlamentares sobre políticas de moralidade (no caso, sobre o casamento homoafetivo).

Tabela 9- Número de iniciativas parlamentares entre partidos no governo e oposição: casamento homoafetivo

Casamento entre Pessoas do Mesmo Sexo		Governo	Oposição
Legislatura X	Governo (PS)	0	2
Legislatura XI	Governo (PS)	1	3
Total Iniciativas apresentadas:		16,7%	83,3%

Com base nos dados recolhidos, 83,3% das iniciativas parlamentares apresentadas provieram de “partidos na oposição”, ao passo que, 16,7% foram apresentadas por “partidos no governo”, validando a teoria de Euchner (2019a: 235), em que refere que, partidos na oposição ao governo podem encontrar mais vantagens em politizar este tipo de matérias. Pode ainda ser feita alusão à teoria de Hibbs (1997), que refere a importância do posicionamento dos partidos no governo como fator determinante em *policy change*, uma vez que o PS foi governo vigente durante as duas legislaturas em que o debate decorreu, no entanto, demonstrou um posicionamento «contra» durante a primeira legislatura, e um posicionamento «favorável» na segunda. Consequentemente, o tema só foi aprovado na legislatura XI, o que denota a importância do posicionamento governamental nos *outputs* legislativos (Hibbs, 1997). Ao longo desta secção, será ainda possível perceber o que motivou o *shift* posicional do PS, em relação ao tema.

No que concerne ao segundo objetivo proposto, a Tabela 10 procura demonstrar que tipo de partidos apresentam mais iniciativas parlamentares relativamente ao casamento homoafetivo.

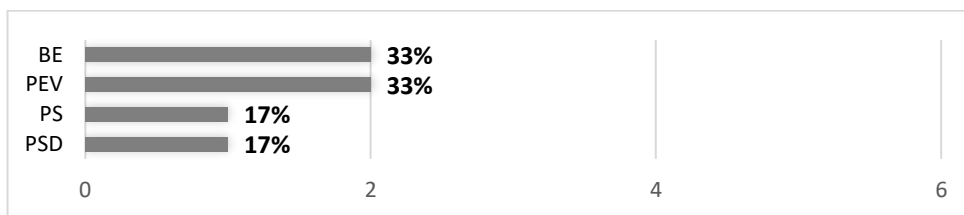
Tabela 10- Número de iniciativas parlamentares entre partidos mainstream e restantes: casamento homoafetivo

Casamento entre Pessoas do Mesmo Sexo		Partidos <i>mainstream</i>	Outros partidos
Legislatura X	(2005-09)	0	2
Legislatura XI	(2009-11)	2	2
Total Iniciativas apresentadas:		33,3%	66,7%

Com base nos dados apresentados, é possível denotar que, mais iniciativas foram apresentadas por “outros partidos” (66,7%), em detrimento das apresentadas pelos “partidos *mainstream*” – PS e PSD (33,3%). Dentro da classe dos “partidos *mainstream*”, tanto o PS como o PSD apresentaram o mesmo número de iniciativas (uma cada). Em virtude do observado, confirma-se a teoria de Hurka et al. (2018), uma vez que, partidos com menor militância podem encontrar mais incentivos em apresentar um maior número de iniciativas parlamentares em relação a este tipo de políticas, tendo em vista, uma estratégia partidária que vise aumentar o seu poder político-partidário no longo prazo.

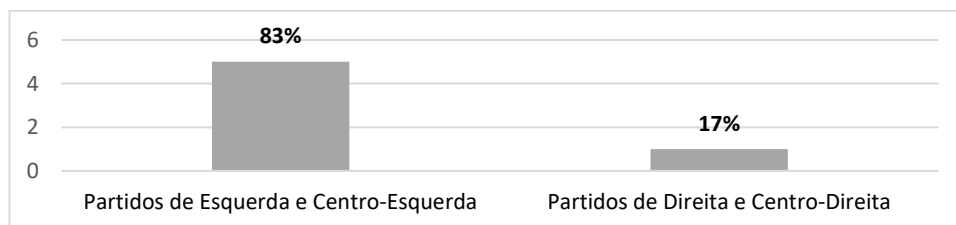
Interessa, agora, verificar qual foi o partido político que apresentou mais iniciativas parlamentares. Tal como se pode verificar pelo Gráfico 5:

Gráfico 5- Percentagem de iniciativas parlamentares por partido político: casamento homoafetivo



O BE e o PEV foram os partidos com mais iniciativas parlamentares apresentadas, respetivamente com duas propostas por partido (33% cada). De seguida, o PS e o PSD apresentaram uma iniciativa por partido (17% cada). Na verdade, a “politização” desta temática teve uma ação concertada por três atores principais: o Bloco de Esquerda, o Partido Ecologista “Os Verdes” e as associações LGBT (ILGA Portugal, entre outros). Neste sentido, segundo Santos (2003: 362), as relações de cumplicidade entre as associações LGBT e partidos da esquerda democrática “resultam de uma ideologia comum entre sujeitos que defendem a liberdade e o direito à diferença”, numa luta constante contra qualquer forma de opressão. Destacam-se ainda propostas legislativas anteriores a este tema, como a da Juventude Socialista, apoiada pelo PEV em 1997, visando a legalização das uniões de fato por pessoas do mesmo sexo; e o papel do BE, aquando da sua fundação, que tinha como uma das suas “bandeiras” a luta pela não-discriminação com base na orientação sexual (Santos, 2003: 361). Neste seguimento de ideias, entre fevereiro e março de 2006, deram entrada as três primeiras iniciativas na Assembleia da República sobre a despenalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo: duas propostas por parte do BE³⁶ e PEV³⁷, e uma iniciativa popular por parte da ILGA Portugal³⁸, solicitando que o Código Civil passe a consagrar a possibilidade de casamento civil para pessoas do mesmo sexo.

Gráfico 6- Percentagem de iniciativas parlamentares entre partidos de esquerda e direita: casamento homoafetivo



³⁶ Diário da Assembleia da República II série A N.º85/X/1 2006.02.11

³⁷ Diário da Assembleia da República II série A N.º93/X/1 2006.03.11

³⁸ Diário da Assembleia da República II série B N.º35/X/1 2006.03.11

Sobre o Gráfico 6, este denota o número total de iniciativas apresentadas por espectro partidário. Neste sentido, cinco das iniciativas apresentadas (83%) foram provenientes de “partidos de esquerda e centro-esquerda” (PS, PEV, BE), ao passo que, apenas uma iniciativa (17%) foi apresentada por “partidos de direita e centro-direita” (PSD), o que conclui um grau de atividade maior por parte dos “partidos de esquerda e centro-esquerda” sobre esta matéria.

A quarta e última questão, do ponto de vista de análise individualizada, tem o objetivo de compreender como foi o posicionamento dos partidos políticos ao longo dos processos relativos à liberalização de questões de moralidade. Para tal, a Tabela 11 apresenta o posicionamento global por legislatura, face ao processo de liberalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Tabela 11- Posicionamento dos partidos ao longo do processo político: casamento homoafetivo

Legislatura:	PSD	CDS	PS	PCP	PEV	BE
Legislatura X (2005-09)	Desfavorável	Desfavorável	Desfavorável	Favorável	Favorável	Favorável
Legislatura XI (2009-11)	Desfavorável	Desfavorável	Favorável	Favorável	Favorável	Favorável

De acordo com o posicionamento dos partidos face ao tipo de propostas apresentadas com vista à liberalização do casamento homoafetivo, foi possível denotar as respetivas posições partidárias. Em primeiro lugar, o PSD votou «contra» todas as iniciativas que visavam a aprovação do casamento homoafetivo, à exceção de duas: o projeto-lei 119/XI³⁹, de sua autoria, com o intuito de criar e conferir proteção jurídica às uniões civis entre pessoas do mesmo sexo, contudo, sem equiparação das mesmas à de um casamento civil; e o projeto de resolução 50/XI⁴⁰, proveniente de uma petição, e da autoria da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, que visava a convocação de um referendo sobre a matéria. Em segundo lugar, o CDS-PP também se mostrou desfavorável à liberalização do tema em todo o processo político decorrido. Nessa perspetiva, o seu sentido de voto foi unânime ao do PSD em todas as iniciativas apresentadas. Segundo sugere a literatura, os “partidos de direita” recusavam o enquadramento deste debate na agenda parlamentar (Vilaça & Oliveira, 2015a: 134), reconhecendo que a matéria era tida como secundária em relação a “problemas reais” da sociedade portuguesa, como o desemprego, a crise económica ou a criminalidade⁴¹ (in Brandão & Machado, 2012: 666), no entanto, mostraram-se favoráveis ao referendo, numa tentativa de transformar o tema “numa questão de consciência” (Brandão & Machado, 2012: 668).

³⁹ Diário da Assembleia da República I série N.º12/X/4 2008.10.11

⁴⁰ Diário da Assembleia da República I série N.º12/X/4 2008.10.11

⁴¹ Recordar que o processo legislativo sobre esta temática decorreu durante a crise financeira global de 2007-2008, e que, posteriormente, se traduziu na crise financeira em Portugal, entre 2010-2014.

Em terceiro lugar, o PS apresenta um percurso interessante, uma vez que, e tal como apresentado previamente, o seu posicionamento foi desfavorável durante a legislatura X e favorável na legislatura XI. No entanto, num total de sete votações sobre a temática em Plenário, o PS apenas votou «a favor» uma vez. Esse voto favorável corresponde à sua proposta de lei 7/XI⁴², que culminou na promulgação de lei que permitiu o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. De acordo com a literatura, ao longo da legislatura X, o PS (governo em vigência e com maioria absoluta) começa a aceitar a possibilidade em discutir a temática em sede parlamentar (Vilaça & Oliveira, 2015: 33). Contudo, visto que a legislatura X seria marcada pela despenalização da «IVG» e uma vez que o debate em torno do referendo seria um processo moroso e desgastante, o PS decide estrategicamente aguardar a consagração do casamento entre pessoas do mesmo sexo para a legislatura seguinte (Vilaça & Oliveira, 2015a: 134-135). Esta evidência é patente em 2008, quando o PS votou «contra» os projetos-lei da autoria do BE e PEV⁴³, não por ser contra o que os projetos defendiam, mas apenas para manifestar desacordo com alguns pontos específicos das propostas (Hildebrandt, 2016: 414). Desta forma, aquando das eleições legislativas de 2009, o PS apresentava-se com o objetivo de ser o “porta-estandarte da modernização”, apresentando um programa eleitoral onde credibilizava, em agenda partidária, a legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo (Brandão & Machado, 2012: 666). Ressalvar ainda o facto de que, a integração da adoção na medida legislativa foi recusada pelo próprio partido, tendo votado «contra» ambas as iniciativas promovidas pelo BE e PEV⁴⁴, alegando que a adoção homoparental era uma questão totalmente diferente e que não tinha sido discutida previamente (Vilaça & Oliveira, 2015: 34-35).

Em quarto lugar, o PCP também se mostrou favorável à despenalização do tema, no entanto, absteve-se em três iniciativas, e votou «contra», quer à proposta apresentada pelo PSD⁴⁵, quer à proposta para a realização de uma referendo⁴⁶. Em contrapartida, votou favoravelmente a uma iniciativa por parte do PEV⁴⁷, durante a legislatura X, e à iniciativa de autoria do PS, na legislatura XI, que se traduziu na promulgação de lei 9/2010⁴⁸. Apesar do partido ser favorável à temática, não produziu qualquer iniciativa sobre a matéria. Todavia, perante a sua coligação com o PEV (CDU, em períodos eleitorais) e perante o seu posicionamento de voto às iniciativas apresentadas pelo PEV

⁴² Diário da Assembleia da República II série A N.º18/XI/1 2009.12.22

⁴³ Diário da Assembleia da República I série N.º20/XI/1 2010.01.09

⁴⁴ Diário da Assembleia da República I série N.º20/XI/1 2010.01.09

⁴⁵ Diário da Assembleia da República I série N.º12/X/4 2008.10.11

⁴⁶ Diário da Assembleia da República I série N.º12/X/4 2008.10.11

⁴⁷ Diário da Assembleia da República I série N.º20/XI/1 2010.01.09

⁴⁸ Diário da República I série N.º105/XI/1 2010.05.31

(uma a favor, e uma absteve-se), é expectável inferir que o partido não tenha tido o tema como prioridade na sua agenda partidária (Freire & Baum, 2001: 11; Vilaça & Oliveira, 2015a: 135).

Por fim, o PEV e o BE, tal como referido ao longo da secção, foram os principais “partidos politizadores” da temática. Apresentaram um posicionamento constante favorável ao longo do processo político, e em parceria com associações LGBT (Santos, 2003: 362). Ambos os partidos votaram duas vezes «contra» em Plenário, quer para a iniciativa proposta pelo PSD, quer para a proposta de realização de referendo.

3.5 A Adoção por Casais do Mesmo Sexo

A questão relativa à adoção por casais do mesmo sexo corresponde à última política de moralidade sob análise, e à segunda dentro do subtipo de moralidade “questões de sexualidade”. Desta forma, e de acordo com os objetivos de investigação propostos para a vertente política, a Tabela 12 apresenta a análise de dados que possibilita a resposta à primeira questão, no sentido em que se pretende observar se são os partidos no governo ou na oposição, aqueles que apresentam mais iniciativas parlamentares sobre políticas de moralidade (no caso sobre a adoção homoparental).

Tabela 12- Número de iniciativas parlamentares entre partidos no governo e oposição: adoção homoparental

Adoção por Casais do Mesmo Sexo		Governo	Oposição
Legislatura XII	Governo (PSD + CDS)	1	11
Legislatura XIII	Governo (PS + BE + PCP-PEV)	4	1
Total Iniciativas apresentadas:		29,4%	70,6%

Com base nos dados apresentados, em relação ao total de iniciativas apresentadas, 70,6% das propostas parlamentares provieram de “partidos na oposição”, em detrimento de 29,4% de iniciativas apresentadas por “partidos no governo”. Neste sentido, a teoria proposta por Euchner (2019a: 235), em que, partidos da oposição podem encontrar mais vantagens políticas em abordar temáticas de moralidade confirma-se. No entanto, ao analisarmos a Tabela 12 noutra perspetiva, é possível denotar que, “partidos na oposição” apresentaram mais iniciativas na legislatura XII, porém, “partidos no governo” apresentaram mais iniciativas na legislatura XIII, traduzindo-se num resultado equivalente, entre qual o grupo (governo vs oposição) que apresentou mais iniciativas por legislatura. Esta análise pode ser justificada pelo facto de que, enquanto a coligação governativa ao longo da legislatura XII era de “partidos de direita” (PSD e CDS), a coligação governativa da legislatura XIII foi de “partidos de esquerda” (PS com apoio de BE, PCP e PEV), o que denota que,

“processos políticos sobre questões de moralidade são dominados por políticas partidárias, e fatores como a mudança na cor governamental pode moldar significativamente os resultados das políticas” (Engeli et al, 2012: 27), confirmando-se, uma vez mais, a abordagem de Hibbs (1997).

No que concerne ao segundo objetivo proposto, a Tabela 13 procura demonstrar que tipo de partidos apresentam mais iniciativas parlamentares relativamente à adoção homoparental: se partidos *mainstream* ou restantes partidos políticos.

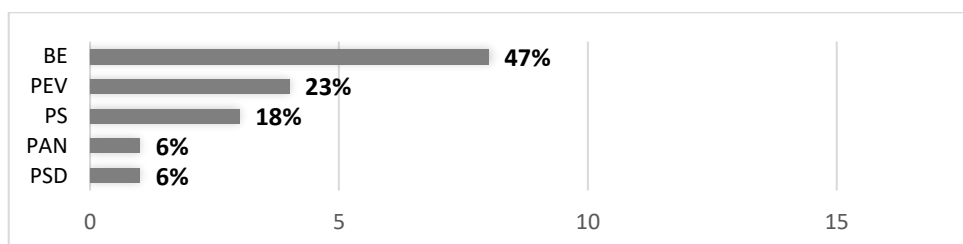
Tabela 13- Número de iniciativas parlamentares entre partidos mainstream e restantes: adoção homoparental

Adoção por Casais do Mesmo Sexo	Partidos <i>mainstream</i>	Outros partidos
Legislatura XII (2011-15)	3	9
Legislatura XIII (2015-19)	1	4
Total Iniciativas apresentadas:	23,5%	76,5%

Com base nos dados apresentados, é possível denotar que, mais iniciativas foram apresentadas por “outros partidos” (76,5%), em detrimento das apresentadas pelos “partidos *mainstream*” – PS e PSD (23,5%), validando a teoria de Hurka et al. (2018), uma vez que poderá ser adotado o uso de temáticas de moralidade como estratégia partidária por parte de partidos com menor militância. Dentro dos “partidos *mainstream*”, 75% das propostas (três iniciativas) foram apresentadas pelo PS, e os restantes 25% por parte do PSD (uma iniciativa), em que propôs um referendo sobre o tema⁴⁹.

Interessa, agora, verificar qual foi o partido político que apresentou mais iniciativas parlamentares. Tal como se pode verificar pelo Gráfico 7:

Gráfico 7- Percentagem de iniciativas parlamentares por partido político: adoção homoparental

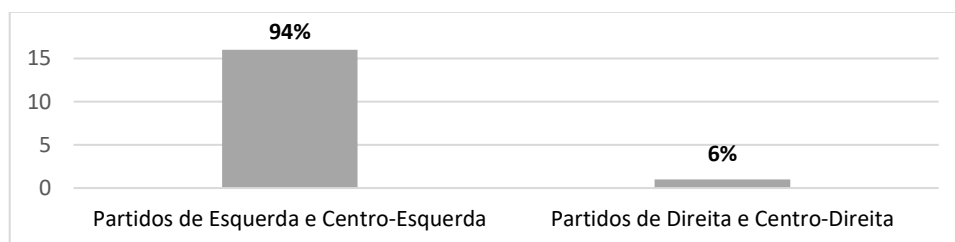


O BE foi o partido político mais ativo em matéria de iniciativas parlamentares, com oito propostas apresentadas (47%) ao longo do processo legislativo. Em segundo lugar, o PEV contou com quatro iniciativas (23%), seguido do PS, com três iniciativas apresentadas (18%). Por fim, quer o PAN, quer o PSD, apresentaram uma iniciativa cada (6%). Aliado ao facto de o BE ter sido o partido mais ativo, também foi um dos “partidos politizadores” da temática, tendo dado entrada em

⁴⁹ Diário da Assembleia da República II série A N.º14/XII/3 2013.10.24

dezembro de 2011 na Assembleia da República, o primeiro projeto-lei⁵⁰ sobre a adoção homoparental, fazendo despoletar o processo político em questão. O BE foi ainda autor de outros três projetos-lei, entre 2012 e 2013⁵¹. No mesmo período temporal, o PEV também deu entrada a dois projetos-lei sobre a despenalização da temática, tendo a sua quota-parte de contribuição para o processo de politização do tema⁵².

Gráfico 8- Percentagem de iniciativas parlamentares entre partidos de esquerda e direita: adoção homoparental



O Gráfico 8 indica que, num total de 17 propostas apresentadas, 16 iniciativas (94%) provieram de “partidos de esquerda e centro-esquerda” (BE, PEV, PS e PAN), em contraste com apenas uma iniciativa (6%) por parte de “partidos de direita e centro-direita” (PSD). Das 16 iniciativas apresentadas por “partidos de esquerda e centro-esquerda”, 75% das propostas foram apresentadas pelo BE e PEV (partidos de esquerda), ao passo que, apenas 25% foram propostas pelo PS e PAN (partidos de centro-esquerda).

A quarta e última questão, do ponto de vista de análise individualizada, tem o objetivo de compreender como foi o posicionamento dos partidos políticos ao longo dos processos relativos à liberalização de questões de moralidade. Para tal, a Tabela 14 apresenta o posicionamento global por legislatura, face ao processo de liberalização da adoção por casais do mesmo sexo.

Tabela 14- Posicionamento dos partidos ao longo do processo político: adoção homoparental

Legislatura:	PSD	CDS	PS	PCP	BE	PEV	PAN
Legislatura XII	Desfavorável	Desfavorável	Misto	Misto	Favorável	Favorável	n/a
Legislatura XIII	Desfavorável	Desfavorável	Favorável	Favorável	Favorável	Favorável	Favorável

Os últimos passos do processo legislativo referente à questão de análise prévia (casamento entre pessoas do mesmo sexo), vieram “destoar a pintura” de um espectro político esquerda-direita, justaposto num prisma liberal-conservador. Isto porque, dos partidos favoráveis (de esquerda) ao

⁵⁰ Diário da Assembleia da República II série A N.º91/XII/1 2012.01.04

⁵¹ Diário da Assembleia da República I série N.º77/XII/1 2012.02.25

⁵² Diário da Assembleia da República I série N.º91/XII/2 2013.05.18

casamento homoafetivo, apenas o BE e o PEV eram a favor de também incluir a matéria de adoção plena na lei 9/2010⁵³ (Brandão & Machado, 2012: 671).

Relativamente ao posicionamento de cada partido ao longo deste processo legislativo, em primeiro lugar, a posição do PSD foi maioritariamente desfavorável, uma vez que, e ilustrado pela palavras do deputado Luís Montenegro⁵⁴, o PSD não tinha “qualquer compromisso programático nesta matéria, nem interno, nem externo”, não tendo sido imposta qualquer disciplina de voto. Neste sentido, o PSD votou maioritariamente «contra» em todas as iniciativas parlamentares, exceto no projeto de resolução 857/XII⁵⁵, de sua autoria. Esta iniciativa visava a realização de um referendo sobre dois aspetos: a possibilidade de co-adoção pelo cônjuge do mesmo sexo e a possibilidade de adoção plena por casais do mesmo sexo. A proposta foi aprovada em Plenário, uma vez que foi apresentada ao longo da legislatura XII, em que a conjuntura parlamentar existente era a de uma coligação governativa de direita, entre PSD e CDS. Contudo, na sequência da fiscalização preventiva obrigatória por parte do Tribunal Constitucional⁵⁶, foi declarada a inconstitucionalidade e ilegalidade do diploma. Tal como referem Amorim e Toscano (2016: 3), a proposta foi declarada inconstitucional por acumular no mesmo referendo duas perguntas que dificultavam “a real perceção dos eleitores relativamente aos valores em questão”. Em segundo lugar, a posição do CDS-PP foi desfavorável em todas as iniciativas apresentadas, à exceção da proposta de referendo, em que se absteve. Esta perceção é sustentada pelas palavras do deputado Filipe Lobo d’Avila, onde refere que o partido tem “uma posição nítida [onde] não é necessário nem recomendável impor qualquer disciplina de voto”⁵⁷. Refere ainda que a temática não era uma prioridade nem para o partido, nem para um país assolado por medidas de austeridade.

Em terceiro lugar, denotar o percurso do PS, em que é possível abordar três momentos distintos de ação: (a) ser contra a adoção, (b) propor apenas a co-adoção e, por fim, (c) ser a favor da adoção plena. Um primeiro momento surge aquando do fim do processo legislativo referente ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, onde o PS mostrou-se inflexível sobre a temática da adoção. Segundo referem Vilaça e Oliveira (2015: 40), a estratégia do Partido Socialista (então governo) foi o de negociar com a Igreja Católica e com a associação ILGA Portugal, onde o cerne da questão do plano socialista “não era [o] de querer acabar com a família, mas de evitar que as pessoas homossexuais constituíssem uma família (...) no sentido cristão, isto é, com crianças”. O

⁵³ Diário da República I série N.º105/XI/1 2010.05.31

⁵⁴ Diário da Assembleia da República I série N.º61/XII/3 2014.03.15 (pág. 61).

⁵⁵ Diário da Assembleia da República II série A N.º14/XII/3 2013.10.24

⁵⁶ Diário da República I série N.º44/XII/3 2014.03.04, Acórdão n.º 176/2014

⁵⁷ Diário da Assembleia da República I série N.º61/XII/3 2014.03.15 (pág. 36).

segundo momento prendeu-se com a ação do PS enquanto partido de oposição, durante a legislatura XII, mais concretamente em 2012, quando apresenta o projeto-lei 278/XII⁵⁸, que “consagra a possibilidade de co-adoção pelo cônjuge ou unido de facto do mesmo sexo”, afirmando a falta de medidas para proteger casais do mesmo sexo que constituem família, cujos filhos, quer biológicos em detrimento de uma relação anterior, quer pela adoção singular permitida, são desprovidos de “proteção jurídica adequada”. De notar que foi o único projeto-lei sobre o tema, proveniente de um partido da oposição ao longo da legislatura XII, a ser rejeitado somente em votação na especialidade. Um terceiro momento é patente durante a campanha eleitoral para as legislativas de 2015, quando o Partido Socialista assume no seu programa eleitoral que pretende combater a discriminação em função da orientação sexual, eliminando as barreiras legais “no acesso à adoção e no apadrinhamento civil por casais do mesmo sexo (casados ou unidos de facto), permitindo o reconhecimento das famílias já existentes”⁵⁹. A análise à evolução do PS é interessante do ponto de vista que representa, uma vez mais e a par do observado em anteriores políticas de moralidade, a plasticidade, permeabilidade, capacidade de adaptação e “estratégia política” do partido, ao longo do século XXI (Vilaça & Oliveira, 2015a: 125). Desta forma, demonstra ser o único partido *policy entrepreneur* com capacidade de mobilização suficiente para assumir a bandeira de uma causa ético-moral com sucesso, em termos legislativos.

Em quarto lugar, o PCP, também apresenta três momentos distintos de ação de voto. Um primeiro momento advém do fim do processo legislativo referente ao casamento homoafetivo, em que se afasta do cenário favorável à adoção homoparental, sustentando que “a adoção e o casamento entre homossexuais são questões distintas”, merecendo um debate aprofundado do assunto na sociedade (Vilaça & Oliveira, 2015: 34). Argumentava ainda que, o centro da questão não deve estar na liberdade ou impossibilidade de um casal homoafetivo poder adotar, mas na preocupação em assegurar o interesse superior da criança (Brandão & Machado, 2012: 670). Esse padrão é evidente no sentido de voto do partido, uma vez que votou «contra» os três primeiros projetos de lei sobre a temática⁶⁰, em 2012. Um segundo momento de ação é perceptível ao longo de 2013, quando este se absteve na votação dos três seguintes projetos-lei⁶¹, tendo votado «contra» a proposta de referendo. O terceiro momento, é patente a partir de 2014 e até à

⁵⁸ Diário da Assembleia da República II série A N.º223/XII/1 2012.09.13

⁵⁹ Partido Socialista. (2015). Programa eleitoral legislativas 2015. Disponível em: https://www.ps.pt/wp-content/uploads/2016/06/programa_eleitoral-PS-legislativas2015.pdf

⁶⁰ Diário da Assembleia da República I série N.º77/XII/1 2012.02.25

⁶¹ Diário da Assembleia da República I série N.º91/XII/2 2013.05.18

aprovação da lei (em 2016), onde o PCP apresenta um posicionamento de voto sempre favorável aos projetos-lei e à consequente legalização da adoção homoparental.

Seguidamente, o BE e o PEV apresentaram um posicionamento constante e sempre favorável à aprovação da temática, tendo votado apenas uma vez «contra», em relação à proposta de referendo. De facto, já em 2005, o BE apresentara no seu programa eleitoral “a defesa da adoção por casais homossexuais”, e o PEV, abordava a liberalização da plena adoção homoparental mesmo durante o debate sobre o casamento entre pessoas do mesmo sexo (Vilaça & Oliveira, 2015: 33-34). Nesta perspetiva, e como referem Brandão e Machado (2012: 671), o tema da adoção serviu como “arma política”, utilizada pelos dois partidos para promoverem as respetivas reivindicações, marcar um posicionamento progressivo e diferenciarem-se dos restantes “partidos de esquerda”. Reforçar ainda o peso do ativismo LGBT, que soube aliar-se estrategicamente a estes partidos na prossecução dos objetivos no âmbito da igualdade de género (Santos, 2018: 38).

Por fim, o PAN, somente apareceu na legislatura XIII e demonstrou um posicionamento favorável à adoção homoparental. Apresentou a iniciativa parlamentar 31/XIII, que foi aprovado em conjunto com as restantes⁶² (BE, PS e PEV), no sentido de eliminar as discriminações no acesso à adoção plena. O decreto de Assembleia seguiu para promulgação, onde o Presidente da República, Cavaco Silva, decide usar o poder de veto político, entendendo que é uma “matéria de grande sensibilidade social” e que deve ser precedido por um “amplo e esclarecedor debate público”⁶³. De volta ao parlamento, o decreto foi reapreciado, aprovado e promulgado pela lei 2/2016⁶⁴, em fevereiro de 2016, que “elimina as discriminações no acesso à adoção, apadrinhamento civil e demais relações jurídicas familiares”, visando a adoção plena e a co-adoção por parte de casais do mesmo sexo (Santos, 2018: 41).

Em suma, e tal como sugere a literatura (Heichel et al, 2013; Knill 2013; Engeli et al, 2012), a maior tendência para a liberalização deste tipo de políticas não surge por parte de partidos de direita, quer por razões ideológicas, quer pela sua hierarquia de prioridades de *political agenda setting*. Este padrão torna-se ainda mais evidente com a mudança da legislatura XII para a XIII, em que se altera a composição governamental, com a passagem de um governo de direita para uma conjuntura parlamentar maioritária de esquerda e que, consequentemente, coincide com a aprovação da temática em questão.

⁶² Diário da Assembleia da República I série N.º8/XIII/1 2015.11.21

⁶³ Diário da Assembleia da República I série N.º30/XIII/1 2016.01.28 (pág. 4).

⁶⁴ Diário da República I série N.º41/XIII/1 2016.02.29

3.6 Análise Comparativa entre Políticas de Moralidade

De forma a proceder a uma perspetiva comparada entre subtipos de políticas de moralidade, foi adotada a conceção grupal proveniente da análise de Heichel et al. (2013), em que políticas de moralidade como aborto ou eutanásia correspondem a “questões de vida/morte” e questões como o casamento homoafetivo e adoção homoparental correspondem a “questões de sexualidade”. Nesta perspetiva, a Tabela 15 aborda a primeira questão sob análise, no sentido em que se pretende observar se são os partidos no governo ou na oposição, aqueles que apresentam mais iniciativas parlamentares sobre políticas de moralidade.

Tabela 15- Número de iniciativas parlamentares entre partidos no governo e oposição: perspetiva comparada

Políticas de Moralidades por Subtipo:	Governo	Oposição
Questões de vida/morte	16	34
Questão de sexualidade	6	17
Total Iniciativas apresentadas:	30%	70%

De acordo com os dados apresentados, “partidos na oposição” apresentam mais iniciativas parlamentares (70%) do que “partidos no governo” (30%) sobre questões de moralidade, validando a teoria de Euchner (2019a: 235), uma vez que, “partidos na oposição” encontraram mais vantagens em politizar estas matérias, quer por uma questão ideológica, quer com o objetivo de aumentar o seu poder político-partidário no longo prazo. Em relação aos subtipos de moralidade, tanto o “governo” como a “oposição” apresentaram maior atividade parlamentar em “questões de vida/morte” (50 iniciativas), do que em “questões de sexualidade” (23 iniciativas).

Tabela 16- Número de iniciativas parlamentares entre partidos de esquerda e direita no governo: perspetiva comparada

Partidos no Governo:	Esquerda	Direita
Questões de vida/morte	15	1
Questão de sexualidade	5	1
Total Iniciativas apresentadas:	91%	9%

Seguindo a mesma tendência observada ao longo do capítulo, é possível observar uma maior ativação parlamentar do parte de “partidos de esquerda” do que por “partidos de direita”. Neste caso, e de acordo com a Tabela 16, 91% das iniciativas parlamentares efetuadas por partidos no governo foram apresentadas por “partidos de esquerda”, ao passo que, apenas 9% foram apresentadas por “partidos de direita”. Um argumento apresentado pela literatura que sustenta esta análise é a de que partidos de direita “simplesmente ignoram” este tipo de matérias e preferem adotar uma “estratégia de não-decisão” (Engeli et al, 2012: 69).

No que concerne à segunda questão, a Tabela 17 procura demonstrar que tipo de partidos apresentam mais iniciativas parlamentares: partidos *mainstream* ou restantes partidos políticos.

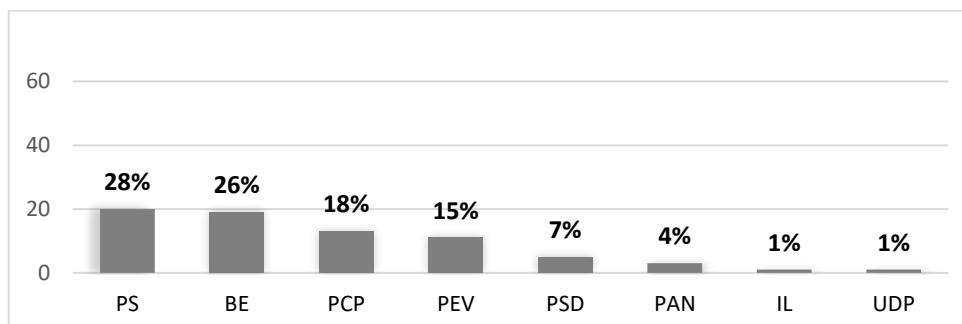
Tabela 17- Número de iniciativas parlamentares entre partidos mainstream e restantes: perspetiva comparada

Políticas de Moralidades por Subtipo:	Partidos <i>mainstream</i>	Outros partidos
Questões de vida/morte	20	30
Questão de sexualidade	6	17
Total Iniciativas apresentadas:	36%	64%

Os dados apresentados demonstram uma maior preponderância por parte dos partidos com menor militância, em comparação com “partidos *mainstream*”, na globalidade das questões de moralidade sob escopo, corroborando a teoria de Hurka et al. (2018). A Tabela 17 permite ainda observar maior atividade parlamentar, quer por “partidos *mainstream*”, quer pelos restantes partidos, em matérias relativas às questões de vida/morte (aborto e eutanásia), em detrimento de questões de sexualidade (casamento e adoção por pares do mesmo sexo).

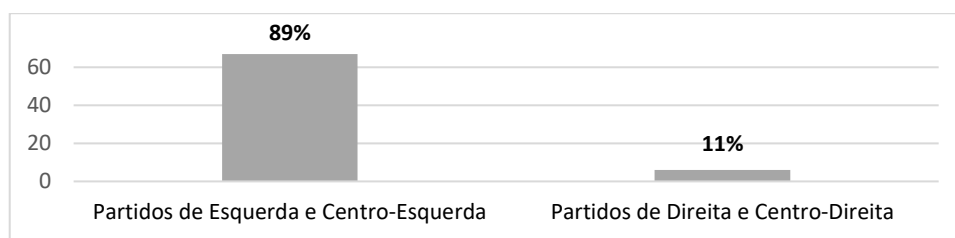
No que concerne à observação do partido político com mais iniciativas parlamentares, o Gráfico 9 representa o somatório de todas as propostas parlamentares apresentadas por partido.

Gráfico 9- Percentagem de iniciativas parlamentares por partido político: perspetiva comparada



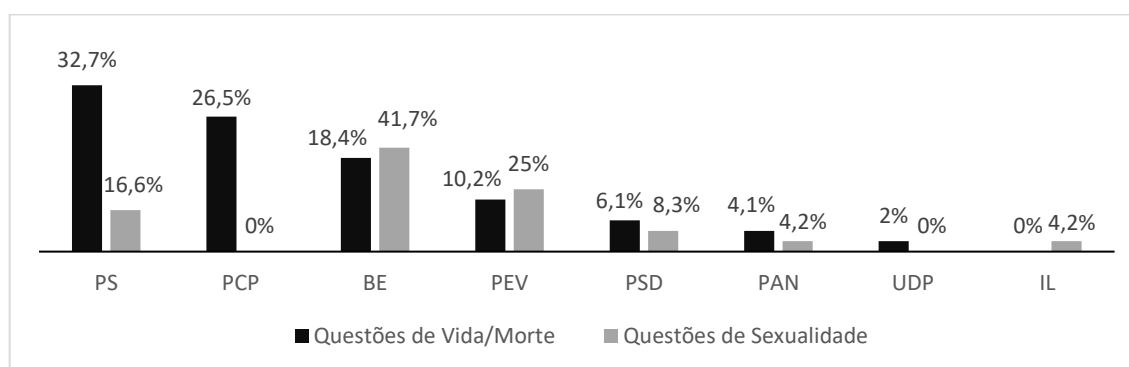
Nesta perspetiva, é possível analisar que o PS foi o partido com maior ativismo parlamentar sobre questões de moralidade, uma vez que apresenta um total de 20 iniciativas (28%). Segue-se o Bloco de Esquerda, com menos uma iniciativa, contabilizando um total de 19 propostas apresentadas (26%). Em terceiro e quarto lugar surgem o PCP e o PEV, com 13 e 11 iniciativas parlamentares apresentadas respetivamente (18% e 15%). O PSD contabiliza cinco iniciativas (7%), e de seguida o PAN com três iniciativas apresentadas (4%). Por fim, com apenas uma iniciativa apresentada, IL e UDP (1%).

Gráfico 10- Percentagem de iniciativas parlamentares entre partidos de esquerda e direita: perspectiva comparada



Em termos de espectro político-partidário, os quatro processos legislativos sob análise contabilizaram um total de 73 iniciativas parlamentares. Tal como sugere o Gráfico 10, é possível observar que: 67 iniciativas (92%) foram propostas por “partidos de esquerda e centro-esquerda” (PS, PCP, BE, PEV, PAN, UDP) e apenas 6 iniciativas (8%) foram propostas por “partidos de direita e centro-direita” (PSD, IL). Este alinhamento partidário é expectável pela perspectiva de Heichel et al. (2013: 10), uma vez que partidos de esquerda são mais inclinados “a posições mais liberais em questões fundamentais de moralidade e valores”.

Gráfico 11- Percentagem de iniciativas parlamentares por partido político: por subtipo de moralidade



Em relação à análise partidária por subtipo de moralidade, a observação efetuada pelo Gráfico 11 demonstra que, em “questões de vida/morte” (aborto e eutanásia), o partido político mais ativo foi o PS (32,7%), seguido do PCP (26,5%), com o BE (18,4%) em terceiro lugar, precedido pelo PEV (10,2%). Com menor ênfase, surgem PSD (6,1%), PAN (4,1%) e UDP (2%), respetivamente. Sobre “questões de sexualidade”, a linha interventiva altera-se, com destaque para o BE como o partido com maior número de iniciativas apresentadas (41,7%), seguido do PEV (25%), e em terceiro lugar o PS (16,6%). Com menor ênfase, surgem os partidos PSD (8,3%), PAN (4,2%) e IL (4,2%), respetivamente. Desta forma, é possível corroborar a teoria de Lovenduski (2007), em que a investigadora defende que partidos de esquerda são mais propensos às reivindicações feministas (como o caso do aborto e matérias de igualdade de género), em contraste com partidos de direita.

Tabela 18- Número de iniciativas parlamentares por partido político: por subtipo de moralidade

Atividade intrapartidária:	PS	BE	PCP	PEV	PSD	PAN	CDS
Questões de vida/morte	80%	47%	100%	46%	60%	67%	0%
Questões de sexualidade	20%	53%	0%	55%	40%	33%	0%
Total Iniciativas Parlamentares:	20	19	13	11	5	3	0

A nível intrapartidário, foram observados os partidos políticos com assento parlamentar em, pelo menos, um dos processos políticos de cada subtipo de moralidade. De acordo com a Tabela 18, é possível denotar que, 80% da atividade parlamentar do PS foi relativo a “questões de vida/morte” e apenas 20% a “questões de sexualidade”. O BE apresentou um quadro interventivo semelhante entre subtipos de políticas de moralidade, com 47% em “questões de vida/morte” e 53% em “questões de sexualidade”. O PCP foi o partido com o padrão mais extremado, uma vez que, 100% das suas iniciativas parlamentares foram para “questões de vida/morte”, e em que, 100% das suas iniciativas em “questões de vida/morte” foram sobre a temática do aborto. O PEV denota um padrão similar ao do BE, sendo que, 46% das iniciativas parlamentares foram propostas para “questões de vida/morte” e 55% para “questões de sexualidade”. No caso do PSD, 60% das suas propostas foram para “questões de vida/morte”, em comparação com 40% para “questões de sexualidade”. O PAN conta com 67% das propostas apresentadas para “questões de vida/morte”, em detrimento de 33% para “questões de sexualidade”. Por fim, o CDS-PP é o único partido com completa ausência de propostas legislativas⁶⁵, ainda que tenha estado presente em todas as legislaturas referentes aos quatro processos em discussão.

Em suma, é possível observar uma atenção quase equitativa a ambos os subtipos de moralidade por parte do BE e do PEV. É igualmente possível observar que o PS apresentou mais iniciativas sobre “questões de vida/morte” do que sobre “questões de sexualidade” (80% em comparação com 20%). O caso do PCP, em que apenas apresentou iniciativas sobre o aborto, pode ser explicado pela perspetiva de Freire & Baum (2001: 11), em que é referido que o Partido Comunista poderá não ter este tipo de questões como prioridade na agenda, devido a “um certo conservadorismo moral da sua parte”. O caso do CDS pode ser explicado pela perspetiva de Brandão e Machado (2012: 666), uma vez que, partidos de direita não têm na sua lista de prioridades de agenda política questões relacionadas com valores fundamentais ético-morais, priorizando antes, questões económicas.

⁶⁵ O CDS apenas “apresenta” um projeto-lei em parceria com o PSD no processo da «IVG». No entanto, para efeitos de contabilização de iniciativas parlamentares, o projeto de resolução 225/IX foi atribuído ao PSD, uma vez que o número de deputados presentes na autoria do projeto era superior aos do CDS-PP (Diário da Assembleia da República II série A N.º37/IX/2 2004.02.19).

Relativamente ao quarto objetivo sob análise, a Tabela 19 demonstra os posicionamentos globais dos partidos que estiveram presentes ao longo dos quatro processos políticos sobre questões de moralidade.

Tabela 19- Posicionamento dos partidos ao longo do processo político: perspetiva comparada

Posicionamento:	PSD	CDS	PCP	PS	BE	PEV
Aborto	Desfavorável	Desfavorável	Favorável	Favorável	Favorável	Favorável
Eutanásia	Desfavorável	Desfavorável	Desfavorável	Favorável	Favorável	Favorável
Casamento homoafetivo	Desfavorável	Desfavorável	Favorável	Favorável	Favorável	Favorável
Adoção homoparental	Desfavorável	Desfavorável	Favorável	Favorável	Favorável	Favorável

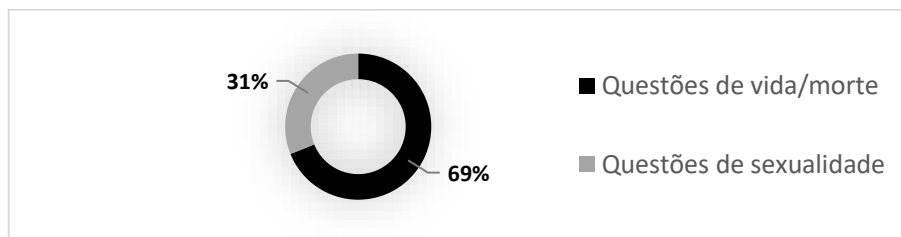
Desta forma, é possível analisar a tendência partidária em relação às questões de moralidade e aos subtipos associados. Nesta perspetiva, importa referir em primeiro lugar, o caso do PCP que, sendo a única exceção à regra, surge favorável a três das quatro políticas de moralidade. No entanto, a sua posição em relação à eutanásia é tida como desfavorável. Em segundo lugar, o posicionamento do PS, BE e PEV, favorável às quatro questões de moralidade e, em contraste, o posicionamento dos partidos de direita (PSD e CDS), desfavorável em relação às quatro políticas supracitadas. Esta análise pode ser corroborada por estudos que determinam que “partidos de esquerda” tendem a ser mais liberais (Budde et al, 2017; Fink, 2009; Hildebrandt, 2016) e que partidos da “ala direita” são mais conservadores, em questões morais como o aborto, orientação sexual, identidade e conduta (Lindaman & Haider-Markel, 2002). No entanto, e segundo Heichel et al. (2013: 10), “não é possível confirmar o peso partidário nas questões de moralidade”, uma vez que essas decisões “atravessam orientações político-partidárias, implicando que os deputados votem de acordo com as suas convicções pessoais” e não com o posicionamento dos partidos *a priori*. Isto é suportado pelo facto de existirem “regras informais de comportamento de voto disciplinar” que poderão ser abandonadas quando se trata de decisões sobre questões fraturantes.

Por fim, Engeli et al. (2012: 24) levantam a questão se “assuntos de moralidade podem estar conectados a conflitos partidários”, especialmente em relação ao conflito “esquerda-direita”. Nesse sentido, a análise efetuada verifica que a base “esquerda-direita” se sobrepõe a um posicionamento “favorável-desfavorável” em três das quatro questões sob análise: aborto, casamento homoafetivo e adoção homoparental. No entanto, a temática da eutanásia demonstra uma transversalidade no espectro “esquerda-direita”, pelo facto do PCP ser considerado um “partido de esquerda”, mas ao mesmo tempo ser “desfavorável” ao tema. Esta análise poderá ser fundamentada pela perspetiva de Engeli et al. (2012: 24), no sentido em que, “pode ser arriscado

para [alguns] partidos de esquerda enfatizarem uma posição muito permissiva” em questões de moralidade, dada a sua base ideológica ou o facto de terem grupos de eleitorado mais envelhecido (*old left*, mais conservadora).

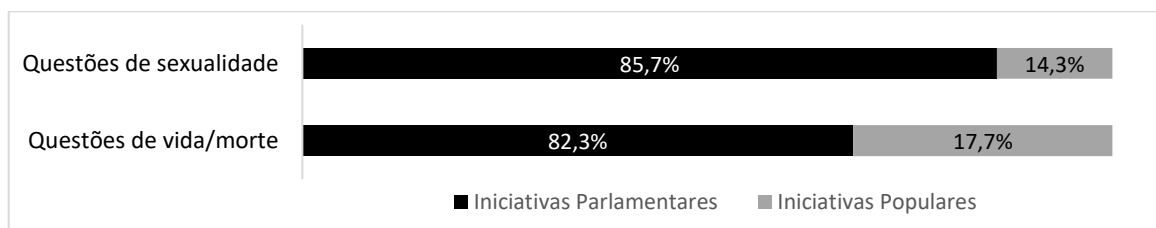
No que diz respeito à análise comparativa entre subtipos de moralidade, o Gráfico 12 apresenta o número total de iniciativas apresentadas (populares e parlamentares) ao longo dos quatro processos políticos.

Gráfico 12- Percentagem de iniciativas apresentadas por subtipo de moralidade



Nesta perspetiva, é possível concluir que, políticas de moralidade sobre “questões de vida/morte” obtiveram um maior número de iniciativas (parlamentares e populares), em detrimento de “questões de sexualidade”. Num total de 90 iniciativas apresentadas, 62 iniciativas (69%) correspondem às “questões de vida/morte”, em detrimento de 28 propostas (31%) apresentadas para “questões de sexualidade”.

Gráfico 13- Percentagem de iniciativas apresentadas: parlamentares e populares



No que concerne ao tipo de iniciativas apresentadas na Assembleia da República, o Gráfico 13 demonstra que, tanto em “questões de vida/morte” como em “questões de sexualidade”, o número de iniciativas apresentadas por parte de partidos políticos, ou através da comissão responsável neste tipo de matérias⁶⁶, é superior ao número de iniciativas populares (petições). Desta forma, em “questões de vida/morte”, num total de 90 iniciativas, 51 (82,3%) provieram de propostas parlamentares e 11 (17,7%) foram feitas por parte da população. Da mesma forma, em “questões de sexualidade”, num total de 28 iniciativas apresentadas, 24 (85,7%) provieram de

⁶⁶ Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

propostas parlamentares, sendo que, apenas 4 (14,3%) foram protagonizados por iniciativas populares (petições).

Por fim, a última questão pretende observar qual o tipo de políticas de moralidade que demoraram mais tempo a ser aprovadas no Parlamento. Nesse sentido, a Tabela 20 apresenta o tempo médio de duração de propostas legislativas por política de moralidade, desde a sua entrada em sede parlamentar até ao respetivo desfecho final.

Tabela 20- Duração média das propostas legislativas por política de moralidade: perspectiva comparada

Questões de vida/morte		Questões de sexualidade	
Aborto	Eutanásia	Casamento homoafetivo	Adoção homoparental
9,8 meses	3,6 meses	10,1 meses	3,8 meses

Nesta perspetiva, é possível denotar que o tempo médio das propostas legislativas referentes à interrupção voluntária da gravidez (9,8 meses) e ao casamento entre pessoas do mesmo sexo (10,1 meses) é superior ao tempo médio da resolução de propostas legislativas no que concerne à morte medicamente assistida (3,6 meses) e à adoção por casais do mesmo sexo (3,8 meses)⁶⁷. Apesar do caso do aborto e do casamento homoafetivo apresentarem semelhanças no tempo médio de resolução das propostas legislativas, a duração do processo político, na sua globalidade, é bastante díspar. Nessa ótica, o processo da «IVG», até à lei vigente, conta com 27 anos de processo político, ao passo que, o caso do casamento entre pessoas do mesmo sexo teve uma duração legislativa de, apenas, quatro anos. Sendo o tema do aborto o primeiro, das políticas sob escopo, a surgir em Portugal (1980), e aquele que teve um processo político mais moroso, Engeli et al. (2012) apresentam um possível fator explicativo para o observado. Engeli et al. (2012) remetem Portugal para o «mundo religioso», na conceção da “teoria dos dois mundos” e, desta forma, referem que, “no mundo religioso, a questão do aborto levou muito tempo para resolver”. No entanto, quando o processo termina, “espalha-se para outras questões de moralidade” (Engeli et al, 2012: 185). Este efeito de contágio mais permissivo observa-se no caso português, uma vez que, após findado o tema da «IVG», é notório o desenvolvimento de outras questões de moralidade, igualmente fraturantes, em agenda política (Engeli et al, 2012: 185).

⁶⁷ Nota para o facto do processo legislativo referente à morte medicamente assistida ainda se encontrar em desenvolvimento.

4. A RELIGIÃO EM QUESTÕES DE MORALIDADE

4.1 Notas introdutórias

O capítulo anterior contou com a análise dos processos legislativos e do papel dos partidos no debate das quatro políticas de moralidade. Em termos globais, observou-se uma predominância da atividade parlamentar por parte dos partidos de esquerda e centro-esquerda, nomeadamente PS e BE. Também foi possível denotar que os partidos na oposição são mais ativos neste tipo de questões, em detrimento do(s) partido(s) no governo. Por fim, observou-se que partidos políticos com assento parlamentar com menor número de militantes apresentam maior atividade parlamentar, em comparação com partidos *mainstream* (PS e PSD).

O presente capítulo versa sobre o papel da religião nas mesmas políticas. O capítulo segue a mesma estrutura do anterior, com uma análise individual por questão de moralidade, sendo que a última secção conta com uma análise comparativa entre subtipos de moralidade e na sua globalidade.

4.2 A Interrupção Voluntária da Gravidez

De acordo com os parâmetros temporais definidos previamente para efeitos de análise documental (totalizando 228 documentos), foram contabilizados **31 documentos episcopais** com referências à «IVG». Na análise sistemática efetuada, foi possível verificar que o posicionamento da Igreja foi contrário à de uma abertura legal da legislação sobre o aborto, uma vez que, e sustentado por documentos publicados pela Conferência Episcopal, a Igreja opôs-se “a todas as tentativas legais ditas de despenalização do aborto” (CEP, 2003: 1). No que concerne à realização de um referendo sobre a temática, a Conferência Episcopal surgiu igualmente com um posicionamento desfavorável, entendendo que “a vida humano [é] um valor absoluto, a defender e a promover em todas as circunstâncias”. Nesta perspetiva, a Igreja entende que a vida “não é referendável e que nenhuma lei permissiva respeita os valores éticos fundamentais acerca da Vida” (CEP, 2006c: 1). No entanto, a sociedade portuguesa foi sujeita a dois referendos sobre a temática, sendo que, em ambos, a posição defendida pela Conferência Episcopal foi categoricamente «contra» a despenalização do aborto. Deste modo, a sustentação do seu posicionamento é verificada num dos

comunicados episcopais, em que é referido que, não se pode “deixar de dizer aos fiéis católicos que devem votar «não»”, em alusão ao referendo (CEP, 2006c: 1).

Uma vez apresentado o posicionamento global da Conferência Episcopal, importa, agora, analisar os principais argumentos com que a Igreja justifica a sua posição face a esta questão de moralidade.

4.2.1 Argumentação

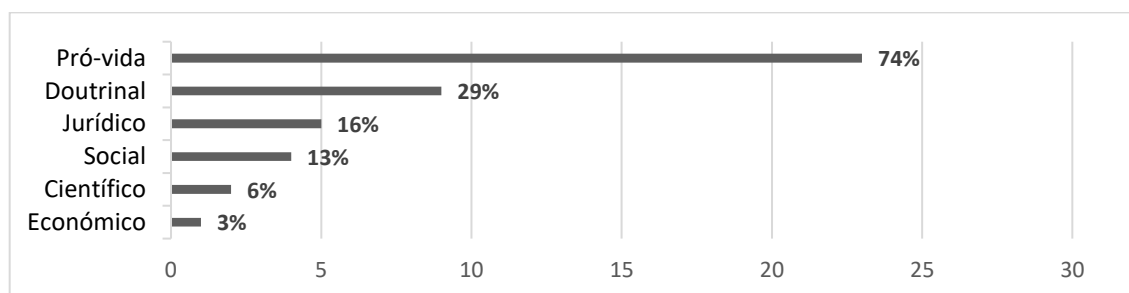
Tabela 21- Quadro argumentativo da Igreja: interrupção voluntária da gravidez

Argumento:		Exemplo:
Pró-vida:	Atentado a portadores de deficiência	“O primeiro desses direitos é a vida, o pressuposto de todos os outros. Não podemos, por isso, esquecer a frequência dos atentados à vida dos nascituros, através do aborto, mesmo motivado por deficiência do feto” (CEP, 2019d: 1)
	Contra o utilitarismo	A cultura de morte “desvaloriza de forma dramática a vida humana e aceita, com leviandade, que lógicas utilitaristas e materialistas se sobreponham aos direitos das crianças não nascidas” (CEP, 2006b: 5)
	Defesa da dignidade humana	“A defesa do inocente nascituro deve ser clara, firme e apaixonada, porque neste caso está em jogo a dignidade da vida humana” (CEP, 2018: 1)
	Defesa da vida	“Defesa da vida, desde o momento da concepção até à morte natural” (CEP, 2000: 9)
Referências: CEP (2000; 2001; 2003; 2003a; 2004; 2005; 2006; 2006b; 2006c; 2006d; 2008b; 2013; 2014b; 2015a; 2015b; 2015c; 2015d; 2017; 2018; 2019; 2019b; 2019c; 2019d) Total = 23 documentos		
Doutrinal:	5º Mandamento	“Violação do Quinto Mandamento da Lei de Deus «não matarás»” (CEP, 2004: 7)
	Aborto é pecado	“Para os fiéis católicos o aborto provocado é um pecado grave” (CEP, 2006c: 1)
	A Vida é Sagrada	“A vida humana, em todas as fases do seu desenvolvimento, é sagrada e inviolável” (CEP, 2005: 1)
Referências: CEP (2003; 2004; 2005; 2006b; 2006c; 2007a; 2015c; 2016b; 2018) Total = 9 documentos		
Jurídico:	Documentos normativos	“O carácter inviolável da vida humana consagrado na nossa Constituição”, artigo 24º, nº1 (CEP, 2007a: 1)
	Não é direito da mulher	“O aborto não é um direito da mulher. Ninguém tem direito de decidir se um ser humano vive ou não vive, mesmo que seja a mãe que o acolheu no seu ventre” (CEP, 2006c: 2)
Referências: CEP (2003; 2004; 2006c; 2007a; 2019d) Total = 5 documentos		
Social:	Contra a regulação de natalidade	“A necessidade de respeitar a dignidade da pessoa, na avaliação moral dos métodos de regulação da natalidade” (CEP, 2015d: 17)
	Fator de baixa natalidade	“O contributo decisivo para vencer a crise demográfica situa-se no plano da cultura e da mentalidade. (...) Qualquer mensagem de desvalorização da vida humana acarreta consequências negativas a este respeito. Uma delas – sem

	dúvida a mais grave – é o aborto e sua banalização (...) com a cobertura da lei vigente.” (CEP, 2013b: 3-4)
Referências: CEP (2001; 2008a; 2013b; 2015d) Total = 4 documentos	
Científico:	“Esta é hoje uma certeza confirmada pela Ciência: todas as características e potencialidades do ser humano estão presentes no embrião” (CEP, 2006c: 2)
Referências: CEP (2004; 2006c) Total = 2 documentos	
Económico:	“Pela dissuasão de todos os que intervêm lateralmente no processo, frequentemente com meros fins lucrativos” (CEP, 2006c: 2)
Referências: CEP (2006c) Total = 1 documento	

Os dados apresentados pela Tabela 21 permitem a elaboração do Gráfico 14, que demonstram o tipo de argumentação apresentado pela Conferência Episcopal e a sua saliência relativa ao longo dos 31 documentos episcopais sobre o caso do aborto:

Gráfico 14- Argumentação da Igreja: interrupção voluntária da gravidez



De acordo com a análise efetuada, em primeiro lugar, é patente a ação da Conferência Episcopal centrada numa argumentação pró-vida, em que a vida e a dignidade humana devem ser defendidas desde a “concepção até à morte natural” (CEP, 2003a: 4; 2000: 9). Desta forma, a Igreja sente a “responsabilidade iniludível de decidir incondicionalmente a favor da vida” (CEP, 2006d: 2) e esse ideal é projetado ao longo dos documentos sob análise. Nesta linha argumentativa, a Conferência Episcopal critica a lógica utilitarista que advém da prática do aborto, e da corrente materialista que se sobrepõe aos direitos dos nascituros (CEP, 2006b: 5). Nesta perspetiva, a Igreja crê que o ser-humano caminha em direção à objetificação do ser, com a intenção de comandar todas as etapas da vida (CEP, 2003a: 18), em detrimento de uma máxima absoluta pró-vida. Por fim, alerta ainda “para a atenção que deve ser dada às pessoas portadores de deficiência” (CEP, 2015c: 10), referindo o aumento de mortes via aborto motivados pela deficiência dos fetos (CEP, 2019d: 1).

Em segundo lugar, a argumentação sustentada pela doutrina católica. Nela, destacam-se três argumentos. O primeiro, sugere que “o aborto provocado apresenta características que o tornam particularmente grave e abjurável”, sendo considerado pela Igreja Católica como “uma desordem moral” (CEP, 2003: 1) e, conseqüentemente, um pecado. O segundo, destaca o “carácter sagrado e inviolável” da vida humana (CEP, 2015c: 40). O terceiro e último argumento surge a preceito do Decálogo, em que o aborto constitui uma “violação do quinto mandamento da lei de Deus, «não matarás»” (CEP, 2006c: 1).

Ainda que com menor ênfase, surgem igualmente outros argumentos que suportam o posicionamento da Conferência Episcopal face à interrupção voluntária da gravidez. Nesse sentido, em terceiro lugar, no plano jurídico consideram-se dois argumentos. O primeiro evoca documentos normativos para sustentar o direito fundamental à vida, sendo feitas referências à Declaração Universal dos Direitos Humanos, que consagra a vida como o primeiro dos direitos e “o pressuposto de todos os outros” (CEP, 2019d: 1); e à Constituição da República Portuguesa, que contempla, através do artigo 24º, “o carácter inviolável da vida humana” (CEP, 2007b: 1). O segundo argumento é perentório na recusa da ideia de que a «IVG» possa ser considerado uma afirmação da emancipação da mulher, e em que a possibilidade de abortar passe a constituir um direito da mesma (CEP, 2003: 1). A Igreja sustenta este ponto de vista ao afirmar que “ninguém tem o direito de decidir se um ser-humano vive ou não vive, mesmo que seja a mãe que o acolheu no seu ventre” (CEP, 2006c: 2), criticando a tentativa de normalização desta prática pela mulher (CEP, 2004: 5).

Em quarto lugar, é apresentada uma argumentação de carácter social, que visa a questão da natalidade, e em que o Episcopado demonstra ser contra qualquer método de regulação da mesma (CEP, 2015d: 17), afirmando inclusive, que a pílula do dia seguinte é abortiva, e em que não é possível “negar o seu efeito de interrupção do normal percurso de um óvulo fecundado” (CEP, 2001: 5). Conseqüentemente, a Igreja estabelece nexos entre a prática do aborto e a “baixíssima natalidade” (CEP, 2008a: 1), culpabilizando a sua prática como *causa prima* da atual crise de natalidade em Portugal.

Na vertente científica, a Conferência Episcopal refugia-se no plano da ciência para sustentar a sua posição, referindo que os cientistas afirmam que “desde os primeiros momentos, estabelece-se uma relação vital, que se desenvolve progressivamente, entre o feto e a mãe, afirmando assim a sua alteridade em relação à própria mãe” (CEP, 2004: 5). Desta feita, a interdependência do nascituro justifica o ponto de vista católico, que considera que “todas as características e potencialidades do ser-humano estão presentes no embrião” (CEP, 2006c: 2). Por fim, no plano económico, a Conferência Episcopal argumenta que a despenalização do aborto tem incentivos

financeiros alheios, advertindo “todos os que intervêm lateralmente no processo, frequentemente com meros fins lucrativos” (CEP, 2006c: 2). Manuel e Tollefsen (2008: 124) corroboram esta visão da Igreja, da liberalização do aborto enquanto «estratégia económica», tendo em conta que Portugal era o país com a segunda taxa de gravidez adolescente mais alta na Europa, fazendo alusão à possibilidade da existência de incentivos económicos por parte de instituições de saúde.

Deste modo, é possível destacar que, pela visão do Episcopado, a questão do aborto não foi somente abordada do ponto de vista doutrinal, mas também procurou mirar argumentações morais e éticas (Manuel & Tollefsen, 2008: 123). No entanto, confirma-se a expectativa de Knill (2013: 312-314) ao referir que, no campo das “*manifest morality policies*”, são priorizados argumentos baseados em crenças do que em evidências científicas. É igualmente possível concluir que o quadro argumentativo apresentado é linear e em concordância com o posicionamento da Igreja, em perspetiva comparada com séculos anteriores (Pinto, 1996; Portugal, 2009: 77-80), na defesa da proteção absoluta da vida em gestação. Por fim, destacar que, apesar da literatura referir que a Igreja promovia um “estado paralelo” (Santos, 1999; Monteiro, 2012), em alusão à discrepância entre os quadros legais e as práticas sociais, onde a lei sobre o aborto teria um caráter regulador, pedagógico e simbólico, em detrimento de um efetivo poder coercivo (Alves et al, 2009: 17), a análise efetuada não identificou qualquer referência à noção de estado paralelo, no âmbito dos documentos episcopais com referências à «IVG».

4.2.2 Mecanismos de intervenção

No que diz respeito às estratégias utilizadas pela Igreja Católica para influenciar o debate sobre a temática do aborto, foram elaboradas duas tabelas que, baseadas no modelo de Meyer Resende e Hennig (2015), permitem identificar e agrupar os diferentes mecanismos de ação em dois tipos de intervenção (direta e indireta), com respetivos exemplos ilustrativos.

Tabela 22- Mecanismos de intervenção direta: interrupção voluntária da gravidez

Intervenção Direta (ao legislador)	
Tipo:	Exemplo:
Orientações clericais a legisladores	“Não nos basta continuar a pugnar pela revisão da lei em termos político-jurídicos. Cabe-nos também exigir ao Estado que reforce o apoio às grávidas e a rede de informação sobre alternativas ao aborto” (CEP, 2019d: 2)
Referências: CEP (2001; 2004; 2006c; 2006d; 2007a; 2015c; 2019d) Total = 7 documentos	
Pronunciamentos políticos sobre o tema	“A Assembleia da República decidiu sujeitar, mais uma vez, a referendo popular o alargamento das condições legais para a interrupção

	voluntária da gravidez. (...) Nós, Bispos Católicos, sentimos perplexidade acerca desta situação” (CEP, 2006c: 1)
Referências: CEP (2004; 2006; 2006c; 2015; 2015a) Total = 5 documentos	

De acordo com a Tabela 22, no âmbito do mecanismo de intervenção direta, é possível destacar dois tipos de estratégia. Por um lado, as “orientações clericais a legisladores”, em que o Episcopado procura, como a própria expressão indica, orientar o decisor político para o que a Igreja crê que deve ser o caminho no plano legal. Neste sentido, não só pedem aos políticos católicos para que, na Assembleia da República, legislem tendo em conta o direito inviolável à vida como fundamento de todos os restantes (CEP, 2006d: 3), como espera que as leis promovam e sejam inspiradas pela prática desse respeito pela vida (CEP, 2006c: 2; 2007b: 1). Por outro lado, através de “pronunciamentos políticos sobre o tema”, a Conferência Episcopal procurou expressar comentários direcionados ao plano político, manifestando o seu desacordo, quer diante as propostas legislativas apresentadas (CEP, 2006: 3), quer sobre a aprovação do referendo (CEP, 2006c: 3), quer ainda ao abrigo da lei vigente (CEP, 2015b: 4). Ainda nos pronunciamentos políticos, o Episcopado procurou tecer comentários durante eleições, como aconteceu nas legislativas de 2015, em que, num dos comunicados publicados, refere que a sociedade ganharia mais se adotasse “os princípios do pensamento social cristão, (...) pelo apoio aos mais frágeis, em particular os nascituros”, esperando que os deputados que se propõem a servir o país “se pronunciem sobre a salvaguarda da vida humana em todas as suas fases” (CEP, 2015: 1). Por fim, a terceira estratégia refere-se ao “apoio explícito a atores políticos”, contudo, há uma ausência de referências explícitas a atores político-partidários na presente análise.

Tabela 23- Mecanismos de intervenção indireta: interrupção voluntária da gravidez

Intervenção Indireta (ao eleitorado)	
Tipo:	Exemplo:
Influência de consciências individuais	“Aos que trabalham nas estruturas de saúde, recorda-se a obrigação moral da objeção de consciência” (CEP, 2015c: 40)
Referências: CEP (2003a; 2006c; 2006d; 2007; 2007a; 2015c) Total = 6 documentos	
Mobilização/apoio a movimentos, iniciativas ou referendos:	“Congratulamo-nos com a vasta e qualificada mobilização (...) em volta da defesa do carácter inviolável da vida humana e da dignidade da maternidade. (...) É importante que permaneça ativa, que encontre a estrutura organizativa necessária, para continuar a participar neste debate de civilização” (CEP, 2007a: 1)
Referências: CEP (2006; 2006a; 2006b; 2007a; 2013d; 2015a) Total = 6 documentos	
Promoção de sessões de clarificação	“A Assembleia Plenária dos Bispos manifesta o desejo de que se abra um período de sereno e profundo esclarecimento das consciências. Aos que se inclinam, neste momento, para votar “sim”, convida a

	confrontarem a sua opção à luz do dom e responsabilidade da vida humana” (CEP, 2006a: 2)
Referências: CEP (2006a; 2006c) Total = 2 documentos	
Apelo ao voto	“Não podemos, pois, deixar de dizer aos fiéis católicos que devem votar «não»” (CEP, 2006c: 1)
Referências: CEP (2006c) Total = 1 documento	

De acordo com a Tabela 23, no âmbito do mecanismo de intervenção indireta, é possível destacar quatro tipos de estratégia com o propósito de influenciar a população portuguesa no debate sobre a «IVG». Em primeiro lugar, a “influência de consciências individuais”, presente numa ação de consciencialização e promoção da doutrina social da Igreja, e consequentemente, da defesa da vida humana (CEP, 2003a: 20). Neste sentido, há um apelo particular para a consciência de todos os intervenientes no processo que conduz ao aborto, desde as mulheres, aos casais e todos os profissionais de saúde abrangentes (CEP, 2007: 3). Nessa perspetiva, a Conferência Episcopal recorda a “obrigação moral da objeção de consciência” dos médicos e restantes profissionais de saúde (CEP, 2015c: 40).

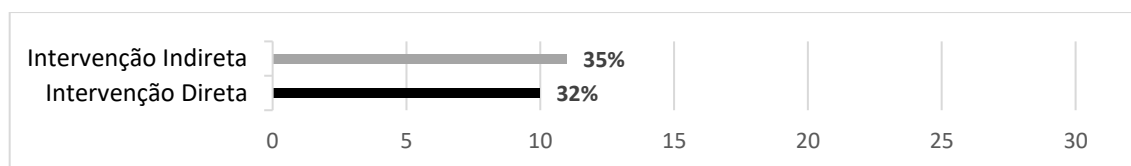
Em segundo lugar, a “mobilização/apoio a movimentos, iniciativas ou referendos” prende-se pela ação da Conferência Episcopal em apoiar movimentos “em volta da defesa do carácter inviolável da vida humana” e/ou impulsionar a participação da população no debate (CEP, 2007b: 1). Mais concretamente, aquando do segundo referendo sobre a despenalização da «IVG», o Episcopado mobilizou o eleitorado para que, “mesmo com esforço”, pudessem “marcar presença num momento tão decisivo na cultura da vida” (CEP, 2006a: 2). Também em 2013, a Conferência Episcopal deu “o seu claro apoio” à iniciativa «Um de Nós», “pela promoção e defesa da vida e sua dignidade, em todas as fases e situações”, “exortando o povo cristão” a participar na campanha (CEP, 2013d: 1). Mais recentemente, o Episcopado apoiou ainda outra iniciativa, em que “se juntaram cinquenta mil assinaturas de cidadãos, para que a Assembleia da República veja e reveja o que está e não está a ser feito neste campo”⁶⁸ (CEP, 2015a: 4). Em terceiro lugar, a “promoção de sessões de clarificação” prende-se por uma ação que visa o incremento do debate e da reflexão. Nesta ótica, no período que antecedeu o segundo referendo sobre a matéria, a Conferência Episcopal abordou como sendo um “período de debate”, com o objetivo de “ajudar a esclarecer outras pessoas sobre a dignidade da vida humana, desde o seu primeiro momento” (CEP, 2006c:

⁶⁸ Nota para o facto de que, segundo o *website* da Assembleia da República, nenhuma iniciativa popular com os trâmites referidos deu entrada em sede parlamentar.

1). Pediu ainda, para que toda a população que partilha a mesma visão se empenhasse ativamente neste exercício de consciencialização (CEP, 2006c: 3).

Por fim, o “apelo ao voto” foi referenciado apenas num documento, no qual o Episcopado pediu aos fieis católicos para que votassem «contra» a despenalização da interrupção voluntária da gravidez”, no segundo referendo (CEP, 2006c: 1). Em suma, a análise efetuada é corroborada pela literatura existente, uma vez que, na ação concreta da Igreja Católica ao longo do referendo de 2007, a campanha contou com uma “visão recriminatória e censória do aborto”, através de estratégias centradas em apelos, mobilizações e declarações episcopais (Alves et al, 2009: 24-27).

Gráfico 15- Perspetiva comparada entre mecanismos de intervenção: interrupção voluntária da gravidez



Partindo da composição das Tabelas 22 e 23, foi possível efetuar uma análise comparada entre mecanismos de intervenção, no âmbito da «IVG». Nesse sentido, o Gráfico 15 permite denotar que, dos 31 documentos com referências ao aborto, 11 documentos (35%) contêm referências a ações de intervenção indireta, sendo que 10 documentos (32%) contêm referências a ações de intervenção direta, concluindo que a intervenção indireta é o tipo de estratégia que apresenta maior saliência. Contudo, a discrepância entre os tipos de intervenção utilizados pela Conferência Episcopal não é notória, uma vez que os dados refletem antes, a adoção de uma intervenção semelhante dos dois tipos de estratégia.

4.3 A Morte Medicamente Assistida

De acordo com os parâmetros temporais definidos previamente para efeitos de análise documental (totalizando 228 documentos), foram contabilizados **30 documentos episcopais** com referências à eutanásia. Na análise sistemática efetuada, foi possível identificar os posicionamentos da Igreja Católica face aos seguintes conceitos:

Tabela 24- Posicionamentos da Igreja relativamente aos conceitos da morte medicamente assistida

Conceito:	Posicionamento:	Exemplo:
Eutanásia	Contra	“É afirmado claramente ser inaceitável qualquer forma de eutanásia” (CEP, 2009a: 2)
Suicídio Assistido	Contra	“É eticamente equivalente à eutanásia qualquer forma de ajuda ao suicídio” (CEP, 2009c: 2)

Distanásia	Contra	“A obstinação terapêutica é (...) eticamente condenável, corresponde a má prática médica e conduz à chamada distanásia” (CEP, 2016f: 2)
Ortotanásia	A favor	A “renúncia a tratamentos que dariam somente um prolongamento precário e penoso da vida pode ser considerada uma opção de respeito pela vida” (CEP, 2009c: 3)

Sobre a realização de um referendo sobre a matéria, a análise documental denota dois tipos de posicionamentos. Enquanto que, num primeiro momento (até 2020), a Conferência Episcopal foi perentoriamente «contra», considerando a “vida humana um valor absoluto a defender e a promover em todas as circunstâncias” e, conseqüentemente, um tema “não referendável” (CEP, 2006c: 1), num segundo momento (a partir de 2020), já surge favorável ao referendo, ao referir que “apoia as iniciativas em curso contra a despenalização da eutanásia, nomeadamente a realização de um referendo” (CEP, 2020a: 1).

4.3.1 Argumentação

De forma a ser possível elaborar um quadro argumentativo que facilite a leitura e conseqüente análise dos dados, a Tabela 25 apresenta a “codificação” dos argumentos identificados, divididos pela sua tipologia argumentativa e seguidos de um exemplo concreto respetivo.

Tabela 25- Quadro argumentativo da Igreja: eutanásia

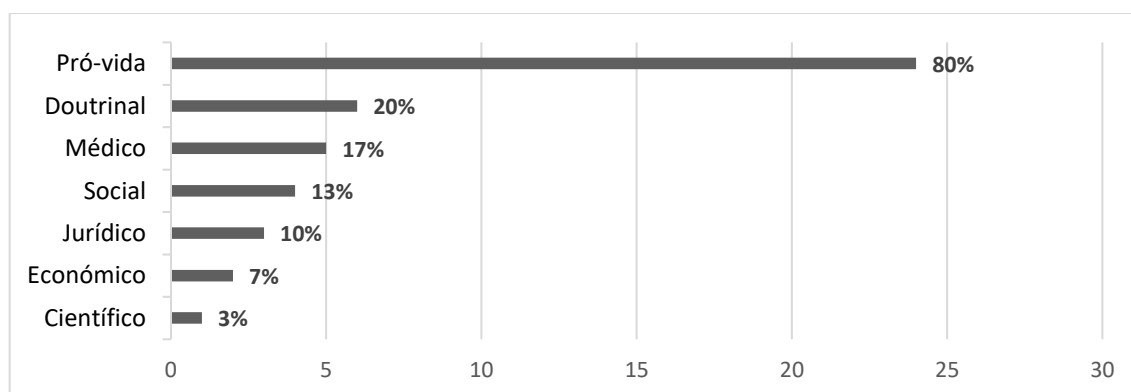
Argumento:		Exemplo:
Pró-vida:	Atentado a portadores de deficiência	Os Bispos alertaram para a atenção que deve ser dada às pessoas portadores de deficiência, para poder garantir, defender e valorizar a “qualidade possível de cada vida, individual e familiar, com as suas necessidades, com o seu direito a iguais dignidade e oportunidade, a serviços e cuidados” (CEP, 2015c: 10)
	Contra a autodeterminação individual	“A eutanásia e o suicídio assistido não representam um exercício de liberdade, mas a supressão da própria raiz da liberdade” (CEP, 2016f: 4)
	Contra o utilitarismo	A cultura de morte “desvaloriza de forma dramática a vida humana e aceita, com leviandade, que lógicas utilitaristas e materialistas se sobreponham aos direitos (...) dos doentes e das pessoas idosas (CEP, 2006b: 5)
	Defesa da dignidade humana	“A dignidade da vida humana não depende de circunstâncias externas, (...) não é menor, nem se perde, por estar marcada pela doença e pelo sofrimento” (CEP, 2016f: 6)
	Defesa da vida	“Defesa da vida, desde o momento da concepção até à morte natural” (CEP, 2000: 9)

	<i>In dubio pro vita</i>	“Estando em jogo a vida ou a morte, a mínima dúvida a este respeito seria suficiente para optar pela vida. E poderá estar alguma vez afastada essa mínima dúvida? (CEP, 2016f: 5)
	Sufrimento não legítima a morte	“Não se elimina o sofrimento com a morte: com a morte elimina-se a vida da pessoa que sofre” (CEP, 2016c: 2)
Referências: CEP (2000; 2003a; 2004; 2006b; 2009; 2009a; 2009b; 2009c; 2009e; 2014b; 2015b; 2015c; 2016; 2016c; 2016d; 2016e; 2016f; 2017; 2018; 2018b; 2019; 2019c; 2019d; 2020) Total = 24 documentos		
Doutrinal:	5º Mandamento	“É o quinto mandamento da Lei de Deus: o homicídio e o suicídio são atos imorais.” (CEP, 2009: 2)
	A vida é um dom de Deus	“Para os crentes, a vida não é um objeto de que se possa dispor arbitrariamente, é um dom de Deus e uma missão a cumprir” (CEP, 2016e: 1)
Referências: CEP (2003a; 2004; 2009; 2009c; 2016e; 2016f) Total = 6 documentos		
Médico:	Problema sanitário	É “sinal da crise no campo da saúde (...) a menor atenção prestada ao acompanhamento de doentes crónicos e, sobretudo, terminais” (CEP, 2003a: 14)
	Relação médico-paciente	“A relação de confiança médico-doente, que é a base da medicina, é, assim, destruída. É fácil perceber que aquele que deveria fazer tudo para nos salvar, não pode subitamente, ainda que a nosso pedido, agir no sentido de nos tirar a vida” (CEP, 2016f: 10)
	Violação do código deontológico	“Em nenhuma circunstância e sob nenhum pretexto, é legítimo a sociedade procurar induzir os Médicos a violar o seu Código Deontológico e o seu compromisso com a Vida e com os que sofrem” (<i>in</i> CEP, 2016: 2)
Referências: CEP (2003a; 2016; 2016f; 2017; 2019c) Total = 5 documentos		
Social:	Retrocesso civilizacional	“A legalização da eutanásia e do suicídio assistido não são um progresso civilizacional, mas antes um retrocesso. Em diversas sociedades primitivas, bem como na Grécia e na Roma antigas, a eutanásia era praticada (CEP, 2016f: 8)
	Rampa deslizante	“Convém recordar a experiência de outros países europeus, com desmandos decorrentes da chamada rampa deslizante, que faz com que, aberta a porta de uma lei pretensamente baseada sobretudo na compaixão, rapidamente se tem contribuído para o uso e abuso da lei” (CEP, 2019d: 3)
	Surgimento de «não desejados»	“A possível legitimação jurídica da eutanásia ou do suicídio assistido resultaria numa inevitável pressão sobre todas as pessoas cujo nível de saúde não correspondesse aos padrões comuns da sociedade, sentindo se como um peso ou estorvo indesejado” (CEP, 2009a: 2)
Referências: CEP (2009; 2009a; 2016f; 2019d) Total = 4 documentos		
Jurídico:		“A inviolabilidade da vida humana, consagrada no artigo 24º, nº 1, da Constituição Portuguesa, não cessa com o consentimento do seu titular” (CEP, 2016f: 4)
Referências: CEP (2016e; 2016f; 2017) Total = 3 documentos		

Económico:	“É este, sem dúvida, um perigo agravado num contexto de envelhecimento da população e de restrições financeiras dos serviços de saúde que (...) se podem questionar: para quê gastar tantos recursos com doentes terminais quando as suas vidas podem ser encurtadas?” (CEP, 2016e: 3)
Referências: CEP (2016e; 2016f) Total = 2 documentos	
Científico:	Referência a um estudo de Emanuel et al. (2000)
Referências: CEP (2016f) Total = 1 documento	

Os dados apresentados pela Tabela 25 permitem a elaboração do Gráfico 16, que demonstram o tipo de argumentação apresentado pela Conferência Episcopal e a sua saliência relativa ao longo dos 30 documentos episcopais sobre o caso da eutanásia:

Gráfico 16- Argumentação da Igreja: eutanásia



Tal como observado na análise documental sobre a «IVG», uma vez mais, é patente uma ação da Conferência Episcopal com enfoque numa linha argumentativa pró-vida. A defesa da vida humana como “um bem indisponível” (CEP, 2009b: 1), a invariabilidade da dignidade humana ao longo da sua existência (CEP, 2016e: 2), a recusa de uma lógica utilitária por parte da sociedade e consequente objetificação do ser (CEP, 2009c: 1), e a proteção que deve ser dada às pessoas portadoras de deficiência (CEP, 2015d: 10), mantêm-se ideais constantes no quadro argumentativo contra a morte assistida. A este grupo de argumentos pró-vida, ainda é possível adir três. O primeiro, surge contra a autodeterminação individual do ser-humano, em que “ninguém é senhor absoluto da própria vida e muito menos senhor da vida dos outros” (CEP, 2009a: 1). A Igreja justifica este ponto de vista ao crer que “os indivíduos são apenas administradores e não proprietários das suas vidas, sendo, por isso, responsáveis perante Deus pela vida que lhes foi dada” (Santos, 2011: 65). O segundo, refere que o sofrimento não pode legitimar a morte, e aborda a eutanásia como “uma forma fácil e ilusória de encarar o sofrimento” (CEP, 2016f: 6). Ao seguir esta máxima, a Igreja

defende a existência humana como valor absoluto, inviolável e que deve ser preservado “até nas situações de extremo sofrimento” (Santos, 2011: 57). O terceiro, argumenta que “nunca é absolutamente seguro que se respeita a vontade autêntica de uma pessoa que pede a eutanásia” e, portanto, não existe a garantia absoluta de que o pedido para morrer é “verdadeiramente livre, inequívoco e irreversível” – *in dubio pro vita* – (CEP, 2019c: 3).

O segundo grupo de argumentos mais identificado em documentos da Conferência Episcopal, no caso da morte assistida, diz respeito à doutrina católica. Neste âmbito, e a par do observado no caso do aborto, são feitas referências ao quinto mandamento «não matarás» (CEP, 2004: 7; Santos, 2011: 57), onde a Igreja acusa os pró-eutanásia de quererem “redefinir mandamentos relativos ao respeito e à sacralidade da vida humana” (CEP, 2016e: 1). Um segundo argumento doutrinal afirma que “a vida é dom de Deus” (CEP, 2003a: 15), sendo que, na visão da Igreja, a eutanásia é “uma usurpação do direito à vida humana, devendo ser um exclusivo reservado a Deus, o qual só Ele pode tirar a vida alguém”. Nesse sentido, o Episcopado reitera que “ninguém pode pôr fim à sua própria vida ou contribuir para a morte do seu semelhante” (CEP, 2009: 2).

O terceiro grupo de argumentos aborda as questões no plano médico, começando por afirmar que existe uma “crise no campo da saúde”, que se reflete na “menor atenção prestada ao acompanhamento de doentes crónicos e terminais” (CEP, 2003a: 14). De seguida, refere que, qualquer modalidade de morte assistida é uma violação do código deontológico, em que a “tradição refletida no juramento de Hipócrates obriga a que os médicos estejam do lado da vida” (CEP, 2016f: 10). Por fim, a Igreja aborda a deterioração da relação médico-paciente, onde a imagem do médico iria passar de uma “referência amiga e confiável” para a de um “executante de uma sentença de morte”, destruindo qualquer tipo de confiança (CEP, 2016f: 10).

No plano social, surgem três tipos de argumentos. O primeiro defende que a eutanásia é um retrocesso civilizacional, referindo que “o verdadeiro progresso da humanidade foi no sentido de criar leis e normas que defendam a vida humana” ou, por outras palavras, que “impeçam o mais forte de exercer o seu poder sobre o mais fraco” (CEP, 2016f: 8). O segundo argumento advoga o problema da rampa deslizante, sendo que, uma vez “aberta a porta de uma lei pretensamente baseada na compaixão” (CEP, 2019d: 3), não será “possível restringir essa legalização a situações raras e excecionais” e, consequentemente, a sua aplicação passará “gradualmente da doença terminal à doença crónica e à deficiência”, e “da eutanásia consentida pela própria vítima à eutanásia consentida por familiares” (CEP, 2016f: 9; Santos, 2011: 65). Um último argumento aponta o surgimento de «não desejados», onde a legalização da eutanásia “teria como consequência uma pressão inevitável sobre todas as pessoas cuja vida não correspondesse aos

padrões de realização” dominantes em determinada sociedade. Desta forma, “facilmente surgiria um grupo de não desejados, vistos como peso da sociedade” (CEP, 2009d: 5).

Na vertente jurídica, e à semelhança do observado no caso do aborto, a Conferência Episcopal sustenta o seu ponto de vista citando a Constituição Portuguesa, através do artigo 24º, referente à inviolabilidade da vida humana (CEP, 2017: 2). No plano económico, alerta para a possibilidade de a legalização da eutanásia ser vista como uma opção financeira, onde se pretende encurtar a vida dos doentes terminais de forma a poupar recursos estatais (CEP, 2016e: 3-4). Por fim, na vertente científica, a Conferência Episcopal referencia um estudo realizado por Emanuel et al. (2000: 2464), em que os resultados demonstram uma taxa de volatilidade de 50% no pedido de eutanásia por doentes terminais. Por outras palavras, os resultados apresentados referem que, seis meses após o pedido ter sido feito, cerca de metade dos “doentes mudaram de opinião, recusando a eutanásia”, alegando que os “sintomas depressivos estavam associados aos pedidos” (CEP, 2016f: 5).

Em suma, e uma vez mais, a par do observado com o caso do aborto, é possível reforçar a expectativa de Knill (2013: 312-314), que sugere que no campo das “*manifest morality policies*”, há uma maior tendência para a priorização de argumentos baseados em crenças do que em evidências científicas. Também é possível concluir que, no âmbito das “questões de vida/morte”, verifica-se um quadro argumentativo maioritariamente dependente de uma linha argumentativa pró-vida (aborto: 74%; eutanásia: 80%), seguido pela doutrina católica (aborto: 29%; eutanásia: 20%). Por fim, o quadro argumentativo identificado por parte da Conferência Episcopal Portuguesa é semelhante ao apresentado pelo Vaticano ao longo dos séculos XX e XXI (Santos 2011: 57; Silva, 2007: 19).

4.3.2 Mecanismos de intervenção

No que diz respeito às estratégias utilizadas pela Igreja Católica para influenciar o debate sobre a eutanásia, foram elaboradas duas tabelas que, baseadas no modelo de Meyer Resende e Hennig (2015), permitem identificar e agrupar os diferentes mecanismos de ação em dois tipos de intervenção (direta e indireta), com respetivos exemplos ilustrativos.

Tabela 26- Mecanismos de intervenção direta: eutanásia

Intervenção Direta (ao legislador)	
Tipo:	Exemplo:
Pronunciamentos políticos sobre o tema	“A CEP congratula-se com a reprovação dos projetos de legalização da Eutanásia na Assembleia da República. É uma vitória da vida em todo o

	seu sentido, da vida que nunca deveria ser posta à votação tendo em vista a sua eliminação” (CEP, 2018a: 1)
Referências: CEP (2015; 2016e; 2016f; 2018a; 2020) Total = 6 documentos	
Orientações clericais a legisladores	“Com esta Nota Pastoral [Eutanásia: O que está em causa?], apelamos à consciência dos nossos legisladores” (CEP, 2016e: 4)
Referências: CEP (2015c; 2016e; 2018b; 2019c) Total = 4 documentos	

De acordo com a Tabela 26, é possível destacar dois tipos de estratégia, no âmbito do mecanismo de intervenção direta. Por um lado, os “pronunciamentos políticos sobre o tema”, que podem ser retratados por três exemplos. O primeiro, em que a Igreja, a respeito das posições «contra» a eutanásia por parte da Ordem dos Médicos e da Associação Médica Mundial, refere que, “estas posições tão unânimes não podem deixar de ser tidas em conta por legisladores” (CEP, 2019c: 4). O segundo, surge com a congratulação da “reprovação dos projetos de legalização da eutanásia na Assembleia da República” (CEP, 2018a: 1). O terceiro exemplo de pronunciamento político foi efetuado em fevereiro de 2020, quando a temática foi aprovada, na generalidade, em sede parlamentar (CEP, 2020: 1). Por outro lado, através de “orientações clericais a legisladores”, o Episcopado procurou influenciar o Estado, não só apelando à consciência dos legisladores (CEP, 2016e: 4), mas também promovendo o reforço dos cuidados paliativos, como a resposta que o Estado deve dar ao problema da eutanásia (CEP, 2016e: 3; 2018b: 2; 2019c: 3). Por fim, a terceira estratégia refere-se ao “apoio explícito a atores políticos”, contudo, uma vez mais, há uma ausência de referências explícitas a atores político-partidários na presente análise efetuada.

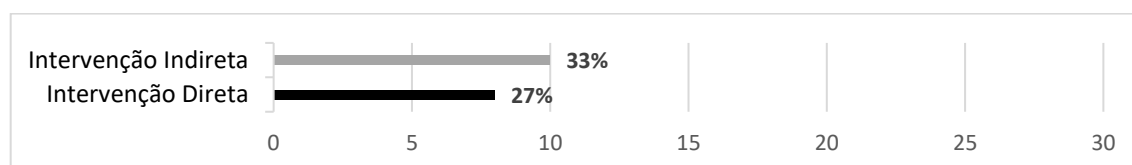
Tabela 27- Mecanismos de intervenção indireta: eutanásia

Intervenção Indireta (ao eleitorado)	
Tipo:	Exemplo:
Mobilização/apoio a movimentos, iniciativas ou referendos:	A CEP “apoia as iniciativas em curso (...), nomeadamente a realização de um referendo” (CEP, 2020a: 1)
Referências: CEP (2013d; 2018a; 2019c; 2020; 2020a) Total = 5 documentos	
Influência de consciências individuais	A CEP “apelou à redobrada atenção na defesa e promoção da vida, da conceção à morte natural, em especial em relação à eutanásia” (CEP, 2019: 1)
Referências: CEP (2016c; 2018a; 2019; 2019c) Total = 4 documentos	
Promoção de sessões de clarificação	Os bispos portugueses salientam “a importância de um vasto trabalho de esclarecimento para o qual queremos dar o nosso contributo” (CEP, 2016d: 2)
Referências: CEP (2009c; 2016a; 2016d) Total = 3 documentos	

De acordo com a Tabela 27, é possível destacar três tipos de estratégia, no âmbito do mecanismo de intervenção indireta, com o propósito de influenciar a população portuguesa no debate sobre a eutanásia. Em primeiro lugar, a “mobilização/apoio a movimentos, iniciativas ou referendos”, destaca a declaração comum de várias confissões religiosas contra a eutanásia (CEP, 2018a: 1), as “inúmeras instituições da sociedade civil” que se empenham na defesa da vida (CEP, 2018a: 1), as manifestações de milhares de pessoas a “favor da salvaguarda e promoção da vida e contra a legalização da eutanásia” (CEP, 2019c: 4), e o apoio à iniciativa em curso sobre “a realização de um referendo” (CEP, 2020a: 1). Em segundo lugar, no que concerne à “influência de consciências individuais”, a Conferência Episcopal, através dos documentos publicados, pretende “chamar a atenção para o que está verdadeiramente em causa” (CEP, 2016c: 1), apelando à “redobrada atenção na defesa e promoção da vida, (...) em especial em relação à eutanásia (CEP, 2019: 1; 2019c: 3). Refere ainda o papel ativo das comunidades cristãs em sensibilizar a população “neste processo de defesa da vida” (CEP, 2018a: 1).

Em terceiro lugar, através da “promoção de sessões de clarificação”, os Bispos portugueses salientam o contributo da Igreja na promoção de um “vasto trabalho de esclarecimento” sobre a temática (CEP, 2016d: 2) e na contínua divulgação dos documentos episcopais sobre a eutanásia (CEP, 2016a: 1). Na procura de um maior debate sobre a questão, a Conferência Episcopal pede ainda aos seus fiéis que reflitam esta temática “em diálogo com os homens e mulheres de boa vontade, (...) à luz dos dados da fé” (CEP, 2009c: 5). Por fim, há uma ausência de referências explícitas de “apelo ao voto”, uma vez que a população ainda não foi sujeita a qualquer tipo de referendo.

Gráfico 17- Perspetiva comparada entre mecanismos de intervenção: eutanásia



Partindo da composição das Tabelas 26 e 27, foi possível efetuar uma análise comparada entre mecanismos de intervenção. Nesse sentido, o Gráfico 17 permite denotar que, dos 30 documentos com referências à eutanásia, 10 documentos (33%) contêm referências a ações de intervenção indireta, sendo que 8 documentos (27%) contêm referências a ações de intervenção direta, concluindo que a intervenção indireta é o tipo de estratégia que apresenta maior saliência. No entanto, a par do observado na análise da «IVG», a discrepância entre tipos de intervenção

utilizados pela Conferência Episcopal não é notória, uma vez que os dados refletem a adoção de uma intervenção semelhante dos dois tipos de estratégia.

4.4 O Casamento entre Pessoas do Mesmo Sexo

De acordo com os parâmetros temporais definidos previamente para efeitos de análise documental (totalizando 228 documentos), foram contabilizados **21 documentos episcopais** com referências ao casamento homoafetivo. Na análise sistemática efetuada, foi possível identificar que o posicionamento da Igreja Católica face ao casamento entre pessoas do mesmo sexo é categoricamente «contra», uma vez que o Episcopado rejeita “que este tipo de uniões possa ser equiparado à família estavelmente formada através do casamento entre um homem e uma mulher” (CEP, 2009a: 4; Vilaça & Oliveira, 2015: 37). Nesse sentido, importa, agora, perceber o quadro argumentativo utilizado pela Igreja para sustentar a sua visão.

4.4.1 Argumentação

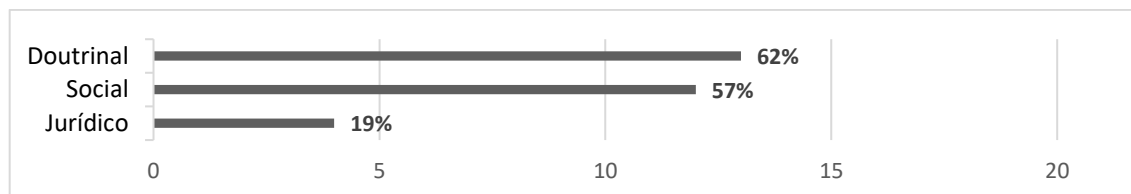
Tabela 28- Quadro argumentativo da Igreja: casamento homoafetivo

Argumento:		Exemplo:
Doutrinal:	Sem capacidade de procriação	“Deus não só criou o ser humano homem e mulher, mas também os abençoou para que fossem fecundos e se multiplicassem” (CEP, 2014a: 7)
	Contra a equiparação homossexual	“Não existe nenhum fundamento para equiparar ou estabelecer analogias, mesmo remotas, entre as uniões homossexuais e o plano de Deus sobre o matrimónio e a família” (CEP, 2013a: 16)
	Família heteronormativa	“Jesus, referindo-se ao plano primigénio sobre o casal humano, reafirma a união indissolúvel entre o homem e a mulher” (CEP, 2014a: 6)
Referências: CEP (2000; 2005; 2006b; 2009a; 2009d; 2013a; 2013b; 2014; 2014a; 2015c; 2015d; 2018; 2019a) Total = 13 documentos		
Social:	Ameaça à estabilidade social / familiar	“A cultura contemporânea provocou uma crise da instituição familiar” (CEP, 2006b: 4)
	Assegurar a continuidade da espécie humana	“Só a família concebida a partir do compromisso definitivo entre um homem e uma mulher pode desempenhar esta função social” (CEP, 2013b: 1)
	Contra a ideologia de género	“A ideologia do género surge, assim, como uma antropologia alternativa” que “pretende desconstruir a matriz heterossexual da sociedade” (CEP, 2013c: 2)
	Educação heteronormativa	A CEP defende que as “crianças nasçam, cresçam e sejam educadas no seio de um contexto familiar constituído por um pai e uma mãe” (CEP, 2019a: 1)

	Perturbação identitária	A homossexualidade “denota a existência de problemas de identidade pessoal” (CEP, 2009d: 1)
Referências: CEP (2000; 2001; 2006b; 2008; 2009; 2009a; 2009d; 2013a; 2013b; 2013c; 2015c; 2019a) Total = 12 documentos		
Jurídico:	Documentos normativos	A complementaridade homem-mulher “é universalmente assumida pelas diferentes culturas e civilizações, é afirmado pela revelação judaico-cristã, e assim o reconhece implicitamente a nossa Constituição da República e explicitamente o Código Civil Português” (CEP, 2009d: 1)
	Pressões externas	“É absolutamente inaceitável que os Pastores da Igreja recebam pressões nesta matéria e que os organismos internacionais condicionem as ajudas financeiras aos Países pobres à introdução de leis que instituem o “matrimónio” entre pessoas do mesmo sexo” (CEP, 2014a: 16)
Referências: CEP (2009d; 2014a; 2015c; 2015d) Total = 4 documentos		

Os dados apresentados pela Tabela 28 permitem a elaboração do Gráfico 18, que demonstram o tipo de argumentação apresentado pela Conferência Episcopal e a sua saliência relativa ao longo dos 21 documentos episcopais sobre o casamento homoafetivo:

Gráfico 18- Argumentação da Igreja: casamento homoafetivo



De acordo com os dados observados, é patente a ação da Conferência Episcopal assente em dois grupos de argumentos: doutrinal e social. A argumentação doutrinal, reflexo da antropologia cristã⁶⁹, tem como fundamento a revelação divina, e vê a família e o matrimónio como a fundação assente na complementaridade entre homem e mulher (CEP, 2009d: 1). Esta conceção da família cristã heteronormativa é o argumento base do pensamento dogmático católico e sustenta-se nos textos bíblicos, quando afirma que a «família original» foi criada por Deus, na instituição matrimonial entre Adão e Eva como a «verdadeira família» (CEP, 2014a: 7). Um segundo argumento doutrinal apresentado resulta da (falta de) capacidade de procriação. Capacidade esta, presente “no plano da criação” e inscrita na “complementaridade do carácter unitivo do matrimónio com o procriador” (CEP, 2015c: 17). Na ótica eclesial, como uma relação homossexual não assenta na

⁶⁹ Estudo da humanidade pela perspetiva cristã/bíblica.

complementaridade e não é “geradora de vida” (CEP, 2014: 1), não pode ser considerada família (Vilaça & Oliveira, 2015: 38; Campos, 2015: 23). É neste sentido que é apresentado o terceiro argumento, que surge contra a equiparação da homossexualidade ao conceito de família, sendo que, sempre que a Conferência Episcopal se refere aos casais do mesmo sexo, utiliza expressões como “comunidades de vida homossexuais” ou “uniões homossexuais”, sem nunca se referir às mesmas como uma família (CEP, 2019a: 2). Mais ainda, a Igreja defende que a aceitação por igual da homossexualidade constitui uma deturpação do “sentido da sexualidade” e a “ausência de critérios éticos” (CEP, 2005: 2).

No âmbito da argumentação de cariz social, a Conferência Episcopal admite que, a regulamentação dos direitos cívicos entre pessoas do mesmo sexo atinge “a dignidade da família” e desestabiliza a base da sociedade portuguesa (CEP, 2001: 6; Santos, 2003: 353). Além de ameaçarem a estabilidade social, também provocam ruturas na estabilidade familiar, uma vez que “desfiguram e debilitam o matrimónio e a família” (CEP, 2006b: 1). Desta forma, a Igreja defende que “a remoção da diferença é o problema, não a solução” (*in* CEP, 2015c: 6). Um terceiro argumento prende-se pela ideologia de género, onde o Episcopado defende “os tradicionais dados normativos da natureza a respeito da sexualidade”, rejeitando os pressupostos inerentes à ideologia de género, que pretendem “desconstruir a matriz heterossexual da sociedade” (CEP, 2013c: 2). Consequentemente, a Igreja acredita que a redefinição do «verdadeiro» conceito de casamento e família “seria porta aberta para diversos modelos alternativos (...), o que constituiria fonte de perturbação” para o Homem, considerando a homossexualidade como um problema psicológico resultante de uma perturbação identitária (CEP, 2009d: 1; Brandão & Machado, 2012: 666). O quinto argumento de cariz social surge, a par do observado no plano doutrinal, da falta de capacidade de procriação por parte de um casal homoafetivo. Nesse sentido, a Igreja defende que “só a família concebida (...) entre um homem e uma mulher pode desempenhar a função social” em procriar, assegurando a renovação de gerações e, consequentemente, a continuidade da espécie humana (CEP, 2013a: 1; Brandão & Machado, 2012: 672; Campos, 2015: 23). Por fim, a Conferência Episcopal aborda a educação da criança, defendendo que a família heterossexual é “a única que pode garantir aos filhos (...), o são ambiente educativo” (CEP, 2000: 9), demonstrando que um contexto familiar desprovido da complementaridade pai-mãe não é capaz de garantir uma educação plena (CEP, 2019a: 1).

O último grupo argumentativo identificado aborda a vertente jurídica, em que a CEP sustenta a complementaridade homem-mulher por documentos normativos, quer “implicitamente” presentes na Constituição da República, quer “explicitamente” no Código Civil, sendo uma verdade

“universalmente assumida pelas diferentes culturas e civilizações” (CEP, 2009d: 1). Após a análise do quadro argumentativo que visa o casamento entre pessoas do mesmo sexo, é possível concluir que existe um reforço da expectativa de Knill (2013: 312-314), que sugere que, no campo das “*manifest morality policies*”, há uma maior tendência para a proliferação de argumentos baseados em crenças, em detrimento de evidências científicas.

4.4.2 Mecanismos de intervenção

No que diz respeito às estratégias utilizadas pela Igreja Católica para influenciar o debate sobre o casamento homoafetivo, foram elaboradas duas tabelas que, baseadas no modelo de Meyer Resende e Hennig (2015), permitem identificar e agrupar os diferentes mecanismos de ação em dois tipos de intervenção (direta e indireta), com respetivos exemplos ilustrativos.

Tabela 29- Mecanismos de intervenção direta: casamento homoafetivo

Intervenção Direta (ao legislador)	
Tipo:	Exemplo:
Pronunciamentos políticos sobre o tema	“Havendo projetos para legalizar as uniões entre pessoas homossexuais concedendo-lhe o estatuto de casamento, os Bispos portugueses manifestam pública rejeição” (CEP, 2009a: 4)
Referências: CEP (2000; 2009a; 2009d; 2013a; 2013c) Total = 5 documentos	
Orientações clericais a legisladores	“Os Estados são chamados a instaurar políticas que promovam a centralidade e a integridade da família fundada no matrimónio entre um homem e uma mulher” (CEP, 2013: 2)
Referências: CEP (2000; 2013; 2013b; 2013c) Total = 4 documentos	

De acordo com a Tabela 29, é possível destacar dois tipos de estratégia, no âmbito do mecanismo de intervenção direta. Por um lado, os “pronunciamentos políticos sobre o tema”, que podem ser retratados por três exemplos. O primeiro, visa uma recomendação do Parlamento Europeu que pedira aos Estados-membros que garantissem “aos pares de pessoas do mesmo sexo, os mesmos direitos dos casais e famílias tradicionais” (CEP, 2000: 9). O segundo, aborda os projetos-lei para a legalização das uniões homoafetivas, em que os Bispos portugueses manifestaram “pública rejeição” (CEP, 2009a: 4), lamentando a tentativa de quererem “desestruturar a sociedade portuguesa”, com a adoção deste tipo de leis (CEP, 2009d: 1). O terceiro exemplo surge após aprovação de lei, em que a Conferência Episcopal recorda que, “as alterações legislativas que refletem a mentalidade da ideologia do género - concretamente, a lei que, entre nós, redefiniu o casamento – não são irreversíveis” (CEP, 2013a: 2; 2013c: 6).

Por outro lado, através de “orientações clericais a legisladores”, o Episcopado procurou influenciar o Estado português. Esta ação pode ser descrita, também, com três exemplos. Em primeiro lugar, apelou para que a recomendação do Parlamento Europeu não fosse seguida pela Assembleia da República, “considerando-a lesiva da dignidade da Família” (CEP, 2000: 9; Santos, 2003: 352). Em segundo lugar, recordou que o Estado deve “instaurar políticas que promovam a centralidade e a integridade da família, fundada no matrimónio entre um homem e uma mulher” (CEP, 2013: 2; 2013b: 3). Em terceiro lugar, apelou aos legisladores católicos para fazerem o que estiver “ao seu alcance” de forma a revogar a presente lei (CEP, 2013c: 6). Por fim, a análise efetuada nos trâmites em questão não identificou, uma vez mais, qualquer referência documental a um “apoio explícito a atores políticos”. Desta forma, confirma-se a expectativa de Vilaça e Oliveira (2015: 38), no sentido em que o Episcopado não fez qualquer “recomendação sobre o voto contra os partidos a favor da legalização dos casamentos homossexuais”.

Tabela 30- Mecanismos de intervenção indireta: casamento homoafetivo

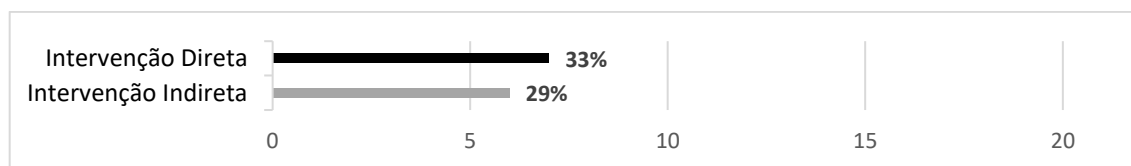
Intervenção Indireta (ao eleitorado)	
Tipo:	Exemplo:
Influência de consciências individuais	A CEP enumera alguns critérios para auxiliar o sentido de voto dos cristãos, como a “defesa e proteção da instituição familiar, fundada na complementaridade homem-mulher” (CEP, 2009e: 2)
Referências: CEP (2006b; 2009b; 2009e) Total = 3 documentos	
Promoção de sessões de clarificação	“Pela visão cristã da sexualidade, esta carta pastoral recorda princípios baseados no realismo inalienável da nossa matriz antropológica, como homens e mulheres” (CEP, 2013a: 2)
Referências: CEP (2006b; 2013a; 2013c) Total = 3 documentos	
Mobilização/apoio a movimentos, iniciativas ou referendos	“Desenvolveu-se bastante a participação laical, quer no interior das comunidades cristãs, quer mesmo nalgumas causas” como “a afirmação da família construída por um homem e uma mulher unidos pelo casamento” (CEP, 2010: 3)
Referências: CEP (2006b; 2010) Total = 2 documentos	

De acordo com a Tabela 30, é possível destacar três tipos de estratégia, no âmbito do mecanismo de intervenção indireta, com o propósito de influenciar a população portuguesa no debate sobre o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Em primeiro lugar, “a influência de consciências individuais” procurou promover a consciencialização da população para o problema em questão. Nesse sentido, enumeram-se três exemplos. O primeiro exemplo surge a respeito das legislativas de 2009, onde a Conferência Episcopal enumerou alguns critérios para auxiliar o sentido de voto dos cristãos. Dentre os critérios definidos, refere a “defesa e proteção da instituição familiar, fundada na complementaridade homem-mulher” (CEP, 2009e: 2). No segundo exemplo,

os Bispos apelaram aos pais cristãos para que, na “condição de primeiros educadores” dos seus filhos, “não aceitem projetos ou ações que considerem em contradição com a perspectiva educativa (...) na linha dos valores da moral católica” (CEP, 2009b: 1), o que por outras palavras significa que, a «correta educação da sexualidade» visa o plano heterossexual. Por fim, o Episcopado referiu a importância da ação pastoral católica, no apoio às associações de defesa da família, e no esforço da entidade eclesiástica em levar às famílias portuguesas o anúncio do Evangelho, assente na heteronormatividade social (CEP, 2006b: 20).

A segunda estratégia apresentada visa a “promoção de sessões de clarificação”. Nesse sentido, a Conferência Episcopal “recorda princípios baseados no realismo inalienável da nossa matriz antropológica, como homens e mulheres” (CEP, 2013a: 2), reforça o anúncio do Evangelho, segundo a “verdadeira” conceção de matrimónio e família (CEP, 2013c: 6), e programa as “mais diversas iniciativas no âmbito da pastoral familiar”, com “jornadas de sensibilização” e “tempos de reflexão” (CEP, 2006b: 20). No que concerne à terceira estratégia, “mobilização/apoio a movimentos, iniciativas ou referendos”, a Igreja destaca o desenvolvimento da “participação laical, quer no interior das comunidades cristãs”, quer em causas como “a afirmação da família, construída por um homem e uma mulher, unidos pelo casamento” (CEP, 2010: 3), e o papel de relevo que as associações familiares têm na defesa dos valores da família, opondo-se aos “poderes públicos e privados que ferem a dignidade da instituição familiar” (CEP, 2006b: 19). Por fim, há uma ausência de referências explícitas de “apelo ao voto”, uma vez que a população não foi sujeita a qualquer tipo de referendo.

Gráfico 19- Perspetiva comparada entre mecanismos de intervenção: casamento homoafetivo



Partindo da composição das Tabelas 29 e 30 foi possível efetuar uma análise comparada entre mecanismos de intervenção. Nesse sentido, o Gráfico 19 permite denotar que, dos 21 documentos com referências ao casamento homoafetivo, 7 documentos (33%) contêm referências a ações de intervenção direta, sendo que 6 documentos (29%) contêm referências a ações de intervenção indireta. Nesta perspetiva, é possível concluir que a intervenção direta é o tipo de estratégia que apresenta maior saliência, contrariamente ao observado nas “questões de vida/morte”. Contudo, a diferença entre tipos de intervenção utilizados pela Conferência Episcopal não é notória, uma vez que os dados refletem a adoção de uma intervenção semelhante dos dois

tipos de estratégia, tal como foi verificado em “questões de vida/morte”. Por fim, a análise efetuada permite comprovar a análise de Vilaça e Oliveira (2015: 31; 2015a: 142), no sentido em que a participação da Igreja Católica ao longo do debate foi feito num tom moderado em que não se assistiu a “um discurso radicalizado”.

4.5 A Adoção por Casais do Mesmo Sexo

A adoção por casais do mesmo sexo foi uma temática debatida dentro do plano geral de discussão da união entre pessoas do mesmo sexo e, por conseguinte, a linha de posicionamentos, argumentações e estratégias, por parte da Conferência Episcopal, é exatamente a mesma. No entanto, os documentos sob análise denotaram: por um lado, argumentos particulares a este tema que não foram utilizados no debate do casamento entre pessoas do mesmo sexo; por outro lado, o reforço de argumentos prévios, mas com incidência específica na temática da adoção. Por estas razões, apenas será apresentado o posicionamento do Episcopado face ao tema e o quadro argumentativo respetivo. Relativamente aos mecanismos de intervenção utilizados, o projeto de investigação assume que os moldes de intervenção apresentados no debate do casamento homoafetivo são os mesmos para o debate da adoção homoparental.

De acordo com os parâmetros temporais definidos previamente para efeitos de análise documental (totalizando 228 documentos), foram contabilizados **11 documentos episcopais** com referências à adoção por casais do mesmo sexo. Na análise sistemática efetuada, a Conferência Episcopal apresenta um posicionamento desfavorável face à adoção homoparental, uma vez que a Igreja rejeita “uma lei que permita a adoção de crianças por homossexuais” (CEP, 2009e: 2).

4.5.1 Argumentação

De forma a possibilitar a elaboração de um quadro argumentativo que facilite a leitura e consequente análise dos dados, a Tabela 31 apresenta a “codificação” dos argumentos identificados, divididos pela sua tipologia argumentativa e seguidos de um exemplo concreto respetivo.

Tabela 31- Quadro argumentativo da Igreja: adoção homoparental

Argumento:		Exemplo:
Social:	Ameaça à estabilidade social	A adoção de crianças por homossexuais “constituiria uma alteração (...) de toda a sociedade, colocando em causa o seu equilíbrio” (CEP, 2009d: 2)

	Educação heteronormativa	“Num contexto em que se discute a legalização da adoção por pares do mesmo sexo, não é supérfluo sublinhar a importância dos papéis da mãe e do pai na educação das crianças e dos jovens: são papéis insubstituíveis e complementares” (CEP, 2013c: 5)
	Superior interesse da criança	“O prioritário é o maior bem da criança e não propriamente o da família que a deseja adotar” (CEP, 2008c: 1)
Referências: CEP (2000; 2003a; 2006b; 2008c; 2009d; 2013a; 2013b; 2013c; 2015b; 2015c; 2019a) Total = 11 documentos		
Jurídico:	Adoção apenas por casais heterossexuais	“Nunca um ou mais pais podem substituir uma mãe, e nunca uma ou mais mães podem substituir um pai” (CEP, 2013c: 4)
	Adoção não é direito homossexual	“Queremos, no entanto, sublinhar que adotar uma criança não deve ser considerado um direito” (CEP, 2008c: 1)
Referências: CEP (2008c; 2013c) Total = 2 documentos		
Doutrinal:	Família heteronormativa	“Rejeitamos (...) uma lei que permita a adoção de crianças por homossexuais. Tal constituiria uma alteração grave das bases antropológicas da família” (CEP, 2009d: 2)
Referências: CEP (2009d) Total = 1 documento		

Os dados apresentados pela Tabela 31 permitem a elaboração do Gráfico 20, que demonstram o tipo de argumentação apresentado pela Conferência Episcopal e a sua saliência relativa ao longo dos 11 documentos sobre a adoção homoparental:

Gráfico 20- Argumentação da Igreja: adoção homoparental



De acordo com os dados apresentados, é patente uma ação por parte da Conferência Episcopal centrada num quadro argumentativo em prol do cariz social. Neste grupo argumentativo, a Igreja alerta para a “rutura civilizacional” provocada pela legalização da adoção homoparental (CEP, 2013a: 2), colocando em causa o equilíbrio e a estabilidade da sociedade portuguesa (CEP, 2009e: 2). Um segundo argumento emerge em torno da questão educativa. Para a Igreja, à semelhança do observado durante a análise do casamento entre pessoas do mesmo sexo, somente um seio familiar heteronormativo assegura a formação integral, o desenvolvimento «correto» e a prosperidade para qualquer criança e, no caso, para as que são adotadas (CEP, 2013c: 4-6; 2015c: 39; Campos, 2015: 22). É o “são ambiente educativo” (CEP, 2000: 9), proporcionado pela complementaridade dos sexos, que ajuda a criança a construir a sua própria identidade: masculina

ou feminina (CEP, 2013c: 6; 2015c: 39). O último argumento reitera que o “prioritário” é o melhor interesse da criança, e não os interesses de determinado casal que deseje adotar (CEP, 2008c: 1; Brandão & Machado, 2012: 671). Desta forma, a Conferência Episcopal alerta que a criança não é um acessório na vida conjugal (CEP, 2006b: 3), e atenta para que, quando se legisla sobre família, se tenha especial atenção ao interesse e às necessidades das crianças (CEP, 2003a: 6).

O segundo grupo de argumentos é referente à vertente jurídica. Nesta perspetiva, o Episcopado português refere que o direito à adoção apenas deve ser concedido a casais cristãos heterossexuais (CEP, 2008c: 1), reiterando que “nunca um ou mais pais podem substituir uma mãe” e que “nunca uma ou mais mães podem substituir um pai” (CEP, 2013c: 4). No seguimento desta visão, surgem contra o direito à adoção por parte de qualquer outra forma de vida conjugal, criticando o “direito à parentalidade” (CEP, 2013c: 4). A crítica à parentalidade surge do pressuposto de que, em vez da criança ser acolhida como um dom, fruto da procriação entre um homem e uma mulher, torna-se objeto de um direito de afirmação individual por parte de casais do mesmo sexo (CEP, 2013c: 3-4).

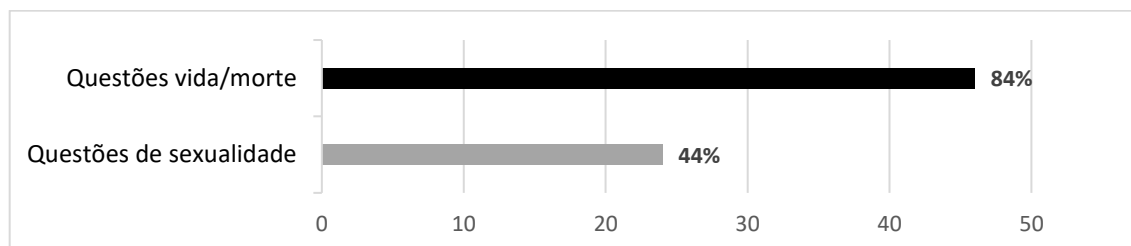
O último grupo argumentativo prende-se com a doutrina católica, baseado na antropologia cristã. Esta visão dogmática de uma sociedade estritamente heteronormativa não permite qualquer mudança ao *status quo* das conceções de Família e Matrimónio, assente na complementaridade homem-mulher (CEP, 2009d: 2). Em suma, o quadro argumentativo apresentado corrobora a análise de Campos (2015: 7) e de Brandão e Machado (2012: 672), uma vez que a Igreja Católica, à imagem do processo relativo ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, assumiu uma posição conservadora e heteronormativa, ao que Arán e Corrêa (2004: 333) referem de “*heterosexuality-marriage-parenthood triad*”.

4.6 Análise Comparativa entre Políticas de Moralidade

De forma a proceder a uma perspetiva comparada entre subtipos de políticas de moralidade, foi adotada a conceção grupal proveniente da análise de Heichel et al. (2013), em que políticas de moralidade como aborto ou eutanásia correspondem a “questões de vida/morte” e questões como o casamento homoafetivo e adoção homoparental correspondem a “questões de sexualidade”. Desta forma, dos 228 documentos publicados pela Conferência Episcopal ao longo da delimitação temporal definida, foram contabilizados 55 documentos em que foram identificadas, pelo menos, uma referência a um dos temas sob análise. De acordo com o Gráfico

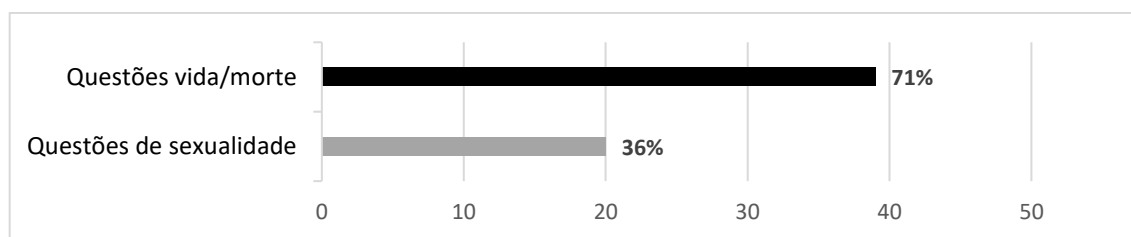
21, é possível compreender em qual dos subtipos de moralidade houve maior intervenção por parte da Igreja.

Gráfico 21- Percentagem de documentos com referências às políticas de moralidade: perspectiva comparada



Do número total de documentos com referência a questões de moralidade (55 documentos), observa-se maior atividade por parte da Conferência Episcopal sobre “questões de vida/morte” (46 documentos), em detrimento de “questões de sexualidade” (24 documentos).

Gráfico 22- Percentagem de documentos com referências a argumentos: perspectiva comparada



No que concerne ao quadro argumentativo, o Gráfico 22 apresenta o número de documentos em que foram identificados argumentos, por subtipo de moralidade. Neste prisma, 39 documentos (71%) contêm argumentos para “questões de vida/morte”, em comparação com 20 documentos (36%) onde foram identificados argumentos para “questões de sexualidade”, concluindo, desta forma, que a Igreja apresenta maior saliência argumentativa para “questões de vida/morte”.

Tabela 32- Diversidade argumentativa por subtipo de moralidade: perspectiva comparada

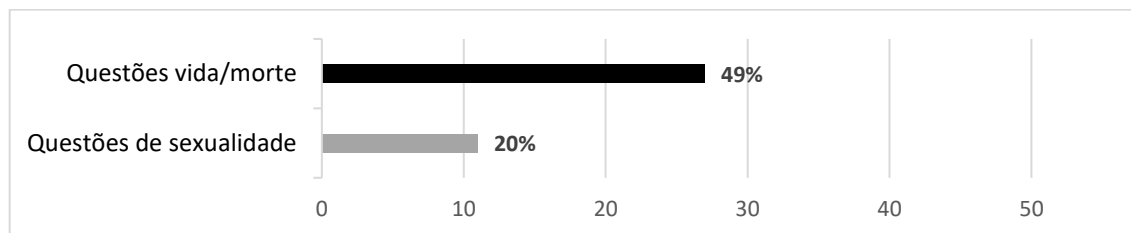
Questões de vida/morte						
Pró-vida	Doutrinal	Jurídico	Social	Médico	Científico	Económico
64%	24%	15%	15%	9%	6%	6%
Questões de sexualidade						
Social		Doutrinal		Jurídico		
27%		24%		11%		

Segundo a Tabela 32, as “questões de vida/morte”, além de apresentarem maior saliência argumentativa, também apresentam maior diversidade argumentativa, contabilizando sete tipos de argumentos principais. Em contraste, o quadro argumentativo para “questões de sexualidade” é apenas ilustrado por três tipos de argumentos. Em perspectiva comparada, e com exceção do tipo

de argumento “pró-vida”, que foi o que apresentou, destacadamente, maior saliência no cômputo geral, os três tipos de argumentos principais, identificados nas quatro questões de moralidade, são: doutrinal (42%), social (35%) e jurídico (26%).

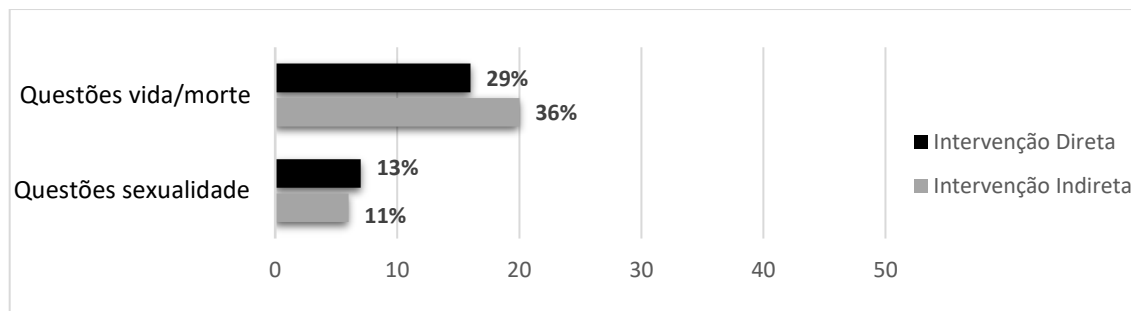
Relativamente às estratégias adotadas pela Conferência Episcopal, o Gráfico 23 apresenta o número de documentos onde foram identificados mecanismos de intervenção, por subtipo de moralidade:

Gráfico 23- Percentagem de documentos com referências a mecanismos de intervenção: perspectiva comparada



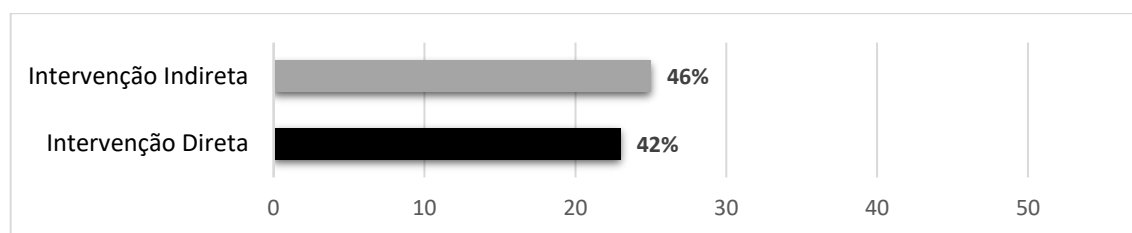
De acordo com os dados obtidos, dos 55 documentos publicados pela Conferência Episcopal com referência às questões de moralidade sob análise, em 27 documentos (49%) foram identificados mecanismos de ação interventiva sobre “questões de vida/morte”, em comparação com 11 documentos (20%) sobre “questões de sexualidade”. Isto permite concluir que, através dos documentos episcopais, a Igreja procurou influenciar mais o debate sobre “questões de vida/morte” do que sobre “questões de sexualidade”.

Gráfico 24- Percentagem dos mecanismos de intervenção (direta e indireta) por subtipo de moralidade



Relativamente aos mecanismos de intervenção (direta ou indireta) mais utilizados pela Conferência Episcopal por subtipo de moralidade, o Gráfico 24 demonstra que, apesar de não existir uma discrepância acentuada, foram identificados mais documentos com estratégias de intervenção indireta em “questões de vida/morte”, e mais documentos que visavam uma estratégia de intervenção direta em “questões de sexualidade”.

Gráfico 25- Mecanismo de intervenção mais utilizado pela Igreja: perspectiva global



Por fim, o Gráfico 25 apresenta o tipo de intervenção mais utilizado pela Conferência Episcopal Portuguesa, ao longo dos 55 documentos publicados com referência às políticas de moralidade sob análise, numa perspectiva global. Neste sentido, é possível observar que, 25 documentos (46%) visam o mecanismo de intervenção indireta, em comparação com 23 documentos (42%) que visam o mecanismo de intervenção direta. Isto permite concluir que, dentro do rol de documentos analisados, a intervenção indireta foi o mecanismo interventivo mais utilizado por parte da Igreja, como estratégia de influência no debate dos temas de moralidade.

De acordo com a análise efetuada por Meyer Resende e Hennig (2015: 147-148), a Igreja Católica Portuguesa não procurou uma estratégia de intervenção direta durante os processos políticos referentes ao aborto e casamento entre pessoas do mesmo sexo, tendo tido uma ação mais centrada na intervenção indireta (na população). No entanto, ao analisarmos sistematicamente os documentos da Conferência Episcopal, ao longo das duas primeiras décadas do século XXI, verificamos que, a diferença entre mecanismos de intervenção utilizados não é tão evidente, sendo mais justo dizer que foi uma «intervenção mista», entre a adoção de uma ação de intervenção direta, que visara o legislador, e a adoção de uma ação de intervenção indireta, que visava o eleitorado. Uma «intervenção mista» porque, ao longo da análise efetuada neste capítulo, foi possível observar que, no caso do aborto, a intervenção direta foi de 32% e a intervenção indireta de 35% e, no caso do casamento entre pessoas do mesmo sexo, a intervenção direta contou com 33% e a intervenção indireta com 29%. Desta forma é possível concluir que, por um lado, existe, efetivamente, saliência em relação à intervenção direta e, por outro lado, a diferença entre tipos de intervenção não é significativamente díspar.

Nesta diferença de resultados importa destacar que, pela análise de Meyer Resende e Hennig (2015: 157-160), apenas foram consultados dois documentos da Conferência Episcopal, uma vez que a análise das investigadoras prendeu-se por uma observação “não exaustiva de documentos episcopais e do patriarcado”, de “pronunciamentos durante as campanhas do referendo, assim como a reconstrução dos processos políticos, através de uma análise à imprensa e literatura secundária” (Meyer Resende & Hennig, 2015: 146). Nesse sentido, e com esta incorporação de

vários mecanismos de observação, a percepção foi a de uma priorização da intervenção indireta face à nulidade da intervenção direta. Contudo, a análise efetuada na presente dissertação permite denotar que, no âmbito dos documentos publicados pela Conferência Episcopal Portuguesa, a Igreja procurou, quase tanto quanto adotar uma estratégia de intervenção indireta (ao eleitorado), efetuar uma intervenção direta (ao legislador), quer a título de pronunciamentos políticos sobre determinada temática, quer em orientações clericais focadas em leis e/ou decisores políticos.

5. ESTUDO DE CASO: EUTANÁSIA

5.1 Notas introdutórias

No capítulo anterior foi possível observar o papel da Igreja Católica em políticas de moralidade. Nesse sentido, o grau de saliência da ação do Episcopado português foi maior nas “questões de vida/morte” do que em “questões de sexualidade”. Também foi possível denotar um quadro argumentativo de cariz, maioritariamente, pró-vida, doutrinal, de caráter social e jurídico. A respeito das estratégias de influência, a intervenção indireta foi o mecanismo de influência mais utilizado, porém, foi igualmente patente a ação de uma intervenção direta. Desta forma, concluiu-se a adoção de uma «intervenção mista», na forma como a Igreja procurou influenciar os debates sobre políticas de moralidade na sociedade portuguesa.

O presente capítulo procura reforçar a componente da análise religiosa, no que respeita ao comportamento da instituição católica ao longo do debate de questões de moralidade. Empiricamente, analisa-se a perceção de 13 membros do clero das dioceses de Aveiro, Braga e Porto, num estudo de caso que pretende demonstrar a ação da Igreja face ao debate em curso sobre a morte medicamente assistida. Neste âmbito, foram analisadas as perspetivas face à eutanásia, face a um possível referendo e sobre o processo político decorrente. Também foram analisados os mecanismos de intervenção utilizados ao longo de debate e foram preconizadas propostas de intervenção no debate político⁷⁰.

5.2 Perspetivas face à eutanásia

No que concerne à temática, o posicionamento apresentado pela totalidade dos entrevistados foi unânime e desfavorável à descriminalização da eutanásia. Relativamente aos restantes conceitos no âmbito da morte assistida, apesar de não terem sido um pré-requisito de análise, os membros do clero que abordaram, em primeiro lugar, o tema da distanásia, demonstraram igualmente um posicionamento desfavorável, argumentando que o encarniçamento terapêutico é eticamente incorreto (Entrevistado 3, Aveiro), “má prática médica” (E. 1, Braga) e contra a doutrina católica (E. 2, Aveiro). De igual modo, os entrevistados que

⁷⁰ Encontram-se, em anexos, cinco tabelas sumárias das respostas dos entrevistados a cada um dos pontos de análise deste capítulo.

abordaram o suicídio assistido posicionaram-se maioritariamente «contra», argumentando que “o suicídio assistido, não deixa de ser um suicídio”, eticamente condenável pela Igreja (E. 3, Aveiro). Por fim, a respeito da ortotanásia, os entrevistados que se pronunciaram sobre o tema, demonstraram estar totalmente de acordo com a prática, uma vez que visa um “tratamento adequado, proporcionado, oportuno e conforme o evoluir da doença” (E. 4, Aveiro), “sem prolongamentos artificiais desproporcionados” (E. 3, Aveiro).

Com relação ao quadro argumentativo apresentado, este sugere, à semelhança do observado na análise documental episcopal, uma linha argumentativa: pró-vida, doutrinal, e com foco em questões de âmbito social, jurídico e médico. Nesse sentido, em primeiro lugar, nos argumentos pró-vida foi referido “a defesa da vida, em qualquer circunstância” (E. 1, Braga), e da “dignidade, do princípio ao fim natural” (E. 3, Aveiro). Nesta perspetiva, foi referido que “a vida é inviolável” (E. 1, Porto) e que o Homem não é dono da mesma (E. 2, Braga). Surgem também comentários contra a autodeterminação individual e contra a tentativa de objetificação do ser, uma vez que o ser-humano não tem o direito de poder dispor da própria vida ou da vida de outrem (E. 5, Braga). Por fim, quando pronunciados sobre a questão do sofrimento agregado ao pedido de eutanásia, a maioria dos entrevistados referiu que a dor não legitima o pedido de morte, uma vez que, “naquele momento último, não é hora de decidir, porque as condições não estão reunidas” (E. 5, Braga) e a pessoa “não vê com clareza a vida” (E. 2, Braga). Em segundo lugar, no plano doutrinal, os argumentos apresentados referem que a matriz católica é a favor e em defesa da vida (E. 1, Aveiro). Nesse sentido, a vida é um bem absoluto e um dom de Deus (E. 4, Porto), sendo que, a eutanásia pertence ao rol de atentados contra a vida (à semelhança do homicídio e suicídio) e, consequentemente, é considerado um pecado (E. 5, Braga). Por fim, é feita alusão ao quinto mandamento «não matarás», justificando o posto de vista cristão nesta matéria (E. 2, Aveiro).

Em termos sociais, em primeiro lugar, foi feita referência à teoria da “rampa deslizante”, uma vez que, “nos países onde a eutanásia foi legalizada, (...) assiste-se ao início de uma rampa que se vai deslizando”, e aquilo que, inicialmente estava previsto na lei para “casos muito restritos, passa-se a outros casos com maior facilidade” (E. 4, Aveiro). Em segundo lugar, foi também abordado o tema da eutanásia como sendo um retrocesso civilizacional que contribui para o colapso das sociedades (E. 3, Braga), no sentido em que provoca a destruição de vínculos (E. 1, Braga). Um terceiro argumento apresentado refere o surgimento de “não desejados”: grupo de pessoas que, caso fosse descriminalizada a eutanásia, se sentiriam mais suscetíveis ao pedido de morte antecipada. Estariam inseridos nesse rol, “pessoas que se sentem isoladas, sozinhas, abandonadas, esquecidas pelos outros”, ou então, pessoas que se “sentem um peso, porque os familiares

prestam-lhes cuidados forçados” (E. 1, Aveiro). Por fim, foi abordado o perigo que este tipo de leis acarretam, uma vez que poderão existir interesses terceiros, nomeadamente por parte de familiares: quer para ficar com a herança, quer porque não querem ter o trabalho de cuidar do familiar idoso/doente (E. 3, Porto).

No plano jurídico, foi mencionado o artigo 24º da Constituição Portuguesa, que refere a inviolabilidade da vida humana (E. 4, Aveiro), e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que reitera o direito à vida (E. 2, Aveiro), como pontos de justificação normativa contra a morte assistida. Por último, na componente médica, foram feitas referências aos dilemas éticos que uma temática como esta projeta nos profissionais de saúde, e onde se argumenta que, uma possível descriminalização da eutanásia iria gerar má prática médica e uma destruição da relação de confiança entre médico-paciente (E. 1, Braga). Nesse sentido, surgiu ainda a problemática do ato de matar nos trâmites da eutanásia, uma vez que a morte terá de ser sempre efetuada por outrem, neste caso por um médico (E. 3, Porto).

5.3 Perceções sobre o referendo

Relativamente à possibilidade deste tema ser passível de referendo, 70% dos entrevistados demonstraram ser favoráveis à realização do mesmo, uma vez que, “perante o perigo da lei passar, trava-se com um referendo” (E. 3, Braga). Os restantes 30% demonstraram um posicionamento «contra», na medida em que, “se houver referendo, a derrota (...) vai ser muito maior” (E. 1, Braga). Contudo, mesmo os membros do clero que se posicionaram desfavoravelmente, compreendem a alteração do posicionamento por parte do Episcopado Português em torno do referendo, admitindo que, “a mudança foi, essencialmente, porque fomos todos apanhados um bocadinho de surpresa e não houve, de facto, um debate alargado” (E. 2, Porto). Nesse sentido, os entrevistados entendem ser necessário permitir que “o povo possa ser consultado” nesta matéria (E. 5, Braga) e pretendem verificar se “a vontade dos deputados é representativa” da maioria da sociedade portuguesa (E. 4, Aveiro). No entanto, e tal como referido por um dos entrevistados, “o que pode prejudicar qualquer votação é a abstenção” (E. 2, Braga). O receio de que, tal como aconteceu nos referendos relativos ao aborto, o comodismo português faça com que a estratégia não logre os resultados esperados (E. 2, Braga). Por fim, o estudo de caso permitiu ainda denotar que, por um lado, a Igreja crê que “a sociedade deseja este debate” (E. 4, Braga) e que, por outro lado, temas como este, à semelhança do aborto, “não são temas para partidos políticos, são temas para a

nação” (E. 4, Porto), descredibilizando, desta forma, o carácter representativo dos deputados na Assembleia da República.

5.4 Perspetivas sobre o processo político decorrente

No que concerne ao processo político em relação à legalização desta temática, a percepção dos entrevistados é quase unânime, na medida em que creem que existiu um “certo oportunismo” político pela maioria conjuntural que se formou, resultado das eleições legislativas de 2019, favorável à aprovação desta matéria (E. 2, Porto)⁷¹. Neste sentido, a percepção dos entrevistados sugere a existência de uma urgência política em aprovar o tema (E. 2, Braga), sem que o eleitorado fosse “devidamente informado” (E. 5, Braga), uma vez que, quase nenhuma força política colocou “a sua posição sobre a eutanásia nos cadernos eleitorais” (E. 3, Porto). Alguns membros do clero entrevistados sugerem ainda a aprovação da matéria como uma jogada estratégica por parte do PS, visto que, sem maioria absoluta, iria necessitar do apoio (ou da abstenção) por parte de outros partidos, nomeadamente do BE, para aprovação do Orçamento de Estado (E. 3, Aveiro). Em suma, a percepção patente é a de que existe um jogo de bastidores político, onde “houve uma geringonça à esquerda que agora é preciso alimentar de alguma maneira”, fazendo alusão a uma nova «geringonça informal» para a legislatura XIV (E. 1, Braga).

Aliados a esta ideia, foi também feita a crítica ao facto deste tipo de matérias terem liberdade de voto pelos grupos parlamentares, o que condiciona a representatividade do eleitorado. Uma vez que o eleitor votou num partido sem conhecer a posição partidária sobre o tema, e uma vez que o deputado tem liberdade de voto, há a percepção de um ainda maior distanciamento entre eleito – eleitor, sustentado pela descridibilização do processo legislativo decorrente (E. 3, Porto). Um outro argumento emerge da visão da eutanásia como uma lei económica, em que a aprovação da mesma apresentaria vantagens financeiras para o Estado. Na percepção de alguns entrevistados, os custos associados à melhoria da rede dos cuidados paliativos, à criação de instituições para assistência/apoio necessário aos idosos/doentes, numa sociedade portuguesa cada vez mais envelhecida e com uma esperança média de vida elevada, constituiria uma enorme despesa financeira estatal, à qual a despenalização da eutanásia irá salvaguardar (E. 2, Braga).

⁷¹ Em comparação com a legislatura XIII, os partidos «a favor» da eutanásia aumentaram o seu número de deputados (PS +23 e PAN +3) ou mantiveram (BE e PEV), ao passo que, partidos «contra» a eutanásia diminuíram o seu número de deputados na Assembleia da República (PSD -10, CDS -13 e PCP -5).

Por fim, denotou-se ainda que, em primeiro lugar, a percepção de que os pareceres pedidos às entidades respetivas (Ordem dos Médicos, dos Enfermeiros, dos Advogados, dos Psicólogos e CNECV) foram apenas um “formalismo parlamentar”, uma vez que todos os pareceres emitidos foram desfavoráveis ao tema, contudo, isso não teve qualquer repercussão na atitude dos deputados (E. 3, Aveiro). Em segundo lugar, que existe um número reduzido de “deputados católicos” (E. 1, Porto), porém, apesar de uma suposta liberdade de voto, poderá existir um condicionalismo interno partidário, para que votem “contra a sua consciência” (E. 5, Braga). Em terceiro, a percepção de um sistema partidário com “partidos muito vulneráveis, quase sem identidade própria”, voláteis às tendências do eleitorado (E. 1, Aveiro). Por último, foi feita referência à “forma estratégica” como a questão é colocada pelos partidos pró-eutanásia, na alusão estrita que fazem da eutanásia *versus* sofrimento, o que enviesa posicionamentos, uma vez que, “a forma como se pergunta, como se coloca o problema, leva as pessoas a tomarem uma decisão que, muitas vezes, não é isso que querem” (E. 1, Aveiro).

5.5 Mecanismos de intervenção utilizados

Com base no modelo operacionalizado para análise da vertente religiosa das políticas de moralidade sob escopo, que tem como raiz o modelo proposto por Meyer Resende e Hennig (2015), assente em dois tipos de intervenção (direta e indireta) para influenciar o debate, o estudo de caso realizado apenas identificou estratégias no âmbito da intervenção indireta (que visa a população em detrimento do decisor político). Neste sentido, segundo os membros do clero entrevistados, é notória uma ação centrada na “influência de consciências” e na “promoção de sessões de clarificação”.

Nesta ótica, foram promovidos debates para a educação e formação sobre a eutanásia, com uma “estratégia diocesana” de “levar a questão a espaços da palavra”, ao “nível mais básico das paróquias”, das escolas, catequeses e centros de ação social (E. 1, Braga). A missão pastoral também se prendeu pela “pregação” e pela “estratégia do púlpito” (Freire & Baum, 2001: 15), onde um dos entrevistados refere que, “o padre, na homília, falou abertamente contra a eutanásia” (E. 3, Braga). Foi igualmente relatado que, algumas paróquias procederam a iniciativas individualizadas, no sentido de esclarecer e promover a consciencialização para o tema, e o significado dos conceitos em debate. Destas iniciativas, destacam-se a elaboração de “boletins paroquiais” (E. 3, Braga), desdobráveis “sobre a eutanásia, com pensamentos sumários e reflexões” (E. 4, Porto), e “um trabalho de divulgação de documentos da Conferência Episcopal” (E. 4, Porto),

nomeadamente os de carácter informativo sobre a eutanásia⁷². Foram ainda mencionadas ações de intervenção nos meios de comunicação social, nomeadamente: através de documentos produzidos por paróquias locais, como “o Correio do Vouga, que é um jornal da Igreja, que publicou (...) vários textos alusivos ao tema” (E. 1, Aveiro); na intervenção em jornais onde “a Igreja nem costuma ter muito espaço” (E. 3, Porto); e em manifestações públicas “através de bispos”, como o “abaixo-assinado inter-religiões” (E. 2, Aveiro), em alusão à declaração assinada por todas as confissões religiosas, com um parecer «contra» a legalização da temática (CEP, 2018b).

Por fim, o estudo de caso também permitiu identificar uma ação de intervenção indireta com foco na “mobilização/apoio a movimentos civis”. Nesse sentido, foi referido o auxílio das paróquias na recolha das assinaturas para o pedido de referendo, ilustrado pelos comentários do entrevistado nº2 de Braga, onde “todos os párocos aderiram” e, pelo entrevistado nº3 de Braga, que refere: “eu também assinei e levei para assinar nas minhas missas”. Foi igualmente identificado o “apoio que a Igreja tem dado à Federação Portuguesa pela Vida⁷³” (E. 3, Aveiro) no «combate» contra a legalização da eutanásia.

5.6 Propostas de intervenção no debate político

Tal como referido na secção anterior, ao longo do processo decorrente sobre a eutanásia, não foi detetado qualquer mecanismo de intervenção direta (que visasse o legislador), pelas entrevistas efetuadas. Desta feita, o estudo de caso procurou inquirir os entrevistados sobre como é que a Igreja Católica deveria atuar no plano político, de forma a poder influenciar o debate. Neste sentido, a argumentação foi de que, a “Igreja é uma, entre mil, forças sociais” (E. 1, Braga), sendo que, “deve ser sempre um parceiro de solução, de reflexão, em todos os temas, principalmente naqueles que são centrais na vida da pessoa” (E. 1, Aveiro). No entanto, a perceção demonstrada pelos entrevistados foi a de que, “a Igreja, como instituição”, não deve estar no Parlamento de forma oficial, mas intervir “nesses debates por meio de cristãos-cidadãos, seja a Comissão de Ética, seja a Ordem dos Médicos, seja a Ordem dos Enfermeiros” (E. 4, Aveiro). Nesta perspetiva, “nem sempre a forma de a Igreja estar presente é através dos bispos ou dos padres, mas através de leigos assumidamente católicos e especialistas na matéria que se está a tratar” (E. 3, Aveiro), como “médicos e cientistas que são católicos e que dão o seu parecer” (E. 1, Porto), sendo que, o “ideal é que os deputados cristãos possam ser a voz da Igreja nos órgãos de decisão” (E. 3, Aveiro).

⁷² Por exemplo: CEP, 2016e; CEP, 2016f.

⁷³ Movimento civil promotor do referendo.

No que concerne ao tipo de intervenção direta referente ao “apoio explícito a atores políticos”, os membros do clero entrevistados referiram que “a Igreja não tem ligação com nenhum partido político”, uma vez que “é apartidária” (E. 3, Aveiro) e “distancia-se de qualquer espectro partidário” (E. 1, Braga). Contudo, a “Igreja conota-se sempre, tradicionalmente, com os partidos mais conservadores”, ou seja, “com aqueles que oferecem mais resistência à mudança” (E. 1, Braga). Mesmo assim, a religião é vista como uma questão transversal à identidade dos partidos políticos, “até porque [existe] um deputado do Bloco de Esquerda que se assume completamente católico”⁷⁴ (E. 4, Braga) e “liderou o processo” com vista à despenalização da eutanásia (E. 2, Porto).

Finalmente, a respeito das “orientações clericais a legisladores”, existe a expectativa de que, “em função da pessoa que é o Presidente da República, um cristão assumido e responsável” (E. 2, Aveiro), ele poderá, “se em consciência achar, (...) seguir um caminho diferente daquele que foi aprovado na Assembleia” (E. 3, Aveiro). Desta forma, existe “a intenção de dar força” ao Presidente da República, contudo, “é evidente que ele estará limitado pelos seus poderes”, no sentido em que apenas poderá vetar uma vez (E. 2, Aveiro). Desta forma, o referendo surge como a solução mais viável no «combate» à descriminalização da eutanásia (E. 3, Porto), uma vez que “há assinaturas suficientes para o fazer” (E. 2, Aveiro).

Em suma, não foi possível observar uma intervenção direta concertada, com estratégias de ação concretas no espaço político. Em contrapartida, na perceção dos entrevistados, “a Igreja Católica ainda tem alguma influência na opinião pública portuguesa” (E. 1, Aveiro) e, nesse sentido, a estratégia de ação neste debate prima por uma maior intervenção no espaço público, de forma a influenciar a população (intervenção indireta), ou seja, o eleitorado, ao qual “os políticos têm sempre em consideração” (E. 1, Aveiro). Esta estratégia vai ao encontro da expectativa de Fink (2009: 84), uma vez que, “com a ameaça de usar o seu potencial de mobilização”, a Igreja pode “revogar leis já aprovadas” ou, de forma antecipada, alterar o decurso de determinado processo político. A ameaça de um referendo também “pode alterar o processo de formulação de políticas”, no sentido em que obriga o decisor político a calcular os riscos inerentes à aprovação de determinada lei, promovendo, desta forma, a atuação da Igreja Católica, neste debate, à de um potencial “*veto player social*” (Fink, 2009).

Relativamente à expectativa de Meyer Resende e Hennig (2015: 148), que sugerem que, apesar do pluralismo interno dentro do conselho permanente da Conferência Episcopal, a Igreja tende a seguir uma estratégia única neste tipo de debates, de facto, pela amostra recolhida pelos membros de três dioceses em Portugal (Aveiro, Braga e Porto), foi possível observar uma ação

⁷⁴ José Manuel Pureza (deputado BE).

descentralizada comum. Neste sentido, apesar dos métodos ou práticas adotadas divergirem por diocese (por exemplo, o uso de jornais da Igreja em paróquias de Aveiro, o uso dos boletins informativos em paróquias em Braga ou a divulgação dos documentos episcopais em paróquias do Porto), a ação de intervenção visa um objetivo em comum: intervir desfavoravelmente no debate sobre a legalização da eutanásia.

6. NOTAS CONCLUSIVAS

Como abordado ao longo da dissertação, a proposta de investigação prendeu-se por mapear o desenrolar dos processos de liberalização de quatro políticas de moralidade na sociedade portuguesa: a interrupção voluntária da gravidez, a morte medicamente assistida, o casamento entre pessoas do mesmo sexo e a adoção por casais do mesmo sexo. Nesse sentido, a questão de investigação teve assente dois campos de análise: a vertente política e a vertente religiosa.

Começando pela vertente política, a investigação efetuada permitiu retirar as seguintes ilações. Em primeiro lugar, partidos na oposição ao governo apresentaram um maior número de iniciativas parlamentares (70%) sobre questões de moralidade. Em segundo lugar, quando no governo, são os partidos de esquerda que apresentam mais iniciativas parlamentares (91%). Em terceiro, partidos políticos com menor número de militantes demonstraram ser mais ativos (64%) do que os partidos *mainstream* (PS e PSD). Em quarto, em termos globais, “partidos de esquerda e centro-esquerda” apresentam maior atividade parlamentar (92%), sendo que, os partidos mais ativos nas quatro políticas sob análise foram, o PS e o BE (28% e 26%, respetivamente), seguidos pelo PCP e PEV (18% e 15%, respetivamente). Ao mesmo tempo, também foi possível observar que os “partidos de direita e centro-direita” não demonstram interesse em ativar estes temas na Assembleia da República. Destacar o caso do CDS-PP que, apesar de presente em todas as legislaturas em que os quatro debates decorreram, não apresentou qualquer iniciativa parlamentar. O PSD conta apenas com 7% do total de iniciativas apresentadas. Por fim, destacar que, “questões de vida/morte” produzem maior atividade parlamentar (69%), do que “questões de sexualidade”.

Na vertente religiosa, a investigação realizada permitiu deduzir as seguintes ilações. Em primeiro lugar, a ação da Igreja, através de documentos oficiais publicados pela Conferência Episcopal, foi maior para “questões de vida/morte” (84%) do que para “questões de sexualidade”. Nesse sentido, o Episcopado, não só apresentou maior saliência argumentativa (71%), como também maior diversidade argumentativa para “questões de vida/morte” (7 argumentos). Em segundo lugar, o grupo de argumentos mais utilizado pela Conferência Episcopal prendeu-se pelo tipo “pró-vida” (64%). No entanto, apenas três argumentos foram identificados em comum nas quatro políticas de moralidade sob escopo. São eles: a doutrina católica (42%), argumentos de cariz social (35%) e de caráter jurídico (26%). Em terceiro lugar, a Igreja Católica procurou influenciar mais o debate de “questões de vida/morte” (49%) do que “questões de sexualidade”. Dentro do subtipo de moralidade de “questões de vida/morte”, foram identificados mais documentos com

estratégias de intervenção indireta (36%). Em “questões de sexualidade”, mais documentos visaram uma estratégia de intervenção direta (13%). Por fim, em termos globais, a intervenção indireta foi o mecanismo de influência mais utilizado por parte da Igreja (46%), porém, é igualmente patente a ação de uma intervenção direta (42%). Nesta perspetiva, é possível concluir o uso de uma «intervenção mista», na forma como a Igreja procurou influenciar os debates sobre políticas de moralidade, através dos documentos publicados pela Conferência Episcopal.

Relativamente ao estudo de caso efetuado sobre a eutanásia, este procurou reforçar a componente da análise religiosa, no que respeita ao comportamento da instituição católica ao longo do debate de questões de moralidade. Neste sentido, em primeiro lugar, o posicionamento apresentado pela totalidade dos entrevistados foi unânime e desfavorável, com uma linha argumentativa, à semelhança do observado na análise documental episcopal: pró-vida, doutrinal, e com foco em questões de âmbito social, jurídico e médico. Em segundo lugar, a respeito do referendo, mais de 2/3 dos entrevistados demonstraram ser favoráveis à realização do mesmo, sendo que, os membros do clero que se posicionaram desfavoravelmente, referiram a compreensão na alteração do posicionamento por parte do Episcopado Português em relação ao referendo. Em terceiro lugar, no que concerne ao processo político decorrente, a perceção dos entrevistados foi quase unânime, na medida em que creem que existiu um oportunismo político pela maioria conjuntural que se formou, resultado das eleições legislativas de 2019. Por fim, relativamente aos mecanismos de intervenção utilizados, o estudo de caso realizado apenas identificou estratégias no âmbito da intervenção indireta (que visa a população), sendo que, não foi possível observar uma intervenção direta concertada, com estratégias de ação concretas no espaço político. Contudo, quando questionados sobre que tipo de estratégias deveriam ser adotadas para influenciar o debate político (intervenção direta), a perceção demonstrada pelos entrevistados foi a de que, a Igreja, como instituição, não deve estar no Parlamento de forma oficial, mas pela voz de fiéis especialistas nas matérias a tratar, e por deputados cristãos presentes nos órgãos de decisão.

Em suma, a análise do estudo de caso permite denotar uma estratégia de ação clerical que prima por uma maior intervenção no espaço público, de forma a influenciar a população, ou seja, o eleitorado. Desta forma, apesar de os métodos ou práticas adotadas poderem divergir por diocese, a ação de intervenção global visa um objetivo em comum: influenciar o debate de forma desfavorável à legalização da eutanásia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alves, M., Santos, A. C., Barradas, C., & Duarte, M. (2009). A despenalização do aborto em Portugal—discursos, dinâmicas e acção colectiva: Os referendos de 1998 e 2007. *Oficina do CES*, 320.
- Amorim, V. S. V., & Toscano, M. F. O. (2016). *Adoção por Casais do Mesmo Sexo: uma trajetória de luta e concretização do direito à família* (Master's thesis). ISMT, Coimbra.
- Antunes, M. L. M. (1982). Notas sobre a organização e os meios de intervenção da Igreja Católica em Portugal: 1950-80. *Análise Social*, 18(72/74), 1141-1154.
- Ayoub, P. (2016). *When States Come Out*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Arán, M., & Corrêa, M. V. (2004). Sexualidade e política na cultura contemporânea: o reconhecimento social e jurídico do casal homossexual. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 14(2), 329-341.
- Berger, P. L. (2014). *The many altars of modernity: Toward a paradigm for religion in a pluralist age*. Walter de Gruyter GmbH & Co KG.
- Budde, E., Heichel, S., Hurka, S., & Knill, C. (2018). Partisan effects in morality policy making. *European Journal of Political Research*, 57(2), 427-449.
- Brandão, A. M. S. A., & Machado, T. C. (2012). How equal is equality? Discussions about same-sex marriage in Portugal. *Sexualities*, 15(5-6), 662-678.
- Campos, A. L. V. (2015). *A situação jurídica das crianças que vivem com pessoas do mesmo sexo casadas ou em união de facto* (Doctoral dissertation). Universidade Católica Portuguesa, Porto.
- Conferência Episcopal Portuguesa. (2000). A Igreja na Sociedade Democrática. Disponível em: <http://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/a-igreja-na-sociedade-democratica/> (consultado em Abril/2020).
- Conferência Episcopal Portuguesa. (2001). Crise de Sociedade, Crise de Civilização. Disponível em: <http://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/crise-de-sociedade-crise-de-civilizacao/> (consultado em Abril/2020).
- Conferência Episcopal Portuguesa. (2003). Bispos portugueses reafirmam posição da Igreja contra o aborto. Disponível em: <http://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/bispos-portugueses-reafirmam-posicao-da-igreja-contr-o-aborto/> (consultado em Abril/2020).
- Conferência Episcopal Portuguesa. (2003a). Responsabilidade solidária pelo bem comum. Disponível em: <http://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/responsabilidade-solidaria-pelo-bem-comum/> (consultado em Abril/2020).
- Conferência Episcopal Portuguesa. (2004). Meditação sobre a Vida. Disponível em: <http://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/meditacao-sobre-a-vida/> (consultado em Abril/2020).
- Conferência Episcopal Portuguesa. (2005). Educação da Sexualidade. Disponível em: <http://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/educacao-da-sexualidade/> (consultado em Abril/2020).
- Conferência Episcopal Portuguesa. (2006). 162ª Assembleia Plenária da Conferência Episcopal Portuguesa. Disponível em: <http://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/assembleia-plenaria-da-conferencia-episcopal-portuguesa/> (consultado em Abril/2020).
- Conferência Episcopal Portuguesa. (2006a). 163ª Assembleia Plenária da Conferência Episcopal Portuguesa. Disponível em: <http://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/assembleia-plenaria-da-conferencia-episcopal-portuguesa/> (consultado em Abril/2020).

- Conferência Episcopal Portuguesa. (2006b). A Família, esperança da Igreja e do mundo. Disponível em: <http://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/a-familia-esperanca-da-igreja-e-do-mundo/> (consultado em Abril/2020).
- Conferência Episcopal Portuguesa. (2006c). Razões para escolher a vida. Disponível em: <http://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/razoes-para-escolher-a-vida/> (consultado em Abril/2020)
- Conferência Episcopal Portuguesa. (2006d). Transmitir a fé numa cultura de laicismo anti-cristão. Disponível em: <http://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/transmitir-a-fe-numa-cultura-de-laicismo-anti-cristao/> (consultado em Abril/2020)
- Conferência Episcopal Portuguesa. (2007). 165ª Assembleia Plenária da Conferência Episcopal Portuguesa. Disponível em: <http://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/165a-assembleia-plenaria-da-cep/> (consultado em Abril/2020)
- Conferência Episcopal Portuguesa. (2007a). O novo contexto da luta pela vida. Disponível em: <http://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/o-novo-contexto-da-luta-pela-vida/> (consultado em Abril/2020)
- Conferência Episcopal Portuguesa. (2008). 168ª Assembleia Plenária da Conferência Episcopal Portuguesa. Disponível em: <http://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/comunicado-final-da-assembleia-plenaria-da-conferencia-episcopal-portuguesa-4/> (consultado em Abril/2020)
- Conferência Episcopal Portuguesa. (2008a). 170ª Assembleia Plenária da Conferência Episcopal Portuguesa. Disponível em: <http://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/assembleia-plenaria-da-conferencia-episcopal-portuguesa-3/> (consultado em Abril/2020)
- Conferência Episcopal Portuguesa. (2008b). A Escola em Portugal – Educação Integral da Pessoa. Disponível em: <http://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/a-escola-em-portugal-educacao-integral-da-pessoa/> (consultado em Abril/2020)
- Conferência Episcopal Portuguesa. (2008c). Toda a prioridade às Crianças. Disponível em: <http://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/toda-a-prioridade-as-criancas/> (consultado em Abril/2020)
- Conferência Episcopal Portuguesa. (2009). 171ª Assembleia Plenária da Conferência Episcopal Portuguesa. Disponível em: <http://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/comunicado-final-da-assembleia-plenaria-da-conferencia-episcopal-portuguesa-5/> (consultado em Abril/2020)
- Conferência Episcopal Portuguesa. (2009a). 173ª Assembleia Plenária da Conferência Episcopal Portuguesa. Disponível em: <http://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/comunicado-final-da-assembleia-plenaria-da-conferencia-episcopal-portuguesa-6/> (consultado em Abril/2020)
- Conferência Episcopal Portuguesa. (2009b). Assembleia Plenária Extraordinária da Conferência Episcopal Portuguesa. Disponível em: <http://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/comunicado-final-da-assembleia-plenaria-extraordinaria-da-conferencia-episcopal-portuguesa/> (consultado em Abril/2020)
- Conferência Episcopal Portuguesa. (2009c). Cuidar da vida até à morte: Contributo para a reflexão ética sobre o morrer. Disponível em: <http://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/cuidar-da-vida-ate-a-morte-contributo-para-a-reflexao-etica-sobre-o-morrer/> (consultado em Abril/2020)
- Conferência Episcopal Portuguesa. (2009d). Em favor do verdadeiro casamento. Disponível em: <http://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/em-favor-do-verdadeiro-casamento/> (consultado em Abril/2020)
- Conferência Episcopal Portuguesa. (2009e). Nota Pastoral da CEP sobre as próximas eleições. Disponível em: <http://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/nota-pastoral-da-conferencia-episcopal-portuguesa-sobre-as-proximas-eleicoes/> (consultado em Abril/2020)

- Conferência Episcopal Portuguesa. (2010). Repensar Juntos a Pastoral da Igreja em Portugal. Disponível em: <http://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/repensar-juntos-a-pastoral-da-igreja-em-portugal-instrumento-de-trabalho/> (consultado em Abril/2020)
- Conferência Episcopal Portuguesa. (2013). 181ª Assembleia Plenária da Conferência Episcopal Portuguesa. Disponível em: <http://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/comunicado-final-da-assembleia-plenaria-da-conferencia-episcopal-portuguesa-12/> (consultado em Abril/2020)
- Conferência Episcopal Portuguesa. (2013a). 183ª Assembleia Plenária da Conferência Episcopal Portuguesa. Disponível em: <http://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/comunicado-final-da-assembleia-plenaria-da-conferencia-episcopal-portuguesa-13/> (consultado em Abril/2020)
- Conferência Episcopal Portuguesa. (2013b). A força da família em tempos de crise. Disponível em: <http://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/a-forca-da-familia-em-tempos-de-crise/> (consultado em Abril/2020)
- Conferência Episcopal Portuguesa. (2013c). A propósito da ideologia do género. Disponível em: <http://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/a-proposito-da-ideologia-do-genero/> (consultado em Abril/2020)
- Conferência Episcopal Portuguesa. (2013d). Assembleia Plenária Extraordinária da Conferência Episcopal Portuguesa. Disponível em: <http://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/comunicado-final-assembleia-plenaria-extraordinaria-da-conferencia-episcopal-portuguesa/> (consultado em Abril/2020)
- Conferência Episcopal Portuguesa. (2014). 185ª Assembleia Plenária da Conferência Episcopal Portuguesa. Disponível em: <http://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/discurso-de-abertura-185-a-assembleia-plenaria-10-13-de-novembro-de-2014/> (consultado em Abril/2020)
- Conferência Episcopal Portuguesa. (2014a). Relação Final do Sínodo dos Bispos 2014. Disponível em: http://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/wpcontent/uploads/SinodoBispos2014_RelacaoFinal.pdf (consultado em Abril/2020)
- Conferência Episcopal Portuguesa. (2014b). Votar por uma Europa melhor. Disponível em: <http://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/nota-pastoral-da-cep-sobre-votar-por-uma-europa-melhor-2/> (consultado em Abril/2020)
- Conferência Episcopal Portuguesa. (2015). 186ª Assembleia Plenária da Conferência Episcopal Portuguesa. Disponível em: <http://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/comunicado-final-da-assembleia-plenaria-da-conferencia-episcopal-portuguesa-14/> (consultado em Abril/2020)
- Conferência Episcopal Portuguesa. (2015a). Discurso de abertura da 186ª Assembleia Plenária da Conferência Episcopal Portuguesa. Disponível em: <http://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/discurso-de-abertura/> (consultado em Abril/2020)
- Conferência Episcopal Portuguesa. (2015b). Discurso de abertura da 188ª Assembleia Plenária da Conferência Episcopal Portuguesa. Disponível em: <http://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/conferencia-episcopal-portuguesa-188a-assembleia-plenaria-discurso-de-abertura/> (consultado em Abril/2020)
- Conferência Episcopal Portuguesa. (2015c). Sínodo dos Bispos XIV Assembleia Geral Ordinária. Disponível em: <http://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/sinodo-dos-bispos-xiv-assembleia-geral-ordinaria-4-25-de-outubro-de-2015/> (consultado em Abril/2020)
- Conferência Episcopal Portuguesa. (2015d). Sínodo dos Bispos XIV Assembleia Geral Ordinária: Lineamenta. Disponível em: <http://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/lineamenta-do-sinodo-dos-bispos-em-2015/> (consultado em Abril/2020)
- Conferência Episcopal Portuguesa. (2016). 189ª Assembleia Plenária da Conferência Episcopal Portuguesa. Disponível em: <http://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/comunicado-final-da->

- 189-a-assembleia-plenaria-da-conferencia-episcopal-portuguesa/?highlight=189
(consultado em Abril/2020)
- Conferência Episcopal Portuguesa. (2016a). 190ª Assembleia Plenária da Conferência Episcopal Portuguesa. Disponível em: <http://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/190-a-assembleia-plenaria-da-conferencia-episcopal-portuguesa-2/> (consultado em Abril/2020)
- Conferência Episcopal Portuguesa. (2016b). Carta Apostólica «Misericórdia et Misera». Disponível em: http://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/wp-content/uploads/PapaFrancisco_CartaApostolicaMisericordiaMisera.pdf (consultado em Abril/2020)
- Conferência Episcopal Portuguesa. (2016c). Discurso de abertura da 189ª Assembleia Plenária da Conferência Episcopal Portuguesa. Disponível em: <http://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/discurso-de-abertura-da-189a-assembleia-plenaria-da-cep/> (consultado em Abril/2020)
- Conferência Episcopal Portuguesa. (2016d). Discurso de abertura da 190ª Assembleia Plenária da Conferência Episcopal Portuguesa. Disponível em: <http://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/discurso-de-abertura-190-a-assembleia-plenaria-da-cep-fatima-7-de-novembro-de-2016/> (consultado em Abril/2020)
- Conferência Episcopal Portuguesa. (2016e). «Eutanásia: o que está em causa? Contributos para um diálogo sereno e humanizador» Nota Pastoral. Disponível em: http://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/wpcontent/uploads/CEP_Eutanasia_NotaPastoral.pdf (consultado em Abril/2020)
- Conferência Episcopal Portuguesa. (2016f). «Eutanásia: o que está em causa? Contributos para um diálogo sereno e humanizador» Perguntas e Respostas. Disponível em: http://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/wpcontent/uploads/CEP_Eutanasia_PerguntasRespostas.pdf (consultado em Abril/2020)
- Conferência Episcopal Portuguesa. (2017). Discurso de abertura da 193ª Assembleia Plenária da Conferência Episcopal Portuguesa. Disponível em: <http://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/discurso-de-abertura-da-193a-assembleia-plenaria-13-de-novembro-de-2017/> (consultado em Abril/2020)
- Conferência Episcopal Portuguesa. (2018). 194ª Assembleia Plenária da Conferência Episcopal Portuguesa. Disponível em: <http://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/comunicado-final-da-194-a-assembleia-plenaria-da-conferencia-episcopal-portuguesa/> (consultado em Abril/2020)
- Conferência Episcopal Portuguesa. (2018a). CEP congratula-se com a rejeição da Eutanásia. Disponível em: <http://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/cep-congratula-se-com-a-reproacao-da-eutanasia/> (consultado em Abril/2020)
- Conferência Episcopal Portuguesa. (2018b). Declaração comum das Confissões Religiosas sobre a Eutanásia: Cuidar até ao fim com compaixão. Disponível em: <http://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/declaracao-comum-das-confissoes-religiosas-sobre-a-eutanasia/> (consultado em Abril/2020)
- Conferência Episcopal Portuguesa. (2019). 197ª Assembleia Plenária da Conferência Episcopal Portuguesa. Disponível em: <http://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/comunicado-final-da-197-a-assembleia-plenaria-da-conferencia-episcopal-portuguesa/> (consultado em Abril/2020)
- Conferência Episcopal Portuguesa. (2019a). A alegria do amor no matrimónio cristão. Disponível em: <http://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/a-alegria-do-amor-no-matrimonio-cristao/> (consultado em Abril/2020)
- Conferência Episcopal Portuguesa. (2019b). Discurso de abertura da 196ª Assembleia Plenária da Conferência Episcopal Portuguesa. Disponível em:

- <http://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/discurso-de-abertura-da-196-a-assembleia-plenaria-da-cep/> (consultado em Abril/2020)
- Conferência Episcopal Portuguesa. (2019c). Discurso de abertura da 197ª Assembleia Plenária da Conferência Episcopal Portuguesa. Disponível em: <http://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/discurso-de-abertura-da-197a-assembleia-plenaria-da-conferencia-episcopal-portuguesa/> (consultado em Abril/2020)
- Conferência Episcopal Portuguesa. (2019d). Um olhar sobre Portugal e a Europa à luz da doutrina social da Igreja. Disponível em: <http://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/um-olhar-sobre-portugal-e-a-europa-a-luz-da-doutrina-social-da-igreja/> (consultado em Abril/2020)
- Conferência Episcopal Portuguesa. (2020). Despenalização da eutanásia – Breve nota da Conferência Episcopal Portuguesa. Disponível em: <http://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/despenalizacao-da-eutanasia-breve-nota-da-conferencia-episcopal-portuguesa/> (consultado em Abril/2020)
- Conferência Episcopal Portuguesa. (2020a). Eutanásia – Comunicado do Conselho Permanente da CEP. Disponível em: <http://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/eutanasia-comunicado-do-conselho-permanente-da-cep/> (consultado em Abril/2020)
- Cook, E. A. (2019). *Between two absolutes: Public opinion and the politics of abortion*. London: Routledge.
- Cruz, M. B. da (1998). *O Estado Novo e a Igreja Católica*. Lisboa: Editorial Bizâncio.
- Descartes, R. (1999). *Discourse on method and meditations on first philosophy*. Indianapolis: Hackett Publishing.
- Dix, S. (2010). As esferas seculares e religiosas na sociedade portuguesa. *Análise Social*, (194), 5-27.
- Dobbelaere, K. & Pérez-Agote, A. (2015). *The Intimate. Polity and the Catholic Church: Laws about Life, Death and the Family in So-called Catholic Countries*. Lovaina: Leuven University Press.
- Duarte, J. (2005). Entrevista em profundidade. *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*, 62-83.
- Emanuel, E. J., Fairclough, D. L., & Emanuel, L. L. (2000). Attitudes and desires related to euthanasia and physician-assisted suicide among terminally ill patients and their caregivers. *Jama*, 284(19), 2460-2468.
- Engeli, I., Green-Pedersen, C., & Larsen, L. T. (2012). *Morality politics in Western Europe: Parties, agendas and policy choices*. Springer.
- Euchner, E. M. (2019). Morality policy. In *Oxford Research Encyclopedia of Politics*.
- Euchner, E. M. (2019a). *Morality Politics in a Secular Age: Strategic Parties and Divided Governments in Europe*. Springer.
- Ferreira, M. F. C. D. M. (2017). *Emergência e agendamento político das questões de fim de vida em Portugal: uma análise comparativa* (Master's thesis). ISCTE, Lisboa
- Fink, S. (2009). Churches as societal veto players: religious influence in actor-centred theories of policy-making. *West European Politics*, 32(1), 77-96.
- Freire, A., & Baum, M. A. (2001). Partidos políticos, movimentos de cidadãos e referendos em Portugal: os casos do aborto e da regionalização. *Análise Social*, 9-41.
- Green-Pedersen, C. (2007). The conflict of conflicts in comparative perspective: Euthanasia as a political issue in Denmark, Belgium, and the Netherlands. *Comparative politics*, 273-291.
- Grzymala-Busse, A. M. (2015). *Nations under God: How churches Use Moral Authority to Influence Policy*. Princeton: Princeton University Press.
- Heichel, S., Knill, C., & Schmitt, S. (2013). Public policy meets morality: conceptual and theoretical challenges in the analysis of morality policy change. *Journal of European Public Policy*, 20(3), 318-334.

- Hibbs, D. A. (1977). Political parties and macroeconomic policy. *American political science review*, 71(4), 1467-1487.
- Hildebrandt, A. (2016). Who's in favour? Same-sex union laws in parliament. *The Journal of Legislative Studies*, 22(3), 404-423.
- Hurka, S., Knill, C., & Rivière, L. (2018). Four worlds of morality politics: the impact of institutional venues and party cleavages. *West European Politics*, 41(2), 428-447.
- Inglehart, R. (2000). Globalization and postmodern values. *Washington Quarterly*, 23(1), 215-228.
- Jalali, C. (2002). As mesmas clivagens de sempre? Velhas clivagens e novos valores no comportamento eleitoral português. *Portugal a votos: as eleições legislativas de 2002*, 87-124.
- Jalali, C. (2017). *Buried but not dead? Religious cleavage, party strategies and voting in Portugal*. Aveiro: Universidade de Aveiro
- Knill, C. (2013). The study of morality policy: analytical implications from a public policy perspective. *Journal of European Public Policy*, 20(3), 309-317.
- Knill, C., Preidel, C., & Nebel, K. (2014). Brake rather than barrier: The impact of the Catholic Church on morality policies in Western Europe. *West European Politics*, 37(5), 845-866.
- Knill, C., Adam, C., & Hurka, S. (Eds.). (2015). *On the Road to Permissiveness?: Change and Convergence of Moral Regulation in Europe*. Oxford University Press, USA.
- Kohl, A. & Pina, J. (2016). World Index of Moral Freedom 2016. *Foundation for the Advancement of Liberty*. Retrieved from: <http://www.fundalib.org/wp-content/uploads/2016/04/World-Index-of-Moral-Freedom-web.pdf>
- Kriesi, H., Grande, E., Lachat, R., Dolezal, M., Bornschie, S., & Frey, T. (2008). *West European politics in the age of globalization*.
- Lindaman, K & Haider-Markel, D. P. (2002). Issue evolution, political parties, and the culture wars. *Political Research Quarterly*, 55(1), 91-110.
- Lovenduski, J. (2007). Unfinished business: Equality policy and the changing context of state feminism in Great Britain. In *Changing state feminism*, 144-163.
- Lowi, T. J. (1964). American business, public policy, case-studies, and political theory. *World politics*, 16(4), 677-715.
- Lowi, T. J. (1998). Foreword. New dimensions in policy and politics. In R. Tatalovich & B. W. Daynes (Eds.), *Moral controversies in American politics. Cases in social regulatory policy* (pp. 13-29). New York: Sharpe
- Mackieson, P., Shlonsky, A., & Connolly, M. (2019). Increasing rigor and reducing bias in qualitative research: A document analysis of parliamentary debates using applied thematic analysis. *Qualitative Social Work*, 18(6), 965-980.
- Manuel, P. C., & Tollefsen, M. N. (2008). Roman Catholicism, Secularization and the Recovery of Traditional Communal Values: The 1998 and 2007 Referenda on Abortion in Portugal. *South European Society & Politics*, 13(1), 117-129.
- Martins, J. P. O., Martins, O., & d'Oliveira, L. (1948). *Páginas desconhecidas: liberdade de cultos*. Lisboa: Seara Nova.
- Meier, K. J. (1999). Drugs, sex, rock, and roll: A theory of morality politics. *Policy Studies Journal*, 27(4), 681-695.
- Menaca, A., Evans, N., Andrew, E. V., Toscani, F., Finetti, S., Gómez-Batiste, X., & Gysels, M. (2012). End-of-life care across Southern Europe: a critical review of cultural similarities and differences between Italy, Spain and Portugal. *Critical reviews in oncology/hematology*, 82(3), 387-401.
- Menéndez, M. A. (2007). Religiosidade e valores em Portugal: comparação com a Espanha e a Europa católica. *Análise Social*, (184), 757-787.

- Meyer Resende, M., & Hennig, A. (2015). Shunning Direct Intervention: Explaining the Exceptional Behaviour of the Portuguese Church Hierarchy in Morality Politics. *New Diversities*, 17(1), 145-160.
- Monteiro, R. (2012). A descriminalização do aborto em Portugal: Estado, movimentos de mulheres e partidos políticos. *Análise Social*, (204), 586-605.
- Mooney, C. Z. (2001). *The public clash of private values: The politics of morality policy*. CQ Press.
- Neto, V. (1993). O Estado e a Igreja. *História de Portugal*, 5, 265-283.
- Pinto, J. (1996). *Questões actuais da ética médica*. Braga: Editorial A. O.
- Santos, A. C. (2003). Orientação sexual em Portugal: para uma emancipação. *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*, 335-379.
- Santos, A. C. (2018). Luta LGBTQ em Portugal: duas décadas de histórias, memórias e resistências. *Revista TransVersos*, (14), 37-52.
- Santos, B. D. S. (1999). *Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade*. Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, P. B. (2005). *Igreja Católica, estado e sociedade, 1968-1975: o caso Rádio Renascença*. Lisboa: ICS-Imprensa de Ciências Sociais.
- Santos, S. C. P. D. (2011). *Eutanásia e suicídio assistido: O direito e liberdade de escolha* (Master's thesis). Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Santos, S. (2013). Vítimas ou parceiros: discurso e ação política da Igreja Católica Portuguesa durante o século XX. *CIES e-Working Paper N.º 170/2013*, Instituto Universitário de Lisboa.
- Schiffino, N., Ramjoué, C., & Varone, F. (2009). Biomedical policies in Belgium and Italy: From regulatory reluctance to policy changes. *West European Politics*, 32(3), 559-585.
- Silva, A. P. D. (2007). *Eutanásia: prós e contras de uma legalização em Portugal* (Master's thesis). ICBAS, Porto
- Smith, T. A., & Tatalovich, R. (2003). *Cultures at war*. Broadview press.
- Studlar, D. T., & Cagossi, A. (2018). Institutions and morality policy in Western democracies. *Review of Policy Research*, 35, 61-88.
- Teixeira, A. (2012). *Identidades Religiosas em Portugal: Representações, Valores e Práticas – 2011*. Lisboa: Centro de Estudos e Sondagens de Opinião e Centro de Estudo de Religiões e Culturas – UCP.
- Teixeira, A. (2019). *Religião em Portugal*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Thomassen, J. (2005). *The European voter: a comparative study of modern democracies*. Oxford: Oxford University Press on Demand.
- Toldy, T. M. (2013). A secularização da sociedade portuguesa no contexto das modernidades múltiplas. *didaskalia*, 43(1-2), 23-55.
- Vargas, J. (2011). *Bridging Structure and Agency: De-activation and Activation of the Religious Cleavage in Democratic Portugal*. Aveiro: Universidade de Aveiro
- Vilaça, H. (2003). *Da Torre de Babel às terras prometidas: estratégias sociológicas para o estudo do pluralismo religioso na sociedade portuguesa* (Doctoral Dissertation). FLUP, Porto.
- Vilaça, H., & Oliveira, M. J. (2015). Clivagens e cumplicidades entre a Igreja Católica e o estado: o casamento entre pessoas do mesmo sexo. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (78), 29-47.
- Vilaça, H., & Oliveira, M. J. (2015a). Ethical challenges of the catholic church in Portugal: the case of same-sex marriage. In K. Dobbelaere & A. Pérez-Agote (Eds.), *The Intimate. Polity and the Catholic Church: Laws about Life, Death and the Family in So-called Catholic Countries* (pp. 125-154). Lovaina: Leuven University Press
- Von Herrmann, D. (2002). *The big gamble: The politics of lottery and casino expansion*. Greenwood Publishing Group.
- Yin, R. K. (2005). *Estudo de caso: planeamento e métodos*. Porto Alegre: Editora Bookman.

